UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

GABRIEL TRETTEL SILVA

O DECRESCIMENTO: LEITURAS A PARTIR DO SUL GLOBAL

SÃO PAULO
2017

GABRIEL TRETTEL SILVA

O DECRESCIMENTO: LEITURAS A PARTIR DO SUL GLOBAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Ciência Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Sylmara Lopes
Francelino Gonçalves Dias

Versão corrigida

(versão original disponível na biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Trettel-Silva, Gabriel.

O decrescimento: leituras a partir do Sul global / Gabriel Trettel-Silva; orientadora: Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias. – São Paulo, 2017.
114 f.: il. 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Decrescimento. 3. Economia ecológica. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Sustentabilidade. 6. Países em desenvolvimento. I. Título.

Nome: TRETTEL-SILVA, Gabriel

Título: O decrescimento: leituras a partir do Sul global

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Em memória de Vera,

*ao Mateus
e à Rafaela,*

AGRADECIMENTOS

À orientadora Sylmara, pelo aceite, pela aposta e pelo entusiasmo. Por ser a primeira e mais dedicada leitora. Agradeço não apenas a orientação, mas a amizade.

À companheira Susana, pelo carinho, pela inspiração e pela paciência. Por enfrentar ao meu lado e de maneira tão intensiva especialmente o aspecto emocional deste trabalho. Pelos olhares que me ensinou a ter sobre a natureza. Pelas inúmeras conversas em torno dos temas desta dissertação. Sem dúvida, quem melhor compreende o que eu quero dizer com “decrescimento”.

À mãe Valéria e ao pai Misael, pelo suporte, pelo cuidado, pela fé em mim e em outras coisas. Dentre elas, em que algo melhor é possível. Pelos valores transmitidos, que orientam muito mais do que esta pesquisa.

À amiga Isabella e aos amigos Pedro Paulo e Lucca, pelas reflexões nos Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinares que contribuíram para essa dissertação. Também à amiga Débora pela generosa ajuda oferecida.

Às secretárias Júlia e Juliana e às bibliotecárias Penha e Fátima do IEE-USP, pelo auxílio técnico e burocrático. À bibliotecária da EACH-USP, Analúcia, pelo apoio, especialmente na busca dos documentos para a revisão.

À professora Maria Cecília da FAU e ao professor Marcos da EACH, pelas provocações na ocasião da qualificação que influenciaram significativamente o rumo desta pesquisa.

Às participantes do Núcleo de Pesquisa sobre Organizações, Sociedade e Sustentabilidade e do Café com Pesquisa, pelos comentários às minhas apresentações sobre o tema.

Novamente à professora Sylmara e também ao professor André Felipe da EACH, que nas monitorias didáticas permitiram que a pós-graduação não se limitasse à pesquisa, mas também ao aprendizado sobre o ensino.

Às pessoas que passaram comigo pelo barracão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, que na autogestão e na economia solidária permitiram que a pós-graduação não se limitasse à pesquisa e ao ensino, mas também à marginalizada extensão. Por me ajudarem a compreender o caráter inerentemente político da ciência e da universidade.

RESUMO

TRETTEL-SILVA, Gabriel. **O decrescimento: leituras a partir do Sul global**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2017.

O debate sobre o decrescimento constitui uma crítica ao sistema socioeconômico baseado na lógica do crescimento ilimitado e no imperativo cultural do desenvolvimento. O decrescimento propõe a redução da escala biofísica e a reestruturação da economia global, fundamentalmente nos países do Norte cuja pegada ecológica excede os limites ecológicos. O Sul aparece com menos evidência na literatura decrescentista, porém, está inevitavelmente implicado nessa discussão. Buscando contribuir para compreender as implicações do decrescimento para o Sul, esta dissertação teve por objetivo analisar como o Sul global está representado no debate acadêmico internacional sobre o decrescimento. Para cumpri-lo, foi realizado um mapeamento e uma revisão sistemática da literatura internacional sobre o tema. Para o mapeamento, foi considerada a base de dados *Scopus* e foram utilizados termos de busca em inglês (*degrowth* e *de-growth*). A análise das características bibliométricas dos documentos identificados mostrou a prevalência de autores de instituições de países do Norte e baixa participação do Sul global. A revisão sistemática da literatura identificou cinco eixos temáticos na abordagem do Sul pelo decrescimento. Três deles abordam o Sul de maneira explícita: (i) a perspectiva biofísica, relacionada à economia ecológica, sustenta que o decrescimento no Norte deve abrir “espaço ecológico” para o aumento do uso de recursos no Sul sem ultrapassar os limites ecológicos globais; (ii) os aspectos políticos dos fluxos internacionais de recursos denunciam as injustiças ambientais e socioeconômicas associadas ao comércio de *commodities* da perspectiva da ecologia política; e (iii) o eixo das alternativas ao desenvolvimento vê convergências entre o decrescimento e cosmovisões oriundas de contextos culturais do Sul como o bem viver andino. Por outro lado, outros dois eixos identificados abordam o Sul de maneira implícita ou indireta: (iv) no eixo que trata de aspectos demográficos, o decrescimento busca se afastar de concepções malthusianas autoritárias e se aproximar de abordagens de controle populacional voluntário, sem nomear explicitamente o Sul, mas responsabilizando indiretamente as populações mais numerosas; (v) no último eixo, se argumenta que a diminuição do consumo permitiria o decrescimento do tempo de trabalho dos trabalhadores do Norte global, sem relacionar esse tipo de decrescimento aos países do Sul, onde o efeito poderia ser o oposto se houvesse aumento do consumo. Observou-se que o decrescimento do consumo da escala biofísica da economia não é recomendado ao Sul. O decrescimento da jornada de trabalho tampouco, ao passo que o decrescimento populacional pode ser associado a esse grupo de países. Tanto no Sul quanto no Norte são desejáveis alternativas autóctones ao desenvolvimento. Porém, nos cinco eixos identificados na abordagem do Sul, pouco se explora a realocação, um processo estratégico para o decrescimento em seu sentido amplo e também para o objetivo de estabelecer relações justas entre Sul e Norte. Recomenda-se que estudos futuros considerem a realocação ao abordar a divisão Norte-Sul no contexto do decrescimento. Sugere-se ainda que correntes do pensamento latinoamericano, que apesar de orientadas pela ideia de desenvolvimento se debruçaram sobre as relações político-econômicas entre países, podem também contribuir para discutir o decrescimento de uma perspectiva do Sul global.

Palavras-chave: decrescimento, Sul global, limites ao crescimento, países periféricos, revisão sistemática de literatura.

ABSTRACT

TRETTEL-SILVA, Gabriel. **Degrowth: perspectives from the global South**. 2017. 114 f. Master thesis (Master in Environmental Science) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2017.

Degrowth is a critique of a society based on the logic of limitless growth and on the cultural imperative of development. Degrowth proposes reduction of the biophysical scale and restructuring of the global economy, notably, in the global North whose ecological footprint have overshoot ecological limits. The global South appears with less evidence in the degrowth literature, however, it is unavoidably implicated in this discussion. Seeking to understand the implications of degrowth for the South, this dissertation aimed to analyze how the global South is represented in the international academic debate on degrowth. To accomplish this goal, the international literature on the subject was mapped and systematically reviewed. The database Scopus was selected for the mapping procedure and search terms were defined in English (degrowth and de-growth). The mapping showed the prevalence of authors from institutions of the North and low participation of the South. The review identified five thematic axes in the approach to the South by degrowth. Three of them approach the South in an explicit way: (i) the biophysical perspective, related to ecological economics, holds that degrowth in the North may open "ecological space" for growth in resources use in the South without exceeding global ecological limits; (ii) the political aspects of international resource flows denounce environmental and socio-economic injustices associated with commodity trade from the perspective of political ecology; and (iii) the axis on alternatives to development sees convergences between degrowth and cosmovisions coming from cultural contexts of the South as the Andean *buen vivir*. On the other hand, two other identified axes approach the South in an implicit or indirect way: (iv) in the axis that deals with demographic aspects, degrowth attempts to move away from authoritarian Malthusian conceptions and get closer to voluntary population control approaches without naming the South explicitly, but indirectly charging larger populations independently of their *per capita* impact; and (V) in the last axis, it is argued that lower consumption would allow work-time degrowth in the North. However, this type of degrowth is not mentioned to be desired for the South, where the effect could be the opposite if there were an increase in consumption. It was observed that degrowth in consumption and of the biophysical scale of the economy is not recommended for the South. Work-time degrowth is not recommended either, while populational contraction is not associated to any of the groups of countries. Both in the South and in the North autochthonous development alternatives are desirable. It is recommended that future studies consider relocalization when addressing the North-South divide in the context of degrowth. It is also suggested that streams of Latin American thought, which although oriented by the idea of development focused on the political-economic relations between countries, may also contribute to discuss degrowth from a global South perspective.

Keywords: degrowth, global South, limits to growth, peripheral countries, systematic literature review.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O decrescimento como processo de transição para uma economia estacionária, pelo qual os países ricos e a economia global devem passar.....	28
Figura 2 - Um espaço justo e seguro para a humanidade	29
Figura 3 - Documentos por ano que utilizam o termo <i>degrowth</i>	37
Figura 4 - Fluxograma metodológico da etapa 1 de seleção do material	40
Figura 5 - Fluxograma metodológico da etapa 2 de seleção do material	43
Figura 6 - Fluxograma metodológico da pesquisa.....	50
Figura 7 – Número de documentos sobre o decrescimento por ano entre 2007 e 2016.....	51
Figura 8 - Tipos de publicações sobre o decrescimento	52
Figura 9 - Publicações sobre o decrescimento por ano nos periódicos que mais publicaram sobre o tema.....	54
Figura 10 - Nuvem de palavras-chave da literatura internacional sobre o decrescimento	57
Figura 11 - Rede de co-autorias das publicações sobre o decrescimento (mínimo de trinta citações)	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções sobre o decrescimento em diversos autores e autoras.....	18
Quadro 2 - Diagnóstico e prognóstico na declaração da Primeira Conferência Internacional sobre Decrescimento.....	20
Quadro 3 - Influências do decrescimento, segundo diversos autores.....	24
Quadro 4 - Quadro-síntese dos elementos estruturantes da pesquisa.....	35
Quadro 5 - Parâmetros da busca para a identificação da literatura internacional sobre o decrescimento	38
Quadro 6 - Termos de busca utilizados em cada etapa do protocolo de pesquisa.....	41
Quadro 7 - Documentos sobre o decrescimento mais citados segundo a Plataforma Scopus..	45
Quadro 8 - Documentos sobre o decrescimento que abordam o Sul global selecionados na etapa 2 (continua)	46
Quadro 9 - Documentos sobre o decrescimento que abordam o Sul global selecionados dentre as leituras exploratórias	48
Quadro 10 - Eixos temáticos sobre o Sul global identificados na literatura segundo o tipo de decrescimento e forma de abordagem	63
Quadro 11 - Contabilidade para o decrescimento	67
Quadro 12 - Eixo 1: aspectos biofísicos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento	72
Quadro 13 - Eixo 2: aspectos políticos dos fluxos internacionais de recursos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento.....	79
Quadro 14 - Eixo 3: aspectos biofísicos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento	85
Quadro 15 - Eixo 4: aspectos populacionais na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento	91
Quadro 16 - Dinâmica da produção e consumo, da produtividade e do tempo de trabalho no Norte, no Sul e no nível global em um contexto de decrescimento	95
Quadro 17 - Eixo 5: redução do tempo de trabalho na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento	97
Quadro 18 - Implicações do decrescimento para o Sul, para o Norte e para o nível global segundo os eixos temáticos identificados na abordagem do Sul pela literatura	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Periódicos com maior número de publicações sobre o decrescimento	53
Tabela 2 - Edições especiais sobre o decrescimento segundo ano de publicação	55
Tabela 3 - Documentos sobre o decrescimento por área de estudo	56
Tabela 4 - Participação dos países nas publicações sobre o decrescimento	58
Tabela 5 – Instituições que mais publicaram sobre o decrescimento, segundo país e número de documentos	59
Tabela 6 - Número de documentos sobre o decrescimento por autoria.....	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POSICIONANDO O DECRESCIMENTO: DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS	18
2.1 Crítica biofísica à escala da economia	25
2.2 Crítica culturalista ao desenvolvimento (sustentável) e ao imaginário utilitarista	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 Etapa 1: mapeando a literatura internacional sobre o decrescimento.....	36
3.2 Etapa 2: identificando documentos sobre o Sul global	40
3.3 Extração e execução	43
4 MAPEAMENTO DE UMA DÉCADA DE LITERATURA ACADÊMICA INTERNACIONAL SOBRE O DECRESCIMENTO.....	51
5 O SUL GLOBAL SEGUNDO O DECRESCIMENTO	63
5.1 Aspectos biofísicos: decrescer no Norte para crescer no Sul.....	64
5.2 Aspectos políticos dos fluxos internacionais de recursos: decrescimento para a justiça ambiental.....	73
5.3 Alternativas conceituais ao desenvolvimento: diálogo com visões do Sul.....	80
5.4 Aspectos populacionais: problema global, não local	86
5.5 Redução do tempo de trabalho: para o Norte ou para todos?	92
5.6 Implicações do decrescimento para o Sul global	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

Porque estamos aficionados por crescimento? A pergunta que intitula o artigo de Pascal van Griethuysen (2010) questiona a obsessão pelo aspecto quantitativo e financeiro inerente às economias capitalistas. No nível macroeconômico, crescimento indefinido tem sido perseguido como objetivo por muitos governos nacionais, entendido como sinônimo de progresso e prosperidade desde o pós-guerra (VICTOR, 2008; JACKSON, 2009). Essencialmente medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), um crescimento positivo não significa necessariamente resultados positivos. Esse indicador mede simplesmente o valor monetário da atividade econômica, sem explicitar custos ou benefícios, nem a natureza destrutiva ou produtiva do que está sendo medido (COBB; HALSTEAD; ROWE, 1995).

Nos países chamados “em desenvolvimento”, a presunção de que o crescimento econômico é algo intrinsecamente positivo impulsionou um entendimento essencialmente quantitativo do “desenvolvimento” como simples mitigação da pobreza medida pela renda e expansão do consumo. A noção de “satisfação das necessidades básicas”, propagada desde meados dos anos de 1970 pelas Nações Unidas, transformou o debate sobre desenvolvimento nos países do Sul em sinônimo de ampliação do acesso a bens e serviços produzidos pela economia global (RIST, 2002). Essa perspectiva tem capturado e despolitizado o debate econômico e impedido as transformações qualitativas nas estruturas produtivas que permitam superar as condições indignas em que vivem parte significativa das populações ao redor do mundo.

Por outro lado, nos países chamados “desenvolvidos”, onde 15% da população mundial é responsável por 85% do consumo (ASSADOURIAN, 2010), o crescimento já não apresenta correlação clara com os níveis de satisfação e de expectativa de vida (DIETZ; O’NEILL, 2013; EDWARD, 2006), fazendo questionar a razoabilidade da manutenção desse objetivo econômico nesses países. Além de aprofundar as desigualdades econômicas (PIKETTY, 2014), o modelo de desenvolvimento pautado pelo crescimento tem explorado os recursos naturais a um ponto que excede os limites ecológicos (ROCKSTRÖM et al., 2009), denunciando o mito da possibilidade de generalização dos padrões de consumo da minoria da humanidade residente nos países do Norte.

Frente a esse cenário, a noção de decrescimento, debatida por movimentos sociais e correntes acadêmicas na Europa desde meados dos anos 1970, aponta os problemas decorrentes do binômio crescimento-desenvolvimento como imperativo social e econômico global (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010). Ao invés de propor formas conciliatórias de

“crescimento verde”, o decrescimento busca romper com o discurso ambiental dominante, reconhecendo os limites ecológicos e propondo a construção de uma economia focada na busca de melhorias qualitativas (RESEARCH & DEGROWTH, 2010; KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2015).

A origem do decrescimento remonta suas primeiras menções em francês (*décroissance*), pelo intelectual André Gorz em 1972, em debates públicos sobre a relação entre capitalismo, crescimento da produção e equilíbrio ecológico. Na mesma década, os professores da Universidade de Geneva, Jacques Grinevald e Ivo Rens, publicaram em francês uma compilação de artigos do economista Georgescu-Roegen, traduzindo com a mesma expressão a palavra inglesa *descent* utilizada pelo economista em seus escritos sobre a economia e a termodinâmica (KALLIS, 2011). Georgescu-Roegen aprovou a tradução da publicação intitulada *Démain la décroissance*, publicada muito mais tarde em português como “O Decrescimento: entropia, ecologia, economia” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). A obra em francês teve grande impacto na popularização do decrescimento nos círculos acadêmicos e nos movimentos sociais francófonos (MARTÍNEZ-ALIER, et al., 2010).

Em um primeiro momento, o foco desse debate esteve sobre os limites dos recursos naturais, impulsionado pelo contexto da crise do petróleo dos anos 1970. Já a partir dos anos 1990, o decrescimento enfrentou a hegemonia do discurso do desenvolvimento sustentável, e se fortaleceu nos anos 2000, em um novo contexto de crise econômico-financeira acentuada em meados dessa década. A repercussão acadêmica internacional do decrescimento se intensificou a partir dos anos 2000 com a disseminação do termo em inglês (*degrowth*) nos periódicos acadêmicos internacionais (KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2015; DEMARIA et al., 2013). Conforme identificado nesta pesquisa, dentre os artigos mais citados sobre o decrescimento, são raros os que não mencionam a atual crise econômica.

O decrescimento, porém, não se refere à retração do PIB ou à austeridade, mas a um processo de redução da escala biofísica da economia dos países industrializados a níveis ecologicamente aceitáveis, buscando formas mais justas¹ de distribuição do consumo dos recursos naturais no nível global (KALLIS, 2011). O decrescimento apoia a proposta econômica ecológica de um estado-estacionário: uma economia na qual os fluxos de matéria e energia – principais fatores que regulam a escala do subsistema econômico – sejam estáveis e

¹ A noção de justiça presente na literatura do decrescimento se refere principalmente à equidade no consumo de recursos, com a redução do consumo considerado excessivo por parte de alguns territórios e grupos sociais e aumento do consumo onde necessidades como abrigo, alimentação e saúde não estão satisfeitas (Demaria et al., 2013). Esses autores oferecem uma discussão sobre quatro visões sobre o conceito de justiça no contexto do debate decrescentista.

não ultrapassem os limites ecológicos (DALY, 1996; DALY; FARLEY, 2011). Contudo, abandonar o crescimento e atingir um estado estacionário não é suficiente para os países cuja pegada ecológica ultrapassa a capacidade de suporte do planeta, sendo necessário o decrescimento das suas economias (RESEARCH & DEGROWTH, 2010).

Por outro lado, o decrescimento não significa apenas uma versão biofisicamente reduzida das mesmas relações econômicas. Para Latouche (2008), é necessário escapar do imaginário do crescimento e da redução do ser humano ao seu aspecto econômico, para permitir uma reestruturação do aparato produtivo e das relações sociais, à luz de novos valores de suficiência e convivialidade. Para tanto, a realocização econômica é um processo estratégico para garantir autossuficiência econômica e diminuir os impactos da grande quantidade de *commodities* que circulam ao redor do mundo (LATOUCHE, 2009). Essa visão é complementada pela crítica ao desenvolvimento enquanto processo de uniformização das culturas e imposição da lógica do mercado sobre esferas da vida antes governadas por outras relações (LATOUCHE, 2009).

Partindo dessa perspectiva global, seria o decrescimento relevante para qualquer país do mundo? As leituras exploratórias apontaram a existência de uma literatura acadêmica que discute o decrescimento a partir de uma perspectiva internacional, utilizando os termos “Norte” e “Sul” para discutir as desigualdades econômicas e as relações injustas entre os países. A denominação Sul-Norte é recorrente em publicações dentre as mais citadas da literatura decrescentista (DEMARIA et al., 2013; MARTÍNEZ-ALIER, 2012; SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010, entre outros) para se referir a hierarquias não somente epistemológicas, como as enfatizadas por Santos (2016) e Meneses (2008), mas especialmente políticas e econômicas entre países. Também são utilizados com conotações muito similares termos como: “países mais ricos” e “países mais pobres” (RESEARCH & DEGROWTH, 2010), “países industrializados” (SEKULOVA et al., 2013), “Terceiro Mundo” (JOHANISOVA; CRABTREE; FRANKOVÁ, 2013) “países periféricos” e “países centrais” (EXNER; LAUK; ZITTEL, 2014). Os adjetivos “desenvolvidos”, “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” parecem ser evitados para designar os países, possivelmente porque a crítica ao conceito de desenvolvimento é central no decrescimento.

O uso desses termos raramente é justificado, referenciado ou mesmo problematizado na literatura decrescentista. Por outro lado, apesar do debate sobre a atualidade da divisão Norte-Sul², o uso recorrente desse binômio nas principais publicações sobre tema a tornam

² Reconhece-se a existência de uma literatura que critica a funcionalidade da divisão Norte-Sul para compreender as relações políticas e econômicas internacionais desde as mudanças estruturais e ideológicas

uma lente relevante para compreender as implicações do decrescimento para os diferentes contextos nacionais. Apoiando-se na concepção de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2016, p. 28), nesta dissertação, as expressões “Sul”, “Sul global”, ou “países do Sul” são utilizadas para se referir “às regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial”³. Como nota Caixeta (2014), a divisão Norte-Sul não corresponde aos hemisférios geográficos. Um país como a Austrália está localizado no hemisfério Sul geográfico, mas é compreendido como integrante do Norte global, enquanto o México é considerado um país do Sul global, apesar de situar-se no hemisfério Norte. Deve-se ainda observar que o Sul corresponde a um grupo muito heterogêneo que comporta países com graus radicalmente distintos de projeção política e econômica no nível internacional, desde emergentes como Brasil e China, até periféricos como Haiti e Guiné Bissau.

Apesar dos argumentos sobre a relevância do decrescimento para o Sul (LATOUCHE, 2008; KOTHARI; DEMARIA; ACOSTA, 2014), as leituras exploratórias mostraram que na literatura internacional, esses países recebem pouca atenção em contraste com os conteúdos abundantes dedicados aos Norte ou ao contexto global. A literatura brasileira sobre o tema pouco se diferencia nesse aspecto. Boccato-Franco (2012), oferecendo um panorama da produção sobre o decrescimento no Brasil, detecta um debate pontual, incipiente e não sistemático, que trata o tema de maneira geral e adota uma ótica predominantemente europeia. O autor indica uma escassez ainda maior quando se trata de um olhar direcionado para o contexto de países como o Brasil. Contribuições posteriores buscaram construir pontes entre o decrescimento e movimentos do Sul. Boccato-Franco e Pinheiro do Nascimento (2013) discutiram elementos para uma plataforma comum entre o decrescimento no Norte e a agroecologia e a economia solidária no Sul. Meyer et al. (2015) apontaram para a potencialidade de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a agricultura familiar, frente à proposta de realocização da economia defendida também pelo decrescimento.

Entretanto, seja no âmbito nacional ou internacional, não foram identificados estudos que investiguem de maneira sistemática como o Sul global é abordado no debate internacional

ocorridas no âmbito global desde o final dos anos de 1980. Seus argumentos se baseiam principalmente na heterogeneidade adquirida por esses dois grupos a partir desse período; na convergência dos governos Sul com os interesses do Norte por um livre mercado global e; nos efeitos das negociações ambientais internacionais que, pelo caráter integrado e interdependente que adquiriram, diluíram os interesses específicos do chamado Terceiro Mundo (THERIEN, 1999).

³ Apesar da opção pelos termos Sul-Norte por serem os mais utilizados na literatura decrescentista, nas citações indiretas preferiu-se reproduzir os termos originalmente utilizados, a fim de não separá-los das ideias expostas.

sobre decrescimento. É relevante compreender como o Sul tem sido incorporado no decrescimento por seus interlocutores do Norte para que esse diálogo se aprofunde tendo em conta as implicações reservadas ao Sul do ponto de vista do Norte, seja para apoiá-las ou para enfrentá-las.

Buscando contribuir para preencher tal lacuna, esta dissertação buscou analisar como o Sul global está representado no debate acadêmico internacional sobre o decrescimento. Os objetivos específicos foram:

- a) Reconhecer as características gerais do campo de pesquisa sobre o decrescimento, considerando a participação do Sul global na literatura acadêmica internacional;
- b) Analisar que aspectos são discutidos nessa literatura ao abordar o Sul global;
- c) Identificar implicações do decrescimento para o Sul global.

Para atender os objetivos propostos, foi realizado um mapeamento e uma revisão sistemática da literatura acadêmica internacional disponível sobre o tema, seguindo uma abordagem exploratória qualitativa. A escolha desse método se justifica por permitir analisar os avanços de um campo de pesquisa específico (OKOLI; SCHABRAM, 2010), neste caso, sobre o decrescimento em relação aos países do Sul.

Este estudo mostrou-se relevante de uma perspectiva acadêmica por contribuir com os conhecimentos sobre as implicações político-econômicas do decrescimento para os países do Sul, dentre eles o Brasil. Tal relevância se amplia frente à recente penetração do decrescimento como tema de pesquisa no Brasil (BÁDUE, 2012; LÉNA; DO NASCIMENTO, 2012; BOCCATO-FRANCO, 2014) e à ausência de um marco conceitual consolidado para a análise decrescentista da perspectiva do Sul global. Espera-se colaborar para uma melhor compreensão sobre os potenciais e limites do discurso do decrescimento para pensar a realidade do Sul no debate sobre desenvolvimento e ambiente, considerando as diferenças entre países no sistema econômico mundial, além de contribuir para a inserção dos países do Sul no debate sobre o decrescimento.

Além desta introdução, esta dissertação está organizada em outros cinco capítulos. O capítulo 2 posiciona o debate atual sobre o decrescimento, reconhecendo suas principais influências e a diversidade de concepções sobre o tema. No capítulo 3, são descritos os procedimentos metodológicos realizados para o mapeamento e a revisão sistemática da literatura. Os resultados do mapeamento são apresentados e discutidos no capítulo 4. O capítulo 5 traz os resultados da revisão sistemática, apresentando os eixos temáticos identificados na abordagem do Sul global pela literatura decrescentista e as implicações do

decrescimento para o contexto desses países. Finalmente, o capítulo 6 tece algumas considerações finais e prospecções para estudos futuros.

2 POSICIONANDO O DECRESCIMENTO: DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS

Este primeiro capítulo tem como objetivo introduzir o debate atual sobre o decrescimento, suas principais influências e concepções. Primeiro é apresentada uma revisão sobre como o tema é compreendido na literatura atual disponível na língua inglesa. As subseções deste mesmo capítulo descrevem as duas principais linhas de pensamento que compõem o argumento pelo decrescimento.

Não é tarefa simples elaborar uma definição sobre o decrescimento, tendo em vista a diversidade de acepções encontradas na literatura (às vezes dentro de uma mesma publicação) conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 - Concepções sobre o decrescimento em diversos autores e autoras

CONCEPÇÕES SOBRE O DECRESCIMENTO	
<ul style="list-style-type: none"> - um slogan com implicações teóricas - um projeto político - um projeto de transformação radical da sociedade 	LATOUCHE, 2009
<ul style="list-style-type: none"> - uma área de pesquisa - um paradigma - um quadro interpretativo para um movimento social 	MURACA, 2013
<ul style="list-style-type: none"> - um quadro interpretativo para um movimento social - um projeto de redução voluntária do consumo e da produção - uma proposta de mudança radical - uma tentativa de repolitizar a tão necessária mudança socioecológica 	DEMARIA et al., 2013
<ul style="list-style-type: none"> - uma crítica à hegemonia do desenvolvimento - uma crítica ao crescimento - uma sociedade com um metabolismo menor, com uma estrutura diferente e que sirva a funções distintas 	KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015
Fonte: elaboração própria.	

Uma definição que poderia ser considerada representativa é a da “Declaração do Decrescimento” da I Conferência Internacional sobre Decrescimento Econômico para a Sustentabilidade Ecológica e a Equidade Social, realizada em Paris, em 2008. Os participantes definem o decrescimento como

uma transição voluntária em direção a uma sociedade justa, participativa e ecologicamente sustentável [...] Os objetivos do decrescimento são satisfazer as necessidades humanas básicas e assegurar uma alta qualidade de vida, enquanto se reduz o impacto ecológico da economia global até um nível sustentável,

equitativamente distribuído entre as nações. Isso não será atingido através de contração econômica involuntária (RESEARCH & DEGROWTH, 2010, p. 524, tradução nossa).

Tal definição foi resultado de um *workshop* da Conferência intitulado “Rumo a uma declaração sobre o decrescimento”⁴ que teve com o objetivo produzir uma declaração que refletisse não apenas os ponto de vista dos participantes mas também articular com sua visão compartilhada sobre o movimento do decrescimento (RESEARCH & DEGROWTH, 2010). O caráter genérico da definição oferecida na Declaração demanda explorar outras compreensões que contribuam para qualificá-la.

Decrescimento como quadro interpretativo para um movimento social. Demaria et al. (2013) analisam o decrescimento enquanto um quadro interpretativo⁵ de um movimento social. Um quadro interpretativo é entendido pelos autores e pela autora como o mecanismo de politização através do qual determinados agentes se engajam em uma ação coletiva, localizando, percebendo, identificando e rotulando os eventos que experienciam, produzindo definições e relacionando esses eventos a processos mais amplos ou distantes. Muitos grupos de ativistas pelos direitos dos pedestres e dos ciclistas, anticarros e antipublicidade, adeptos da agricultura orgânica, entusiastas da energia solar e das moedas locais, em especial pelo sul da Europa, começaram a entender o decrescimento como um quadro interpretativo em comum e representativo da sua visão de mundo (DEMARIA et al., 2013).

Para Demaria et al. (2013), esse quadro interpretativo comum divide-se em duas dimensões fundamentais do engajamento em uma ação coletiva: diagnóstico e prognóstico. A primeira delas, o diagnóstico, consiste na mobilização de múltiplas fontes e correntes de pensamento a fim de identificar as causas do problema social enfrentado. Dessa forma, os atores do decrescimento são “agentes significantes” que diagnosticam que a crise multidimensional vigente tem como principal problema o sistema econômico baseado em crescimento e, diferentemente dos atores pró-crescimento, não veem no crescimento um meio de lidar com a crise (DEMARIA et al., 2013). A segunda dimensão, o prognóstico, procura soluções, hipotetiza novos padrões sociais e, mais importante do que seus resultados práticos, abre novos espaços e possibilidades de ação (DEMARIA et al., 2013). É possível reconhecer essas duas dimensões, diagnóstico e prognóstico, na estrutura da Declaração da I Conferência Internacional sobre o Decrescimento (Quadro 2).

⁴ Tradução livre de “*Toward a Declaration on Degrowth*”.

⁵ Ao conceituar quadro interpretativo, ou *frame*, no inglês, os autores se referem a Della Porta e Diani (2006), Goffman (1974) e Snow et al. (1986).

Quadro 2 - Diagnóstico e prognóstico na declaração da Primeira Conferência Internacional sobre Decrescimento

DECLARAÇÃO DO DECRESCIMENTO	
DIAGNÓSTICO	- o crescimento econômico tem estrita relação com o uso crescente de materiais, energia e solo.
	- as melhorias de eficiência na produção de bens e serviços não acarretaram na diminuição global da extração de recursos naturais e da emissão de resíduos.
	- o crescimento econômico global não conseguiu reduzir a pobreza substancialmente, devido às trocas desiguais nos mercados globais.
	- a economia global ultrapassou os limites ecológicos sustentáveis, especialmente devido às economias dos países mais ricos.
	- usando mais do que sua porção legítima dos recursos naturais globais, as nações ricas reduzem o espaço ambiental disponível para as nações mais pobres, impondo os impactos negativos sobre elas.
PROGNÓSTICO	- é necessário o dimensionamento adequado da economia, reduzindo sua pegada ecológica a um nível sustentável global.
	- para os países em que a pegada <i>per capita</i> é superior ao nível sustentável global o dimensionamento adequado implica na redução de sua pegada ecológica
	- para países onde a pobreza severa ainda é uma realidade o dimensionamento adequado implica seguir alternativas localmente determinadas para a redução da pobreza, livrando-se de políticas de desenvolvimento externamente impostas, e aumentando o consumo a um nível adequado para uma vida decente, se necessário.
	- esse processo pode acarretar no aumento da atividade econômica em alguns lugares, mas a redistribuição da riqueza e da renda dentro e entre os países deve constituir sua parte mais essencial.

Fonte: elaboração própria a partir de Research & Degrowth (2010).

A Declaração do Decrescimento (RESEARCH & DEGROWTH, 2010) foi publicada na primeira edição especial sobre o decrescimento em um periódico acadêmico de língua inglesa, o *Journal of Cleaner Production*. A Conferência que lhe deu origem foi realizada em 2008, pelo coletivo *Research & Degrowth*⁶, uma associação acadêmica dedicada à pesquisa, sensibilização e organização de eventos sobre o decrescimento. Esse foi o primeiro de uma série de encontros bienais realizados em países europeus e norteamericanos reunindo acadêmicos, militantes de movimentos sociais, ativistas, artistas e políticos em torno do tema.

A Declaração do Decrescimento, uma espécie de manifesto resultante da interface entre os grupos em diálogo naquele evento, clama por uma mudança de paradigma: deixar o objetivo de crescimento econômico ilimitado para buscar o dimensionamento adequado das

⁶ A *Research & Degrowth* conta com 19 membros e tem suas principais sedes em Barcelona (Espanha) e Quimper (França) (RESEARCH & DEGROWTH, [2015?])

economias global e nacionais⁷. O decrescimento é apresentado na Declaração como o processo pelo qual se deve atingir o dimensionamento adequado das economias dos países mais ricos e da economia global como um todo. Os declarantes ressaltam que os objetivos do decrescimento não serão alcançados através de uma contração econômica involuntária (recessão ou depressão), mas através da transformação do sistema econômico global e das políticas promovidas no nível nacional. Sendo atingida a dimensão adequada, o objetivo deve ser manter uma economia estacionária, com um nível relativamente estável de consumo.

Decrescimento como um novo paradigma. Para Demaria et al. (2013), apesar de confrontar paradigmas dominantes nas ciências sociais, em especial na ciência econômica, o decrescimento não pode ser considerado como um novo paradigma da ciência normal⁸. Para eles, a macroeconomia ecológica, construída principalmente sobre os trabalhos de Herman Daly sobre a economia do estado estacionário, tem maiores chances, apesar de ainda estar distante, de se desenvolver como paradigma econômico alternativo. Muraca (2013), porém, acredita que o núcleo da literatura do decrescimento em sua concepção francesa e italiana possui o potencial para ser um novo paradigma, não nas ciências econômicas, mas para a teoria social e política.

Por outro lado, tornar o decrescimento um paradigma pode não ser compatível com a intenção do próprio movimento que o discute. O decrescimento advoga pela politização e explicitação do conflito de interesses e valores não somente na esfera político-econômica, mas também na ciência e na produção de conhecimento e tecnologia, dialogando com os princípios da ciência pós-normal⁹ (ASARA et al., 2015; D'ALISA; KALLIS, 2015; MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010). Um primeiro esforço de compilar os principais conceitos relacionados ao decrescimento foi lançado em 2015, editado por membros da associação *Research & Degrowth*. O dicionário *Degrowth - Vocabulary for a new era* (D'ALISA; DEMARIA; KALLIS; 2015) reúne contribuições de diversas autoras e autores, trazendo de maneira abrangente os termos-chave abordados pelo decrescimento. Apesar de se apresentar

⁷ No original: “‘right-sizing’ the global and national economies” (RESEARCH & DEGROWTH, 2010, p.523).

⁸ Demaria et al. (2013) se referem a paradigma utilizando o sentido empregado por Kuhn (1978), como um conjunto de descobertas científicas reconhecidas por uma comunidade de pesquisadores e que oferece modelos para continuar construindo o conhecimento dentro daquele campo.

⁹ A ciência pós-normal é definida por Funtowicz e Ravetz (1993) como uma estratégia de solução de problemas apropriada para lidar com temas que envolvam altos riscos ou em que haja conflitos de interesse em jogo como as questões ambientais. Nesses casos, o processo científico demanda subsídios de uma comunidade estendida de pares composta pelas partes interessadas. A ampliação da legitimidade a outros participantes nos diálogos sobre políticas, fomentando o respeito mútuo entre diferentes perspectivas e formas de conhecimento, resulta na possibilidade de desenvolvimento de um elemento democrático efetivo na ciência (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1993).

como uma referência internacional definitiva (D'ALISA; DEMARIA; KALLIS; 2015), a publicação está longe de representar a solidez e consenso de um paradigma.

Decrescimento como crítica ao crescimento. Para Kallis, Demaria e D'alisa (2015), o decrescimento é, antes de tudo, uma crítica ao crescimento enquanto objetivo social, ou seja, a crítica a um sistema socioeconômico baseado em uma lógica de crescimento indefinido. Em um sistema que segue essa lógica, um crescimento negativo, costumeiramente chamar de “recessão” ou “depressão”, resulta em diversos efeitos negativos de ordem econômica, psicológica e social (KALLIS, 2011). Dessa forma, a primeira ideia a ser desconstruída é a de que o objetivo do decrescimento seja a diminuição do PIB dos países e que, em contraposição ao paradigma do crescimento, seja uma apologia à recessão ou à depressão. O decrescimento, não significa crescimento negativo em um contexto no qual o crescimento é entendido e institucionalizado como algo positivo, mas um conjunto de mudanças institucionais e estruturais capazes de garantir o bem-estar social com o uso de menos materiais e energia.

Para Van Den Bergh (2011), crítico do decrescimento, a literatura carece de uma definição única sobre o que afinal deveria decrescer em uma economia. O autor propõe uma visão indiferente ao crescimento do PIB já que a relação entre materiais e energia, bem estar e PIB seria demasiado complexa para afirmações categóricas. Em resposta a van den Bergh, Kallis (2011) argumenta que superar o PIB é um importante primeiro passo, mas insuficiente: a fixação econômica pelo PIB não é a causa, mas apenas uma das manifestações de uma obsessão mais ampla (social, política e individual) pelo crescimento, que possui raízes culturais e institucionais criticadas pelo decrescimento.

Certamente o uso do termo “decrescimento” ou “decrescimento sustentável” pode levar a equívocos. Schneider, Kallis e Martínez-Alier (2010) esclarecem que o adjetivo “sustentável” não significa que o decrescimento deve ser sustentado de maneira indefinida. Para Latouche (2009), considerar o decrescimento como um objetivo em si seria tão absurdo quanto manter o crescimento em seu *status* atual de objetivo social invariavelmente desejável. O decrescimento é um processo de transição cujo objetivo é uma economia social e ecologicamente benéfica (SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010). Ainda, se o termo pode levar ao entendimento de que o crescimento econômico é algo invariavelmente negativo, e indesejável em qualquer circunstância, fica claro na literatura que essa não é a suposição.

Latouche (2009) utiliza o termo “decrescimento seletivo”, para explicitar a diferença entre a necessidade de decrescer as infraestruturas de transporte de alta velocidade, as missões

espaciais turísticas, e as fábricas que produzam carros mais rápidos, televisores maiores, e a necessidade de aumentar a infraestrutura de energias renováveis, melhores serviços de educação e saúde, aumentar a produção local de alimentos orgânicos e a quantidade de praças, teatros e espaços públicos. Essa perspectiva abre um debate estritamente político sobre que atividades econômicas devem decrescer e quais devem crescer (KALLIS, 2011). Essa é precisamente uma das intenções do decrescimento: a repolitização da economia, da ciência e do ambientalismo (SWYNGEDOU, 2015).

Dessa forma, o decrescimento abrange não apenas as críticas à mensuração da atividade econômica através do PIB (KALLIS, 2011; O'NEILL, 2012) e a crítica biofísica à economia consolidada pela economia ecológica (DALY, 1996; GEORGESCU-ROEGEN, 2012) mas aborda também aspectos políticos e culturais da obsessão social pelo crescimento (LATOUCHE, 2009). Essa crítica multidimensional ao sistema econômico vigente, é resultado da convergência de um conjunto de influências e correntes de pensamento.

Para Latouche (2009), as ideias abrangidas pelo decrescimento remontam uma história mais longa, ligadas essencialmente duas linhas de pensamento: a crítica culturalista e a crítica ecológica da economia. Essa divisão em duas vertentes básicas, que ao se encontrarem cristalizaram o que se entende por decrescimento, é confirmada por Martínez-Alier et al. (2010) e Asara et al. (2015). Outros esforços organizam essa literatura de maneira mais detalhada (SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010; DEMARIA et al., 2013; KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015). O Quadro 3 mostra como cada um dos autores consultados identificam e categorizam as influências intelectuais do decrescimento¹⁰, evidenciando que evidente que a crítica ecologista e a crítica culturalista da economia, utilizada por Latouche (2009), Martínez-Alier et al. (2010), e Asara et al. (2015) são as mais frequentes, presentes em quase todos os autores. Nas seções a seguir, utilizaremos essa categorização para agrupar a literatura examinada nesta fase exploratória segundo sua afinidade com o aspecto biofísico ou cultural da crítica ao crescimento econômico.

¹⁰ Tradução livre da expressão “*degrowth sources*” usada em Demaria et al. (2013, p. 196).

Quadro 3 - Influências do decrescimento, segundo diversos autores

	LATOUCHE, 2009	MARTÍNEZ- ALIER et al., 2010	SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010	DEMARIA et al., 2013	MURACA, 2013	ASARA et al., 2015	KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015
Crítica biofísica à economia	Crítica ecologista da economia (limites físicos ao crescimento)	Economia ecológica (economia do estado estacionário)	Bioeconomia / Economia Ecológica (limitar depleção dos recursos e disposição de resíduos)	Bioeconomia (economia ecológica, economia do estado estacionário)		Crítica ecologista da economia (bioeconomia)	
Crítica culturalista ao desenvolvimento e à modernidade	Crítica culturalista da economia (antiutilitarismo e pós-desenvolvimento)	Crítica culturalista (às instituições modernas, à comodificação, ao desenvolvimento sustentável, pós-desenvolvimento)	Crítica culturalista do desenvolvimento (como modelo universal e a irrupção generalizada do sistema de mercado)	Crítica ao desenvolvimento e apologia ao antiutilitarismo (crítica à uniformização das culturas e à representação economicista do ser humano)	Crítica antropológica da racionalidade econômica (antiutilitarismo, convivialidade) e Pós-desenvolvimento (crítica à industrialização, e ao modelo ocidental de desenvolvimento)	Crítica culturalista da economia (pós-desenvolvimento e ecologia política)	
Democracia e politização			Democracia (desvincular os sistemas político, tecnológico, educacional-informacional dos interesses financeiros)	Democracia (democratizar o debate sobre o desenvolvimento e a tecnologia).			Repolitização (do ambientalismo e da ciência e tecnologia)
Felicidade e sentido da vida			Sentido da Vida (simplicidade voluntária, espiritualidade, não-violência)	Sentido da vida e bem-estar (crítica ao modelo de vida baseado em crescimento)			
Autonomia					Autonomia e imaginário social		Autonomia (simplicidade voluntária, democracia)

Fonte: elaboração própria.

2.1 Crítica biofísica à escala da economia

Para Martínez-Alier et al. (2010) parte das análises do decrescimento podem ser rastreadas historicamente e equiparadas às análises da economia ecológica. Assim, a economia ecológica, por sua vez, é uma das variadas fontes teóricas do decrescimento, principalmente através dos trabalhos de Nicholas Georgescu-Roegen e Herman Daly (DEMARIA et al., 2013).

Georgescu-Roegen enxerga o problema econômico a partir das leis da termodinâmica. Os manuais econômicos ortodoxos de seu tempo (e os atuais também) costumam representar a economia a partir de um diagrama circular, fechado, em que ocorrem fluxos de dinheiro, trabalho e mercadorias entre famílias e empresas. Para Georgescu-Roegen (2012), essa representação é falsa por ignorar que a economia é um processo parcial que troca matéria e energia com o restante do universo material. A atividade econômica humana, portanto, não cria, nem destrói energia e matéria, mas apenas transforma energia e materiais utilizáveis (de baixa entropia) em resíduos e poluição não utilizáveis (de alta entropia)¹¹ (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). Considerando que a capacidade da Terra de fornecer matéria e energia de baixa entropia e de assimilar resíduos é finita, o crescimento ilimitado está longe de ser um objetivo razoável para uma economia.

Frente a esse problema, os defensores da possibilidade de um crescimento verde argumentam sobre a possibilidade de desmaterializar a economia. Segundo a tese da desmaterialização seria possível desacoplar o crescimento econômico do crescimento do uso de recursos naturais e da emissão de carbono, através dos avanços na eficiência dos processos produtivos e do aumentando a importância da informação e dos serviços (JACKSON, 2009). Apesar de ser possível afirmar que a intensidade de materiais necessários pra produzir uma unidade do PIB venha caindo em alguns países, o uso total de materiais no mundo continua crescente, já que a velocidade de crescimento das economias é maior que a velocidade de redução da intensidade do uso de materiais e energia (CECHIN; PACINI, 2012).

Para entender essa relação, é preciso distinguir entre o desacoplamento relativo e absoluto. O primeiro compreende a diminuição do uso de materiais e da emissão de poluentes

¹¹ No contexto da discussão sobre a termodinâmica aplicada aos processos econômicos proposta por Georgescu-Roegen (2012), entropia se refere à disponibilidade da energia em um determinado sistema do ponto de vista da possibilidade de seu aproveitamento para realizar trabalho humano. A primeira e a segunda leis da termodinâmica atestam que a quantidade de energia em um sistema fechado é constante, porém, a energia disponível se degrada contínua e irrevogavelmente a estados indisponíveis com o tempo. A entropia é mínima quando toda a energia em um sistema está disponível e é máxima quando indisponível. Segundo o pensamento de Georgescu-Roegen (2012), o sistema econômico se organiza e cresce a partir de energia de baixa entropia aumentando a entropia global, ou seja, os processos econômicos utilizam energia disponível para realizar trabalho, dissipando no ambiente energia indisponível, que não pode ser utilizada para realizar mais trabalho.

por unidade de produto. O segundo significa a diminuição efetiva do uso de materiais e energia. Para Jackson (2009), apesar dos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico indicarem que países como Áustria, Japão, Alemanha e Holanda tem diminuído o consumo de materiais, tais levantamentos omitem materiais embutidos em produtos acabados e semi-acabados e o fato de que esses países têm exportado atividades industriais com alta intensidade de uso de materiais para os países do Sul global. Dessa forma, há pouca, ou nenhuma evidência de que um desacoplamento absoluto esteja de fato acontecendo (JACKSON, 2009).

O decrescimento adiciona sua crítica à modernização ecológica que clama que novas tecnologias e avanços na eficiência podem superar os limites biofísicos e manter o crescimento econômico indefinidamente (DEMARIA, 2013). Dois argumentos sustentam essa crítica. O primeiro deles é a compreensão de que, do ponto de vista da maximização do crescimento, aumentos em eficiência produtiva não garantem a diminuição do uso total de materiais. Isso porque os recursos que poderiam ser poupados pelo avanço tecnológico, e que poderiam representar uma diminuição da escala biofísica da economia, são na verdade reinvestidos no aumento da produção, um paradoxo conhecido como Efeito Rebote (SCHNEIDER, 2008).

O segundo argumento contra a modernização ecológica se refere à crença no potencial das energias renováveis para manter o crescimento com menores emissões de carbono em relação aos combustíveis fósseis. Os combustíveis fósseis, e o petróleo em especial, tem um alto retorno energético em relação à energia que se investe para extraí-los, processá-los e utilizá-los (*EROEI - energy return on energy invested*), enquanto as energias renováveis, como a eólica ou fotovoltaica, produzem um excedente muito menor (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015). Por isso, mesmo convertendo a matriz energética global em solar ou eólica, considerando as tecnologias atuais, as economias precisarão ser menores, tornando o decrescimento será necessário (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015).

Esse ponto de vista demanda um modelo macroeconômico que considere os limites biofísicos do ambiente do qual o subsistema econômico depende. A economia do estado estacionário (EEE), conceito elaborado pelo trabalho de Herman Daly (DALY, 1977, 1996), busca operacionalizar esse princípio. A EEE pode ser definida como uma economia em que o transumo agregado é mantido constante e dentro das capacidades assimilativas e regenerativas do ambiente, enquanto sua alocação pode variar entre os usos competitivos (DALY, 1996). O transumo é entendido como o processo de transformação de materiais e energia em produtos e serviços e por fim em resíduos (DALY, 1996), sendo o principal fator que regula a escala

física do subsistema econômico (DALY; FARLEY, 2011).

Para O'Neill (2012), apesar da definição de economia de estado estacionário ser puramente biofísica, Daly e outros economistas do estado estacionário argumentam que uma série de medidas sociais progressistas seriam necessárias para atingir um estado estacionário. Deste modo, o estado estacionário tem sido cada vez mais associado a objetivos sociais como a diminuição da desigualdade social, uma distribuição justa de renda, e uma alta qualidade de vida. Por outro lado, O'Neill (2012) admite que são os decrescentistas quem tem dado mais ênfase a esses objetivos sociais. A Declaração do Decrescimento, da conferência de Paris deixa clara a importância dada pelo decrescimento a aspectos como equidade, senso de comunidade, tempo livre, democracia participativa, convivialidade, entre outros, para além dos aspectos biofísicos (RESEARCH & DEGROWTH, 2010).

Alguns autores do decrescimento costumam se apoiar nas críticas de Georgescu-Roegen, que recebeu com grandes críticas o trabalho de seu orientando Herman Daly, para declarar que uma economia estacionária é insuficiente (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010; DEMARIA et al., 2013). Para Georgescu, que cultivava alguma antipatia com os ambientalistas de seu tempo, considerar o estado estacionário como uma salvação ecológica da humanidade era uma “miragem da moda” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.111). Mas o autor admite também que nem mesmo o decrescimento pode evitar no longuíssimo prazo o fim das fontes humanas de energia de baixa entropia. O decrescimento, por outro lado, foca seu argumento no fato de que a economia dos países ricos/industrializados já ultrapassaram os limites ecológicos e por isso seria ilusão pensar apenas em parar seu crescimento (KERSCHNER, 2010).

Conforme ilustra O'Neill (2012), nas nações ricas, assim como na economia global considerada como um todo, o fluxo de materiais e energia excede a capacidade de suporte dos ecossistemas, portanto o decrescimento é um processo necessário antes de que se alcance um estado estacionário (Figura 1).

Figura 1 - O decrescimento como processo de transição para uma economia estacionária, pelo qual os países ricos e a economia global devem passar

Fonte: traduzido de O'Neill (2012).

A essa posição soma-se a percepção de que é impossível expandir o modo de vida da elite ocidental - as classes médias/altas dos países do norte (KALLIS; KERSCHNER; MARTÍNEZ-ALIER, 2012). Isso implica que o decrescimento nesses países deve liberar espaço ambiental¹² para que outras nações possam expandir seu nível de consumo energético e material onde esse nível estiver abaixo dos limites ecológicos e isso for fundamental para garantir condições dignas de vida às populações (RESEARCH & DEGROWTH, 2010).

A noção de espaço ambiental, assim como a de espaço operacional seguro, remete a níveis de depleção de recursos que se adequem à capacidade de regeneração do ambiente (o teto) em dimensões fundamentais como as identificadas por Rockström et al. (2009) (e.g. perda de biodiversidade, absorção de gases de efeito estufa, ciclos biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo), cuja violação dos limites causaria mudanças ambientais inaceitáveis. Por outro lado, considera também o uso mínimo de recursos (o piso) necessário para garantir condições dignas de vida para as populações (RAWORTH, 2012) (Figura 2). Nessa concepção gráfica, é delimitado um espaço biofísico a ser ocupado pelas atividades humanas de maneira considerada ambientalmente segura e socialmente desejável.

¹² Tradução livre de ecological space e environmental space.

Figura 2 - Um espaço justo e seguro para a humanidade

Fonte: Raworth, (2012).

O decrescimento adiciona, porém, que isso não significa que as nações do Sul global devam seguir um modelo de desenvolvimento pautado pelo crescimento, mas sim criar formas autônomas de promover mudanças qualitativas e perseguir seus objetivos sociais (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015). Para compreender essa ressalva, Martínez-Alier et al. (2010) afirma que é preciso considerar as especificidades das influências francesas do decrescimento, a fim de conectar as análises da economia ecológica à noção mais ampla de decrescimento. Parte dessas especificidades é abrangida pela crítica culturalista do decrescimento ao desenvolvimento e ao imaginário utilitarista que são apresentadas na seção a seguir.

2.2 Crítica culturalista ao desenvolvimento (sustentável) e ao imaginário utilitarista

A crítica do decrescimento não se direciona apenas às implicações biofísicas do crescimento econômico, mas também à sua carga ideológica embutida no “desenvolvimento” e suas formas adjetivadas, em especial, o “desenvolvimento sustentável”. Escobar (2015a), retomando as raízes históricas da noção de desenvolvimento, argumenta que é possível enxergá-lo como instrumento de modernização do mundo segundo o modelo de seu centro econômico e político. Escobar (2015a) resgata que a conotação atual do termo se consolidou em meados dos anos de 1940, quando o termo “desenvolvimento econômico” passou a ser

utilizado para designar o processo de replicação das condições das nações industrializadas (i.e. tecnificação da agricultura, urbanização, industrialização). O desenvolvimento se apresentou como estratégia para sanar os problemas do “Terceiro Mundo” (outro conceito nascido no mesmo contexto Pós-Guerra), expressando a concepção de que todos os países devem passar pelos mesmos processos históricos (ENRÍQUEZ, 2010). As teorias dominantes naquele momento associaram fortemente o desenvolvimento ao crescimento financiado por poupança, e forneceram os fundamentos para a cooperação técnica e financeira internacional subsequente (ENRÍQUEZ, 2010).

Nos anos 60 e 70 nas ciências sociais, a teoria da dependência, de orientação marxista, desafiou os supostos benefícios da modernização, argumentando que as raízes do subdesenvolvimento estariam na dependência externa dos países pobres em relação aos países ricos e pela exploração das classes ricas sobre as pobres internamente aos países, não pela falta de capital, tecnologia ou valores modernos (ESCOBAR, 2015a). Essa escola entendia o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultados históricos da dinâmica capitalista e advogava por reformas socialistas capazes de desenvolver o mundo subdesenvolvido (ENRÍQUEZ, 2010), porém, sem desafiar o pressuposto do crescimento (ESCOBAR, 2015a).

A partir dos anos 80, fortaleceu-se o pós-desenvolvimento, uma crítica culturalista ao desenvolvimento como discurso de produção socioeconômica do Terceiro Mundo. O pós-desenvolvimento questionava não apenas o capitalismo, mas também o crescimento, os dois principais pressupostos do discurso do desenvolvimento, como princípios centrais na representação das condições da América Latina, Ásia e África (ESCOBAR 2015b). O objetivo dessa crítica era abrir espaço conceitual para pensar alternativas ao desenvolvimento menos mediadas por essas premissas e não originárias de conhecimento produzido por especialistas, mas a partir das concepções e práticas dos movimentos de base desses lugares (ESCOBAR 2015b).

O decrescimento, em diálogo com o pós-desenvolvimento, busca escapar à lógica de que os países “não-desenvolvidos” precisam passar pelo mesmo processo histórico de modernização capitalista e crescimento pelo qual passaram os países desenvolvidos. Se o Norte global precisa decrescer, o que o Sul global precisa não é “desenvolvimento”. É reconhecida a necessidade desses países em promover mudanças qualitativas nas condições de vida das suas populações, porém, é uma falácia vincular esse processo a políticas extrativistas orientadas ao crescimento (ESCOBAR, 2015b). Essas políticas de desenvolvimento, promovidas ao longo do século XX, são altamente destrutivas para o ambiente e para as populações que residem em ecossistemas ricos em recursos naturais. Elas impediram as

transformações qualitativas nas estruturas produtivas e capacidades sociais, assim como o acesso a tecnologia nesses países (SAKAI, 2010).

Por outro lado, surge no horizonte do fim do século XX o “desenvolvimento sustentável”, dando uma nova roupagem ao ideário do desenvolvimento. Os mecanismos de desenvolvimento limpo, que se referem a tecnologias descritas como ecoeficientes e capazes de economizar energia e carbono (LATOUCHE, 2009), representam um novo pacote de medidas promissoras para um novo ciclo de crescimento, agora “verde”, supostamente capaz de finalmente proporcionar essas mudanças qualitativas através do crescimento, e de uma maneira ecologicamente sustentável.

Porém, considerando a análise termodinâmica da economia ecológica sobre as limitações dos ganhos em eficiência sem redução de escala, o decrescimento descarta a possibilidade de um desenvolvimento sustentável a partir de um crescimento. Nesse sentido, para Latouche (2009), desenvolvimento sustentável é um oxímoro, isto é, uma contradição em termos. O único desenvolvimento possivelmente sustentável seria aquele que não implicasse em aumento da atividade econômica. Porém, a concepção de desenvolvimento ao longo do século XX demonstra uma estreita relação com o pressuposto do crescimento, que não é desconstruído no conceito de desenvolvimento sustentável *à la Brundtland* difundido pelas Nações Unidas e é apenas revisitado no “crescimento verde”.

Apesar do uso do termo desenvolvimento sustentável pela economia ecológica para designar um processo desejável de melhoria qualitativa, não quantitativa, Herman Daly reconhece que esse é um termo que “todo mundo gosta, mas ninguém tem certeza do que significa” (DALY, 1996). Latouche (2009) diferencia as palavras crescimento e desenvolvimento (com minúsculas), que são fenômenos evolutivos que afetam realidades específicas, das palavras Crescimento e Desenvolvimento (em maiúsculas), que são conceitos abstratos que se referem a um dinamismo econômico que é um fim em si mesmo. A confusão entre essas duas categorias é propositadamente mantida pela ideologia dominante. Dessa forma, para Latouche (2009), tentar associar o decrescimento a uma forma de “Desenvolvimento Sustentável” consiste em buscar neutralizar o potencial subversivo do decrescimento.

No contexto neoliberal em que desenvolvimento sustentável se torna o discurso ambiental dominante, o campo político no qual distintas visões de mundo poderiam disputar sua concretização institucional e simbólica é fechado (SWYNGEDOUW, 2015). O debate sobre as questões de interesse público é despolitizado e as soluções são reduzidas a aspectos meramente técnicos, gerando um falso consenso sobre os pressupostos através dos quais se

examinam os problemas. Para Swyngedouw (2015) o desenvolvimento sustentável reforça um falso consenso de que o crescimento, as relações de mercado e o capitalismo são não apenas a melhor, mas a única e inquestionável maneira de acessar, transformar e distribuir os recursos da natureza, e a única forma de organização social possível. O objetivo desse discurso não é não resolver o problema da sustentabilidade, mas sim de compatibilizar as preocupações ambientais com a lógica de mercado, sem mudá-la (SWYNGEDOUW, 2015), propondo supostas soluções ganha-ganha capazes de perpetuar o desenvolvimento sem danificar o ambiente (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015).

Dessa forma, a pretensão do decrescimento é de repolitizar o debate sobre a relação entre sociedade e ambiente. É criticada a representação do ser humano como *homo economicus*¹³, cujo comportamento é orientado por interesses individuais e pela busca de maximização de utilidade. Essa representação é apenas uma das representações possíveis, e deve ser abandonada para dar lugar a visões mais amplas sobre as relações sociais presentes nas relações econômicas (o compartilhamento, a dádiva e a reciprocidade) (DEMARIA et al., 2013). O Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, dos anos 1980, que buscou desconstruir a visão reducionista do ser humano como ser utilitário e individualista defendida pela ciência econômica e disseminada nas ciências sociais, é uma referência para o decrescimento (ROMANO, 2015). O processo de comodificação, entendido como a extensão da lógica do mercado sobre aspectos da vida anteriormente governados por outros valores, é criticado do ponto de vista de que há coisas que não devem estar à venda nem serem governados pelo dinheiro e pelo mercado (GÓMEZ-BAGGETHUN, 2015).

Conforme discutem Johanisova, Crabtree e Franková (2013) resgatando a obra de Karl Polanyi, a economia não é idêntica ao mercado e tradicionalmente as necessidades humanas são satisfeitas também através de relações de reciprocidade, redistribuição e autoabastecimento. O funcionamento da economia monetarizada é dependente de recursos oferecidos gratuitamente pelo ambiente e de outra economia não-monetarizada que se esconde nas relações monetárias (i.e. trabalho voluntário, doméstico, familiar) (JOHANISOVA; CRABTREE; FRANKOVÁ, 2013). O decrescimento, portanto, busca reconhecer outras dimensões do ser humano que permitam escapar do imaginário dominante e desafiar o processo de economicização das mentes e comodificação do mundo (LATOUCHE, 2015).

Sem a pretensão e esgotar uma revisão sobre o decrescimento de uma perspectiva ampla, exploramos conceitualmente esse debate percorrendo alguns de seus argumentos

¹³ Este termo é utilizado por diversos autores do decrescimento para designar a representação utilitarista do ser humano.

centrais. No capítulo a seguir, passamos a descrever os procedimentos metodológicos realizados para atingir os objetivos propostos neste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão preliminar apontou a existência de uma literatura acadêmica predominantemente na língua inglesa, que discute o decrescimento a partir de uma perspectiva mundial, articulando o decrescimento em relação aos países do Sul e do Norte global. Frente a essa constatação, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como o Sul global está representado no debate acadêmico internacional sobre o decrescimento. A fim de cumpri-lo, realizamos uma revisão sistemática da literatura, seguindo uma abordagem exploratória qualitativa e estabelecendo como recorte a literatura acadêmica internacional.

Para levar a cabo os procedimentos de revisão sistemática da literatura, foi adotado como referência o guia de Okoli e Schabram (2010) que apresenta recomendações detalhadas para a sua realização, reunindo princípios e procedimentos recomendados por publicações de diversas áreas do conhecimento: sistemas de informação, ciências sociais, engenharia de *software*, ciências da saúde, ciência da gestão e organização. Considerando a pluralidade de disciplinas das quais foram extraídos, esses princípios podem ser, da mesma forma, aplicados em uma ampla gama de domínios do conhecimento (OKOLI; SCHABRAM, 2010).

Quatro aspectos fundamentais, apresentados por Fink (2005), diferenciam uma revisão sistemática de literatura de uma revisão de literatura qualquer: ela deve ser (1) sistemática - ao seguir uma abordagem metodológica; (2) explícita - ao explicar os procedimentos de sua execução; (3) abrangente - ao definir seu escopo considerando toda a literatura relevante disponível; e (4) reproduzível - ao ser capaz de ter seus procedimentos repetidos por outras pesquisadoras e pesquisadores. Para cumprir esses requisitos, recomenda-se definir um propósito claro para a realização de uma revisão sistemática e elaborar um protocolo de pesquisa antes da sua condução, descrevendo de maneira minuciosa os procedimentos a serem realizados (OKOLI; SCHABRAM, 2010). Essas duas tarefas compõem o planejamento da revisão sistemática que é seguido pela seleção do material, extração e execução.

Seguindo Okoli e Schabram (2010), a seleção do material passou pela realização da busca de acordo com os parâmetros estabelecidos no protocolo de pesquisa e por uma filtragem capaz de selecionar os documentos potencialmente aplicáveis para o propósito da revisão, além de restringir a unidade de análise a um número de textos manejável. A fase de extração compreendeu a leitura aprofundada dos textos em busca de conteúdos que contribuíssem para responder a questão proposta. Na fase de execução, os conteúdos identificados foram alvo de análise e a revisão foi redigida.

No estudo aqui apresentado, os procedimentos de planejamento e seleção do material foram realizados em duas etapas com objetivos específicos distintos. A etapa 1 visou mapear a literatura acadêmica internacional do decrescimento para conhecer suas características características gerais. A etapa 2, buscou selecionar aqueles textos na literatura decrescentista que abordam também o Sul global. Ambas as etapas resultaram na definição de conjuntos de documentos considerados relevantes para a os objetivos deste trabalho e que foram posteriormente submetidos aos procedimentos de extração de dados para a execução da revisão sistemática. Os elementos estruturantes da pesquisa estão sintetizados no Quadro 4:

Quadro 4 - Quadro-síntese dos elementos estruturantes da pesquisa

Tema: decrescimento e Sul global	
Fenômeno de estudo: o debate acadêmico internacional sobre o decrescimento	
Recorte geográfico: global, considerando a divisão Sul-Norte	
Questões de Pesquisa: como o Sul global é abordado no debate internacional sobre decrescimento? Quais são as implicações desse debate para o Sul?	
Objetivo Geral: compreender como o Sul global está representado no debate acadêmico internacional sobre o decrescimento.	
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> a) Reconhecer as características gerais do campo de pesquisa sobre o decrescimento, considerando a participação do Sul global na literatura acadêmica internacional; b) Analisar que aspectos são discutidos nessa literatura ao abordar o Sul global; c) Identificar implicações do decrescimento para o Sul global. 	Proposições: <ul style="list-style-type: none"> a) Autores(as) e instituições acadêmicas do Sul global participam de maneira marginal, com pequeno número de publicações e citações; b) A literatura enfatiza o decrescimento para os países do Norte, dedicando pouca atenção às suas implicações para o Sul global.

Fonte: elaboração própria

Neste capítulo, os procedimentos metodológicos são descritos a seguir em três partes. A primeira seção descreve os procedimentos de planejamento e seleção do material para a etapa 1. A seção seguinte traz os procedimentos para a realização da etapa 2. A última seção descreve a extração e execução da revisão sistemática realizadas a partir do material selecionado nas etapas 1 e 2.

3.1 Etapa 1: mapeando a literatura internacional sobre o decrescimento

O recorte para a realização do mapeamento foi a literatura acadêmica de circulação internacional sobre o decrescimento, considerando a base de dados *Scopus*. Os procedimentos aqui descritos visaram identificar o universo de publicações sobre o tema na base escolhida, definindo um conjunto de documentos que constitua uma unidade de análise para caracterizar essa literatura. Deve-se ressaltar que o objetivo não é o de esgotar uma análise bibliométrica sobre o tema, mas conhecer as características gerais e a participação do Sul global nesse campo de pesquisa que está sendo consolidado.

A *Scopus* foi priorizada devido à sua repercussão internacional, sua abrangência em termos de áreas do conhecimento e pelo amplo número de periódicos catalogados. O trabalho com múltiplas bases de dados similares (e.g. *Web of Knowledge*) foi descartado após avaliarmos a grande sobreposição de referências entre as bases quando tratam desse tema. Essa evidência nos permitiu considerar que a base *Scopus* poderia ser considerada representativa da literatura acadêmica internacional.

Dentre os critérios de elegibilidade para a catalogação dos títulos que constam na base *Scopus* estão: ser composto por conteúdo revisado por pares; ser publicado regularmente; ser relevante e legível para uma audiência internacional (*i.e.* possuir referências utilizando o alfabeto latino/romano e apresentar resumos e títulos em inglês) (ELSEVIER, 2016). Considerando esse último critério, a definição de termos de busca para a seleção de documentos foi restrita ao inglês. Isso não impediu que a busca retornasse resultados em outros idiomas, já que artigos indexados nessa base de dados escritos em português ou espanhol, por exemplo, necessariamente possuem título e resumo em inglês e portanto foram detectados pelos termos estabelecidos em inglês.

A busca foi realizada utilizando os seguintes parâmetros: **termo *degrowth* ou *de-growth* nos campos título, palavras-chave ou resumo**¹⁴. Frente à possibilidade de que parte dos resultados obtidos utilizassem os termos da busca com conotação distinta à de interesse para essa pesquisa, foi aplicado um procedimento de filtragem para excluir tais resultados, conforme recomendam Okoli e Schabram (2010). Avaliando o título e, quando necessário, as palavras-chave, resumo e referências de cada documento, foram excluídos aqueles julgados como inaplicáveis, baseados nos seguintes critérios: *critérios de exclusão* - documentos que utilizam o termo com conotação discrepante de contextos políticos, econômicos, culturais e

¹⁴ Nos termos da busca booleana: TITLE-ABS-KEY (degrowth) OR TITLE-ABS-KEY (de-growth)

ambientais ou que careçam de informações para o julgamento; *critérios de inclusão* - documentos que usam o termo *degrowth* para discutir aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais.

A fim de definir os limites cronológicos desta revisão sistemática, inicialmente foi feita uma busca exploratória na plataforma *Scopus* com os parâmetros mencionados com limite de tempo inicial aberto e limite final em 2016, último ano completo antes da conclusão desta dissertação¹⁵ A busca retornou 332 resultados de 1968 a 2016. Notou-se que existe um rápido aumento no número de publicações utilizando o termo decrescimento a partir do ano de 2008, conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3 - Documentos por ano que utilizam o termo *degrowth*

Fonte: base de dados *Scopus*.

Aplicou-se o procedimento de filtragem sobre os artigos publicados desde 1968 até 2006, notando-se que estão em geral relacionados a áreas como biologia, bioquímica, química, medicina, genética, biologia molecular, entre outras, e tratam de temas como a dinâmica de crescimento/decrescimento de tecidos ou populações de organismos não humanos em experimentos de campo ou laboratoriais. Considerou-se portanto que este uso do termo decrescimento não correspondia àquele de interesse para essa pesquisa. Apenas em 2007 os três artigos publicados nesse ano, nas áreas de ciências ambientais, ciências sociais e

¹⁵ A escolha se justifica para possibilitar a realização das análises com antecedência com relação à entrega da dissertação. Incluir o ano de 2017 demandaria atualizar a busca até meados deste ano, e ignorar publicações do mesmo ano posteriores à entrega.

artes e humanidades usaram o termo decrescimento para discutir aspectos políticos, econômicos e culturais. A partir desse ano, outras publicações apareceram fazendo o mesmo uso do termo.

Kallis, Demaria e D'alisa (2015) e Demaria et al. (2013) consideram que a repercussão acadêmica internacional do decrescimento se deu em função da disseminação do termo em inglês nos periódicos acadêmicos internacionais a partir dos anos 2000. Observou-se que, na base *Scopus*, as primeiras menções ao termo *degrowth* ocorrem apenas em 2007. Por essa razão, os limites cronológicos da revisão foram determinados entre 2007 e 2016, abrangendo a totalidade da primeira década de publicações acadêmicas sobre o tema que utilizam o termo em inglês¹⁶.

Tendo definido os parâmetros da busca (conforme sintetiza o Quadro 5), a operação foi realizada, retornando como resultado 296 documentos¹⁷. A primeira busca foi conduzida em setembro de 2016, e retomada novamente em maio de 2017 seguindo o mesmo protocolo.

Quadro 5 - Parâmetros da busca para a identificação da literatura internacional sobre o decrescimento

Termos	<i>degrowth</i> OU <i>de-growth</i>
Base de dados	Scopus
Intervalo cronológico	2007-2016
Campos de busca	título, resumo, palavras-chave

Fonte: dados da pesquisa.

Excluiu-se manualmente 18 artigos de áreas que atribuíam outro uso ao termo decrescimento (*e.g.* gerontologia, zoologia, biologia experimental, genética), além dos artigos *In praise of degrowth*, da revista *The Ecologist* e *Is there a happy degrowth in historical studies? the Jinan Mall, Chinese globality and Italian historiography* do periódico *Cromohs*, que poderiam ser pertinentes, mas careciam de resumo e palavras chave em sua entrada na base *Scopus*, dificultando a identificação. Após a filtragem, permaneceu um total de 276 documentos.

¹⁶ Em 2005, foram publicados dois artigos de autoria de Serge Latouche, um importante expoente do decrescimento, utilizando exclusivamente o termo *décroissance* em francês. Pelas características da base de dados *Scopus* já explicitadas e pela limitação linguística do pesquisador em examinar textos na língua francesa (na fase de filtragem), o termo *décroissance* não foi utilizado como parâmetro de busca mesmo na etapa 1. Portanto, tais documentos não estão incluídos nesta análise.

¹⁷ Última atualização dia 15 de maio de 2017, às 14h30.

Para examinar as características desse conjunto, foram utilizadas as ferramentas disponibilizadas pela base *Scopus* (que permitiram analisar os documentos resultantes da busca no tangente às categorias ano, fonte, autor, afiliação, país/território e área de estudo), o gerador de nuvens de palavras *TagCrowd*¹⁸ e o *software VOSviewer*¹⁹ de construção e visualização de redes bibliométricas. O resultado desse mapeamento é apresentado no capítulo 4.

Ainda, foram selecionadas para a fase de extração as vinte publicações mais citadas dentre as 276 encontradas. Considerou-se que esse subconjunto é relevante por representar as ideias que provavelmente mais se difundem na literatura, seja por serem corroboradas ou rechaçadas, e que alusões aos países do Sul constantes nesses documentos possivelmente impactaram as concepções de publicações posteriores.

Em suma, na etapa 1 foi identificada a literatura sobre o decrescimento para o mapeamento, e selecionado o subconjunto dos textos mais citados para a fase de extração, conforme sintetiza a Figura 4.

¹⁸ Ferramenta disponível na página web: <<http://tagcrowd.com>>. Acesso em 08 maio 2017.

¹⁹ Ferramenta disponível na página web: <<http://www.vosviewer.com/>>. Acesso em 08 maio 2017.

Figura 4 - Fluxograma metodológico da etapa 1 de seleção do material

Fonte: elaboração própria, utilizando a ferramenta Gliffy²⁰

Na etapa 2, detalhada na seção a seguir, a seleção do material foi refinada a partir do conjunto de textos identificados na etapa 1.

3.2 Etapa 2: identificando documentos sobre o Sul global

A etapa 2 do processo metodológico visou identificar artigos que se aprofundam nas implicações do decrescimento para o Sul global, dentre os textos sobre o decrescimento delimitado na etapa 1 e que eventualmente estivessem fora do conjunto dos artigos mais citados. Utilizou-se o campo “*search within results*” na *Scopus*, que permite pesquisar dentro dos resultados já obtidos, para adicionar à busca os termos: *south, developing, underdeveloped, emerging, poor, poverty, misery, peripheral, periphery, third world* ou *colony* nos campos título, resumo ou palavras-chave. Tais termos emergiram das leituras exploratórias sobre decrescimento e desenvolvimento como expressões em inglês utilizadas para se referir aos países do Sul global. Foram adicionados também termos que fazem referência ao Sul em suas entradas no livro *Degrowth - Vocabulary for a new era* (D’ALISA; DEMARIA; KALLIS, 2015). Foram eles: *environmental justice, commodity frontier, buen*

²⁰ Ferramenta disponível na página web: <<https://www.gliffy.com>>. Acesso em 08 maio 2017

vivir, *economy of permanence* e *ubuntu*. Os termos da busca²¹ e suas respectivas traduções, foram organizados no Quadro 6.

Quadro 6 - Termos de busca utilizados em cada etapa do protocolo de pesquisa

Termos da etapa 1	Termos da etapa 2
<i>degrowth</i> OU <i>de-growth</i>	<i>south</i> (Sul) OU
	<i>developing</i> (em desenvolvimento) OU
	<i>underdeveloped</i> (subdesenvolvido) OU
	<i>emerging</i> (emergente) OU
	<i>misery</i> (miséria) OU
	<i>peripheral</i> (periférico) OU
	<i>periphery</i> (periferia) OU
	<i>poor</i> (pobre) OU
	<i>poverty</i> (pobreza) OU
	<i>third world</i> (Terceiro Mundo) OU
	<i>colony</i> (colônia) OU
	<i>environmental justice</i> (justiça ambiental) OU
	<i>commodity frontier</i> (fronteira de <i>commodities</i>) OU
	<i>buen vivir</i> (bem viver) OU
	<i>economy of permanence</i> (economia da permanência) OU
	<i>ubuntu</i> OU

Fonte: dados da pesquisa

A busca retornou 67 resultados, sobre os quais foi aplicado o filtro da etapa 2, a fim de determinar os estudos aplicáveis ao propósito desta etapa e restringir o número de documentos a um volume manejável para a leitura e análise por este pesquisador no escopo do programa de mestrado, conforme recomenda Okoli e Schabram (2010). Através do exame das entradas na plataforma *Scopus*, foram incluídos aqueles documentos julgados como aplicáveis segundo os critérios de inclusão exclusão a seguir:

- *Critérios de inclusão*: documentos em português, espanhol ou inglês; documentos que tratam de aspectos relativos aos países Sul global; documentos que consideram o sistema global e as diferenças entre países e continentes.

²¹ Nos termos da busca booleana, os parâmetros adicionados na etapa 2 foram: AND TITLE-ABS-KEY (*developing*) OR TITLE-ABS-KEY (*underdeveloped*) OR TITLE-ABS-KEY (*emerging*) OR TITLE-ABS-KEY (*misery*) OR TITLE-ABS-KEY (*peripheral*) OR TITLE-ABS-KEY (*periphery*) OR TITLE-ABS-KEY (*poor*) OR TITLE-ABS-KEY (*poverty*) OR TITLE-ABS-KEY (*south*) OR TITLE-ABS-KEY (*third world*) OR TITLE-ABS-KEY (*colony*) OR TITLE-ABS-KEY (*environmental justice*) OR TITLE-ABS-KEY (*commodity frontier*) OR TITLE-ABS-KEY (*buen vivir*) OR TITLE-ABS-KEY (*economy of permanence*) OR TITLE-ABS-KEY (*ubuntu*).

- *Crterios de excluso*: documentos que no esto escritos em portugus, ingls, ou espanhol; documentos que utilizam os termos de busca da etapa 2 (i.e. *emerging*, *developing* etc) com conotao distinta, sem referir-se aos pases do Sul; documentos que considerem o sistema global de maneira genrica e/ou homognea²²; documentos que figuram entre os vinte mais citados selecionados na etapa 1 (para eliminar sobreposies).

Quando a leitura do ttulo, palavras-chave, resumo no foi suficiente para discernir a aplicabilidade de um documento, esse foi classificado como incerto e includo para posterior exame do texto.

As restries lingusticas colocadas consideraram a capacidade de leitura e compreenso do pesquisador, que suficiente no portugus, no espanhol e no ingls. Essa limitao poderia impactar a abrangncia da reviso, considerando a existncia de publicaes relevantes para o decrescimento que foram e so escritas em francs, por exemplo, devido parte francesa de suas razes. Ainda, o decrescimento enquanto movimento tem fora acadmica e poltica em pases como Itlia, Alemanha, Hungria²³, e outros pases europeus de lnguas plurais, onde organizaes e centros de pesquisa tem produzido material nos seus respectivos idiomas.

Por outro lado, possvel que na tentativa de ampliar o impacto (poltico e acadmico) desses documentos a um nvel internacional, parte relevante deles tenha sido traduzida e publicada em ingls ou mesmo produzida diretamente em ingls, considerando o *status* desse idioma no atual contexto global. De fato, as leituras exploratrias indicaram que muitas autoras e autores de publicaes acadmicas em ingls sobre o decrescimento no so de pases de fala inglesa (e.g. Espanha, Grcia, Itlia, Frana), fato que reduz, mesmo que parcialmente as limitaes lingusticas deste estudo, considerando a inteno de analisar a literatura de repercusso internacional.

O procedimento de filtragem demonstrou que as restries lingusticas no afetaram a abrangncia da reviso dentro dos limites da plataforma *Scopus*. Dentre os 67 documentos, foram descartados apenas um artigo em francs e outro em checo, que tambm no preencheram nenhum outro critrio de incluso. Os dois nicos documentos em portugus e

²² Pode-se considerar que a viso do sistema global como um conjunto homogneo tambm uma maneira de abordar os pases perifricos (sem considerar suas especificidades). Porm, a anlise dessa viso em especfico demandaria outras perguntas de pesquisa e outros procedimentos, escapando ao escopo deste trabalho.

²³ A primeira Conferncia Internacional sobre Decrescimento foi sediada em Paris (Frana), em 2008; a segunda, na cidade de Barcelona (Espanha), em 2010; a terceira foi sediada em Veneza (Itlia), em 2012; e a quarta, em Leipzig (Alemanha), em 2014 (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015). A quinta conferncia foi realizada em Budapeste (Hungria), em agosto de 2016 (DEGROWTH CONFERENCE BUDAPEST, 2016).

em espanhol atendiam a outros critérios de inclusão e foram mantidos. Dentre os artigos em inglês, 33 foram eliminados, sendo quatro deles sobreposições com o conjunto de artigos mais citados. Dessa forma, 30 documentos foram mantidos para a fase seguinte de extração. (O Quadro com a lista de documentos é apresentado na seção 3.3)

A Figura 5 sintetiza em um fluxograma os processos e produtos da etapa 2, que permitiram identificar na literatura internacional sobre o decrescimento um subconjunto de textos que abordam aspectos relacionados aos países do Sul global. Os procedimentos de extração e execução são descritos na seção posterior

Figura 5 - Fluxograma metodológico da etapa 2 de seleção do material

Fonte: dados da pesquisa, utilizando a ferramenta Gliffy

3.3 Extração e execução

A fase de extração, compreende à leitura aprofundada dos textos em busca de conteúdos que contribuam para responder a questão proposta como orientadora da revisão

sistemática. Okoli e Schabram (2010) sugerem a pontuação e hierarquização do material segundo sua qualidade, no caso da análise de dados quantitativos, para excluir aqueles resultados de qualidade considerada inadequada. Dado o interesse dessa pesquisa pelos aspectos qualitativos, a avaliação da qualidade realizada visou apenas identificar a importância relativa dos documentos segundo o grau de aprofundamento nas implicações do decrescimento para os países do Sul. Para a avaliação da qualidade foram considerados, portanto três conjuntos de textos: (i) os vinte documentos mais citados identificados na etapa 1; (ii) os textos resultantes da filtragem da etapa 2; e (iii) documentos identificados dentre as leituras exploratórias que possuíam conteúdos significativos para o tema tratado, porém, não estavam indexados na *Scopus*.

Os três conjuntos de documentos são apresentados nos Quadros 7, 8 e 9, classificados com cores segundo sua contribuição relativa para tema de pesquisa. Avaliou-se que parte dos documentos apresenta poucos parágrafos ou breves comentários sobre a relação entre decrescimento e Sul global (assinalados em amarelo, conforme a legenda), enquanto outros envolvem seções inteiras ou a totalidade do texto a essa discussão (assinalados em verde). Parte dos textos, porém, apenas mencionam a divisão Sul-Norte sem chegar a formular ideias sobre o tema, não contribuindo significativamente para responder a pergunta de pesquisa proposta e por esse motivo foram excluídos (assinalados em vermelho). Dois textos estavam indisponíveis através dos meios oferecidos pela Universidade de São Paulo e não foram considerados (assinalados em cinza).

Quadro 7 - Documentos sobre o decrescimento mais citados segundo a Plataforma Scopus

Título	Autoria	Ano	Periódico
Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability	Schneider F., Kallis G., Martínez-Alier J.	2010	J. Clean. Prod.
In defence of degrowth	Kallis G.	2011	Ecol. Econ.
Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm	Martínez-Alier J., Pascual U., Vivien F.-D., Zaccai E.	2010	Ecol. Econ.
Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: From first- and second-order to third-order change?	Hall M.C.	2011	J. Sustainable Tour.
Environment versus growth - A criticism of "degrowth" and a plea for "a-growth"	Van den Bergh J.C.J.M.	2011	Ecol. Econ.
The economics of degrowth	Kallis G., Kerschner C., Martínez-Alier J.	2012	Ecol. Econ.
Socially sustainable economic de-growth	Martínez-Alier J.	2009	Dev. Change
Degrowing tourism: Décroissance, sustainable consumption and steady-state tourism	Hall M.C.	2009	Anatolia
Economic de-growth vs. steady-state economy	Kerschner C.	2010	J. Clean. Prod.
Degrowth	Latouche S.	2010	J. Clean. Prod.
What is degrowth? from an activist slogan to a social movement	Demaria F., Schneider F., Sekulova F., Martínez-Alier J.	2013	Environ. Values
Strong sustainable consumption governance - Precondition for a degrowth path?	Lorek S., Fuchs D.	2013	J. Clean. Prod.
Could working less reduce pressures on the environment? A cross-national panel analysis of OECD countries, 1970-2007	Knight K.W.,	2013	Global Environ. Change
Growing green money? Mapping community currencies for sustainable development	Seyfang G.,	2013	Ecol. Econ.
The growth discourse, growth policy and sustainable development: two thought experiments	Spangenberg J.H.	2010	J. Clean. Prod.
Eco-efficiency guiding micro-level actions towards sustainability: Ten basic steps for analysis	Huppes G.,	2009	Ecol. Econ.
Paper assets, real debts: An ecological-economic exploration of the global economic crisis	Kallis G., Martínez-Alier J., Norgaard R.B.	2009	Crit. Perspect. Int. Bus.
Environmental justice and economic degrowth: An alliance between two movements	Martínez-Alier J.	2012	Capitalism Nat. Social.
Why are we growth-addicted? The hard way towards degrowth in the involutory western development path	van Griethuysen P.	2010	J. Clean. Prod.
Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy	O'Neill D.W.	2012	Ecol. Econ.

Legenda: as cores indicam o grau de contribuição para a discussão sobre as implicações do decrescimento para os países do Sul - verde: contribuição significativa; amarelo: contribuição pouco significativa, vermelha - sem contribuição significativa.

Fonte: dados da pesquisa. Informações da plataforma *Scopus*.

Quadro 8 - Documentos sobre o decrescimento que abordam o Sul global selecionados na etapa 2 (continua)

Título	Autoria	Ano de publicação	Periódico
Basic income from an ecological perspective	Andersson J.O.	2009	Basic Income Studies
The 'Environmentalism of the Poor' revisited: Territory and place in disconnected glocal struggles	Anguelovski I., Martínez Alier J.	2014	Ecological Economics
On the possibility of sustainable development with less economic growth: a research note	Barroso Â., Chaves C., Martins F.V., Branco M.C.	2016	Environment, Development and Sustainability
Degrowth? How about some de-alienation?	Brownhill L., Turner T.E., Kaara W.	2012	Capitalism, Nature, Socialism
Economia verde: Por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão	Cechin A., Pacini H.	2012	Estudos Avancados
Degrowth, American style: No impact man and bourgeois primitivism	Correia D.	2012	Capitalism, Nature, Socialism
Rethinking sustainability on planet Earth: A time for new framings	Dylan A.	2012	Electronic Green Journal
Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation	Escobar A.	2015	Sustainability Science
Sold Futures? The global availability of metals and economic growth at the peripheries: Distribution and regulation in a degrowth perspective	Exner A., Lauk C., Zittel W.	2015	Antipode
Four sustainability goals in a Swedish low-growth/degrowth context	Fauré E., Svenfelt Å., Finnveden G., Hornborg A.	2016	Sustainability (Switzerland)
Economic development and prosperity patterns around the world: Structural challenges for a global steady-state economy	Fritz M., Koch M.	2016	Global Environmental Change
Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy	Kothari A., Demaria F., Acosta A.	2014	Development (Basingstoke)
Rejecting the post-political response to climate change: Introducing the European egalitarian environmentalist	Krüger O., Domazet M., Dolenec D.	2016	Socijalna Ekologija
Can the left escape economism?	Latouche S.	2012	Capitalism, Nature, Socialism
The Smart City and other ICT-led techno-imaginaries: Any room for dialogue with Degrowth?	March H.	2016	Journal of Cleaner Production

Quadro 8 - Documentos sobre o decrescimento que abordam o Sul global selecionados na etapa 2 (conclusão)

Título	Autoria	Ano de publicação	Periódico
Green economy and carbon markets for conservation and development: a critical view	McAfee K.	2016	International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics
De-growth and critical community psychology: Contributions towards individual and social well-being	Natale A., Di Martino S., Procentese F., Arcidiacono C.	2016	Futures
The proximity of nations to a socially sustainable steady-state economy	O'Neill D.W.	2015	Journal of Cleaner Production
Innovation for de-growth: A case study of counter-hegemonic practices from Kerala, India	Pansera M., Owen R.	2016	Journal of Cleaner Production
Introduction to the degrowth symposium	Saed	2012	Capitalism, Nature, Socialism
Rethinking climate and energy policies: New perspectives on the rebound phenomenon (livro)	Santarius T., Walnum H.J., Aall C.	2016	-
Degrowth and BuenVivir, Converging paradigms? Debates on the post-development in Europe and Latin America [Decrecimiento y Buen Vivir	Satruestegui K.U.	2013	Revista de Economia Mundial
A critique of degrowth and its politics	Schwartzman D.	2012	Capitalism, Nature, Socialism
Well-being and prosperity beyond growth: Discursive struggles in the German Enquete Commission on Growth, Prosperity and Quality of Life	Soetebeer I.	2015	GAIA
Institutional change for strong sustainable consumption: Sustainable consumption and the degrowth economy	Spangenberg J.	2014	Sustainability: Science, Practice, and Policy
Full circle: Electricity, development and welfare	Srinivasan S., Reddy V.K.	2016	International Journal of Global Energy Issues
Pachakuti: Indigenous perspectives, Buen Vivir, Sumaq Kawsay and degrowth	Thomson B.	2011	Development
Sustainable development: An overview of economic proposals	Vivien F.-D.	2008	Sapiens
Occupy development-Towards a caring economy	Wichterich C.	2013	Development (Basingstoke)
Is the degrowth debate relevant to China?	Xue J., Arler F., Næss P.	2012	Environment, Development and Sustainability

Legenda: as cores indicam o grau de contribuição para a discussão sobre as implicações do decrescimento para os países do Sul - verde: contribuição significativa; amarelo: contribuição pouco significativa, vermelha - sem contribuição significativa; cinza – documento não encontrado.

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 9 - Documentos sobre o decrescimento que abordam o Sul global selecionados dentre as leituras exploratórias

Título	Autoria	Ano de publicação	Periódico / Editora
Degrowth – Vocabulary for a New Era	D'alisa, G., Demaria, F., Kallis, G.	2015	Routledge
La apuesta por el decrecimiento	Latouche, S.	2008	Icaria Antrazyt
Farewell to growth	Latouche, S.	2009	Polity Press
Degrowth Declaration of the Paris 2008 Conference	Research & Degrowth	2010	Journal of Cleaner Production

Fonte: dados da pesquisa.

Dessa forma, permaneceram um total de 35 documentos para a fase de execução, indicados pelas cores verde e amarelo segundo a relevância de sua contribuição: 13 documentos do conjunto i); 18 pertencentes ao conjunto ii); e os quatro documentos do conjunto iii). Os conteúdos extraídos desses documentos foram analisados conforme possibilidade sugerida por Okoli e Schabram (2010): os textos foram interpretados e comparados, as relações entre eles foram mapeadas e finalmente foram agrupados segundo seus argumentos e prerrogativas utilizados pelos autores. Este tipo de análise qualitativa foi inevitavelmente influenciada pela interpretação subjetiva do autor. Os procedimentos aqui descritos visaram não combater esse fato, mas permitir que os pressupostos iniciais estivessem evidentes. Os resultados da análise serão apresentados posteriormente no capítulo 5.

A figura 6 apresenta o fluxograma metodológico completo da pesquisa, considerando as fases de leituras exploratórias, seleção do material, mapeamento, extração e execução da revisão sistemática.

Figura 6 - Fluxograma metodológico da pesquisa

Fonte: elaboração própria, utilizando a ferramenta Gliffy

O capítulo a seguir, de número 4, apresenta os resultados do mapeamento da literatura internacional do decrescimento.

4 MAPEAMENTO DE UMA DÉCADA DE LITERATURA ACADÊMICA INTERNACIONAL SOBRE O DECRESCIMENTO

Este capítulo apresenta e discute o mapeamento de uma década de literatura acadêmica internacional sobre o decrescimento. São apresentadas aqui algumas das informações geradas a partir da análise do conjunto de 276 documentos sobre o decrescimento publicados entre 2007 e 2016 identificados na etapa 1.

O intervalo analisado foi dividido em dois períodos de tempo iguais. No primeiro período (2007-2011) foi publicado um total de 45 documentos sobre o tema, uma média de cinco por ano. No segundo período (2012-2016) ocorreu um salto considerável: o número de documentos praticamente quintuplicou em relação ao período anterior, somando 231 publicações, 46,2 por ano, em média. Destaca-se o ano de 2013, com 59 publicações, a maior quantidade anual em todo o intervalo considerado (2007-2015). A Figura 7 ilustra a dinâmica das publicações ao longo do período analisado, mostrando uma tendência crescente.

Figura 7 – Número de documentos sobre o decrescimento por ano entre 2007 e 2016

Fonte: dados da pesquisa, traduzido e adaptado da base de dados *Scopus*.

Quanto à natureza dos documentos, do conjunto analisado, 72.1% são artigos, 8% capítulos de livros e 7.2% artigos no prelo, somando 86.7% (Figura 8), denotando um certo amadurecimento do campo. Revisões, editoriais, livros, artigos de conferências, cartas, notas e pesquisas curtas correspondem em conjunto a apenas 13.3% do material.

Figura 8 - Tipos de publicações sobre o decrescimento

Fonte: dados da pesquisa, traduzido da base de dados *Scopus*.

Os periódicos acadêmicos que mais publicaram sobre o decrescimento foram o *Journal Of Cleaner Production* (52) *Ecological Economics* (30), *Futures* (14), *Capitalism Nature Socialism* (10), *Environmental Values* (9), *Sustainability Switzerland* (9), *Sustainability Science* (7), todos de escopo multi ou transdisciplinar, conforme mostra a Tabela 1. Outros cinco periódicos publicaram três documentos cada um, quatro periódicos publicaram dois documentos cada e outros 58 periódicos tiveram apenas uma publicação relacionada ao decrescimento em cada um.

Tabela 1 - Periódicos com maior número de publicações sobre o decrescimento

Periódico	Escopo	Nº de documentos por periódico
Journal Of Cleaner Production	Transdisciplinar: produção mais limpa, pesquisa ambiental e em sustentabilidade	52
Ecological Economics	Transdisciplinar: economia ecológica, integração entre ecologia e economia	30
Futures	Multidisciplinar: estudos do futuro	14
Capitalism Nature Socialism	Multidisciplinar: ecossocialismo, política vermelho-verde	10
Environmental Values	Filosofia, economia, política, sociologia, geografia, antropologia, ecologia	9
Sustainability Switzerland	Multidisciplinar: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	9
Sustainability Science	Transdisciplinar: sustentabilidade, interações entre ciências naturais, sociais e humanidades	7

Fonte: dados da pesquisa. Informações fornecidas nos *sites* das editoras Elsevier, White Horse Press, Taylor & Francis, MDPI e Springer.

A Figura 9 mostra o número de documentos anuais sobre o decrescimento segundo a fonte, permite observar a dinâmica da penetração do debate nos periódicos que mais publicaram sobre o tema. O *Journal Of Cleaner Production* e o *Ecological Economics* foram os únicos dentre eles a publicar sobre o decrescimento entre 2009 e 2011. Em 2012, os periódicos *Futures* e *Capitalism Nature Socialism* fizeram suas primeiras publicações sobre o tema. No ano seguinte, 2013, os outros três periódicos iniciaram suas publicações relacionadas ao tema.

Figura 9 - Publicações sobre o decrescimento por ano nos periódicos que mais publicaram sobre o tema

Fonte: dados da pesquisa. Base de dados *Scopus*.

É de se notar, porém, que os dois periódicos com o maior número de documentos iniciaram publicações relacionadas ao decrescimento apenas em 2009 (*Ecological Economics*) e 2010 (*Journal of Cleaner Production*), ao menos dois anos após o início do uso do termo *degrowth* em 2007. Os periódicos pioneiros tiveram menor expressividade no número de publicações sobre o decrescimento no período total, e por esse motivo não aparecem no gráfico. Foram eles a *Revue Du Mauss*, que publicou dois artigos relacionados em 2007, e os periódicos *Environmental Politics*, *Sapiens*, e *Trends In Genetics*, que publicaram um documento cada um em 2008.

Nota-se que alguns desses periódicos obtiveram um elevado número de documentos sobre o decrescimento em determinados anos devido à publicação de edições especiais dedicadas ao tema (KALLIS, SCHNEIDER, MARTÍNEZ-ALIER, 2010; CATTANEO et al., 2012; SAED, 2012; KALLIS; KERSCHNER; MARTÍNEZ-ALIER, 2012; SEKULOVA et al., 2013; WHITEHEAD, 2013; KOSOY, 2013). A Tabela 2 mostra a relação das edições especiais identificadas.

Tabela 2 - Edições especiais sobre o decrescimento segundo ano de publicação

Periódico	Editores convidados	Ano
Journal Of Cleaner Production	KALLIS, SCHNEIDER, MARTÍNEZ-ALIER	2010
Ecological Economics	KALLIS; KERSCHNER; MARTÍNEZ-ALIER	2012
Futures	CATTANEO et al	2012
Capitalism Nature Socialism	SAED	2012
Journal Of Cleaner Production	SEKULOVA et al.	2013
Sustainability Science	KOSOY	2013
Environmental Values	WHITEHEAD	2013

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto às áreas de estudos, muitos dos documentos estão subscritos a mais de uma área, gerando um total de 447 relações entre documentos e áreas. As duas áreas mais expressivas são a ciência ambiental (26%) e as ciências sociais (21.6%) com mais de uma centena de documentos relacionados a cada uma. Com considerável distância, as áreas de economia, econometria e finanças (11.5%) e de negócios, gestão e contabilidade (11.3%) aparecem apenas em terceiro e quarto lugar (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Documentos sobre o decrescimento por área de estudo

Área de estudo	Nº de documentos relacionados	Participação no total de subscrições (%)
Ciência ambiental	124	26.0
Ciências sociais	103	21.6
Economia, Econometria e Finanças	55	11.5
Negócios, Gestão e Contabilidade	54	11.3
Energia	40	8.4
Engenharia	30	6.3
Artes e humanidades	23	4.8
Ciências da agricultura e biológicas	7	1.5
Ciências da Terra e planetárias	6	1.3
Ciências da decisão	2	0.4
Bioquímica, genética e biologia molecular	1	0.2
Matemática	1	0.2
Medicina	1	0.2
Total	447	

Fonte: dados da pesquisa. Informações da plataforma *Scopus*.

Se Demaria et al. (2013) argumentam que o decrescimento é um conceito não-econômico, essas informações evidenciam ao menos que não é um conceito puramente econômico, mas que abordagens da ciência ambiental e das ciências sociais também são preponderantes nesse debate. Já as áreas de energia (8.4%), engenharia (6.3%), e artes e humanidades (4.8%) possuem uma importância moderada, reunindo entre 55 e 23 documentos por área. Ciências da agricultura e biológicas (1.5%), ciências da Terra e planetárias (1.3%), ciências da decisão (0.4%), bioquímica, genética e biologia molecular (0.2%), matemática (0.2%) e medicina (0.2%) - concentram menos de dez documentos cada.

A nuvem de palavras (Figura 10) também demonstra a predominância de conceitos ligados à ciência ambiental, às ciências sociais e à economia nos documentos sobre o decrescimento. A nuvem foi construída a partir das 30 palavras-chave indicadas pelos autores mais frequentes na literatura. O tamanho da fonte é proporcional à sua ocorrência (indicada numericamente ao lado direito de cada palavra). Destacam-se conceitos como *sustainable*, *economic*, *growth*, *ecological*, *economy*, *environmental* e *development*. Nota-se a ausência emblemática da palavra *GDP* (sigla em inglês para PIB - Produto Interno Bruto) entre as mais citadas, indicando que o debate sobre o decrescimento pouco se refere a esse termo. Ilustrativo da indiferença do decrescimento em relação ao PIB enquanto indicador econômico ou de bem-estar social.

Figura 10 - Nuvem de palavras-chave da literatura internacional sobre o decrescimento

Fonte: dados da pesquisa. Informações da *Scopus* e a ferramenta *TagCrowd*.

No que se refere à nacionalidade das publicações sobre o decrescimento, as autoras e autores dos 276 documentos analisados estão associadas a instituições de 36 países. Como alguns documentos são de coautoria de membros de instituições de mais de um país, somam-se 285 autorias. A Tabela 4 apresenta o número e a porcentagem autorias de cada país no conjunto de documentos sobre o decrescimento²⁴.

²⁴ Observe-se que 25 documento não possuem autoria relacionada a uma instituição ou a um país definido (aparecem como “indefinido” na plataforma *Scopus*), e por essa razão não foram incluídos na Tabela 4.

Tabela 4 - Participação dos países nas publicações sobre o decrescimento

País	Nº de participações em documentos	Porcentagem no total de participações (%)	Porcentagem do conjunto (%)
Espanha	46	16.1%	59.6
Alemanha	30	10.5%	
Estados Unidos, Reino Unido	28	9.8%	
Itália, França	19	6.7%	
Dinamarca	11	3.9%	26.0
Finlândia, Austrália, Canadá,	10	3.5%	
Áustria, Holanda	8	2,8%	
Suécia	7	2.5%	
Noruega, Nova Zelândia,	5	1.8%	
Grécia, <u>Índia</u>	4	1.4%	14.4
<u>África do Sul</u> , Croácia, República Checa, Portugal, Suíça	3	1.1%	
<u>Argentina</u> , <u>Brasil</u> , Hungria, Japão	2	0.7%	
<u>Bolívia</u> , <u>Cuba</u> , <u>Equador</u> , Estônia, Irlanda, Polônia, Romênia, Eslováquia, Coreia do Sul, Taiwan	1	0.4%	
TOTAL	285		

Fonte: dados da pesquisa. Informações da plataforma *Scopus*.

Nota-se que a Espanha lidera com 16.1% das autorias nos documentos, sendo seguida por Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, com cerca de 10% cada um e Itália e França com 6.7% cada. Esses sete países compõem um primeiro grupo com alto número de autorias (mínimo de 19 por país) que domina 59.6% das participações nas publicações sobre o decrescimento. Um segundo grupo compreende os países que participam em um número intermediário de documentos (entre 11 e 2 cada um). São eles: Dinamarca, Finlândia, Canadá, Austrália, Áustria, Holanda, Suécia, Nova Zelândia e Noruega. Esse grupo de nove países representa 26% do total de autorias. É notável que os dois grupos até aqui descritos, de participação alta ou intermediária, são compostos exclusivamente por países do Norte global.

Já o terceiro grupo, dos países com baixo número de autorias (entre 4 e 1 por país), é composto por Índia, Grécia, República Checa, Portugal, Suíça, África do Sul, Argentina, Croácia, Hungria, Japão, e Bolívia, Brasil, Cuba, Equador, Estônia, Irlanda, Polônia,

Romênia, Eslováquia, Coreia do Sul e Taiwan. Esse grupo de 21 países responde por apenas 14.4% do total.

Nesse último grupo estão presentes alguns países do Sul como África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Equador e Índia, que estão grifados na Tabela 4. O subconjunto dos países do Sul participa com apenas 4.9% do total das autorias, evidenciando uma baixa participação de instituições do Sul global na literatura internacional sobre o decrescimento.

A Tabela 5 apresenta as instituições que mais concentram a autoria de documentos sobre o decrescimento (no mínimo três documentos). Observa-se que as quatro instituições que possuem mais autorias estão localizadas na Espanha, mais precisamente, na região da Catalunha. Nota-se que a primeira delas, o *Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals*, é na realidade um instituto da segunda instituição colocada, a *Universitat Autònoma de Barcelona* (assinalado em negrito na Tabela 5). Ainda, a associação *Research & Degrowth*, organizadora das conferências internacionais sobre o decrescimento, que figura como terceira colocada, conta com membros também afiliados a essa universidade e ao *Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats*²⁵. Essas instituições espanholas perfazem 45 autorias. Esses fatores intensificam a concentração de autorias não somente por país, mas também por instituição.

Tabela 5 – Instituições que mais publicaram sobre o decrescimento, segundo país e número de documentos

Instituição	País	Nº de autorias por instituição
Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals (ICTA-UAB)	Espanha	26
Universitat Autònoma de Barcelona (UAB)		8
Research & Degrowth		7
Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats		4
University of Leeds	Reino Unido	4
King's College London		3
Center for the Advancement of the Steady State Economy	Estados Unidos	3
University of Canterbury	Nova Zelândia	3
University of Melbourne	Austrália	3
Masaryk University	República Tcheca	3
Leuphana Universität Lüneburg	Alemanha	3
TOTAL		67

Fonte: dados da pesquisa. Informações da plataforma *Scopus*.

²⁵ Informações das entradas na plataforma *Scopus* e do site da associação *Research & Degrowth* (RESEARCH & DEGROWTH s/d).

Ainda, vale considerar que duas instituições britânicas figuram entre as que concentram um mínimo de três autorias, a *University of Leeds* e a *King's College London*, somando sete autorias quando consideradas em conjunto. Com três autorias cada, figuram também o *Center for the Advancement of the Steady State Economy* (dos EUA), a *University of Melbourne* (Austrália), *Masaryk University* (República Tcheca) e a *Leuphana Universität Lüneburg* (Alemanha).

Conforme a Tabela 6, o autor com maior quantidade de publicações é Giorgos Kallis, com 14 documentos sobre o decrescimento registrados na plataforma, superando em mais que o dobro o segundo colocado, Joan Martínez-Alier, com seis publicações. François Schneider segue com cinco publicações. Claudio Cattaneo, Giacomo D'alisa Federico Demaria e Jin Xue contabilizam quatro publicações cada. Outro grupo de pesquisadoras contribui com três publicações cada: Vivian Asara, Mauro Bonaiuti, Serge Latouche, Barbara Muraca, Daniel W. O'Neill e Filka Sekulova. Fora do conjunto apresentado na tabela, outros 29 autores publicaram dois artigos cada um, enquanto 117 participam um documento apenas cada.

Tabela 6 - Número de documentos sobre o decrescimento por autoria

Autores	Nº de autorias	Membro da associação Research & Degrowth	País	Membro da associação Research & Degrowth
Kallis, G.	14	ICREA		X
Schneider, F.	5	ICTA-UAB		X
Martínez-Alier, J.	6	UAB	Espanha	
Cattaneo, C.	4	UAB		X
D'Alisa, G.	4	UAB		X
Demaria, F.	4	ICTA-UAB		X
Sekulova, F.	3	ICTA-UAB		X
Xue, J.	4	Aalborg Universitet	Dinamarca	
Asara, V.	3	Wirtschaftsuniversitat Wien	Austria	
Bonaiuti, M.	3	Universita degli Studi di Torino	Itália	
Latouche, S.	3	Universite Paris-Sud XI	França	
Muraca, B.	3	Oregon State University	Estados Unidos	
O'Neill, D.W.	3	University of Leeds	Reino Unido	

Fonte: dados da pesquisa. Informações da plataforma *Scopus* (atualizado em 13 de julho de 17).

Nota-se que mais da metade do grupo de autores com maior número de autoria pertencem a instituições espanholas, (Kallis, Schneider, Cattaneo, D'alisa, Asara, Demaria e Sekulova) e é membro da associação *Research & Degrowth*². Ainda, a rede de coautorias (Figura 11) mostra um alto grau de conexão entre esses autores, o que acarreta em impacto positivo no número de documentos dos membros desse grupo. Pode-se comprovar que todos

os autores e autoras procedem de instituições do Norte global.

Figura 11 - Rede de co-autorias das publicações sobre o decrescimento (mínimo de trinta citações)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da *Scopus* e uso da ferramenta *VOS Viewer*.

Pode-se observar que a rede possui um núcleo de coautorias no centro, no qual está presentes a maioria dos autores da *Research & Degrowth* identificados. Martínez-Alier, segundo autor que mais publicou sobre o tema, está presente nos dois agrupamentos mais significativos da rede, além de publicações exclusivas (no canto esquerdo como “alier j.m.”). Outros autores orbitam esses dois núcleos, com poucas coautorias ou nenhuma. Vale notar dentre eles, Daniel O’Neill (no canto esquerdo) e Serge Latouche (na parte inferior da rede) que apesar de estarem entre os autores com número notável de autorias, e sendo Latouche um

dos pioneiros a abordar o decrescimento na literatura acadêmica, não participam de nenhum agrupamento na rede.

Este mapeamento mostrou que na literatura internacional do decrescimento, prevalecem autores e autoras de instituições de ensino e pesquisa do Norte global, com forte concentração na Espanha, além de Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido. Outro fato relevante mostrado foi a baixa participação do Sul nesse debate, com número pequeno de contribuições originadas da América Latina como Argentina, Brasil, Bolívia, Cuba e Equador, além da Índia. Considerando que predominam perspectivas provenientes do Norte, cabe questionar como o debate sobre o decrescimento aborda os problemas do Sul global?

5 O SUL GLOBAL SEGUNDO O DECRESCIMENTO

Na revisão da literatura apresentada no segundo capítulo desta dissertação, foram apresentadas as duas fontes do decrescimento mais recorrentemente mencionadas: (i) a crítica à escala biofísica da economia, com grande influência da economia ecológica, e (ii) a crítica culturalista ao desenvolvimento, influenciada pelo pós-desenvolvimento. Na abordagem dos países do Sul, essas duas fontes se mostram presentes de maneira explícita e constituem dois dos eixos temáticos identificados nessa discussão. Emergiram também conceitos associados ao campo da ecologia política, que formaram um terceiro eixo de crítica às relações de poder nos fluxos globais de recursos. Esses três primeiros eixos temáticos localizados na literatura contemplam os países do Sul de maneira direta e explícita.

Também foram reconhecidos outros aspectos que aparecem relacionados ao Sul de maneira implícita ou indireta e se demonstram igualmente relevantes para compreender como o Sul global é abordado na literatura internacional sobre o decrescimento. Esses aspectos compuseram outros dois eixos: (i) a questão demográfica, tradicionalmente cara a diversas correntes ambientalistas e também à economia ecológica, e (ii) a redução do tempo de trabalho. Portanto, foram distinguidos cinco eixos temáticos, organizados no Quadro 10 conforme a forma de abordagem sobre o Sul e sua relação com os tipos de decrescimento aqui retratados.

Quadro 10 - Eixos temáticos sobre o Sul global identificados na literatura segundo o tipo de decrescimento e forma de abordagem

Eixos temáticos	Tipos de decrescimento	Forma de abordagem do Sul global na literatura decrescentista
aspectos biofísicos	da escala biofísica da economia	abordagem explícita
	do consumo	
aspectos políticos dos fluxos globais de recursos	da escala biofísica da economia	
	do consumo	
	da desigualdade	
alternativas ao desenvolvimento	como liberação do imaginário do crescimento	
aspectos populacionais	da população humana	abordagem implícita
redução do tempo de trabalho	da jornada de trabalho	abordagem indireta (o Sul está ausente)

Fonte: dados da pesquisa.

Cabe ressaltar que os eixos temáticos identificados não aparecem de maneira desarticulada na literatura, estão frequentemente vinculados. Essa categorização, porém, é parte do esforço analítico desse estudo para evidenciar contradições, pressupostos implícitos e conflitos de interesse entre o Sul e o Norte global, assim como suas implicações para cada grupo de países. Cada um dos eixos é apresentado em detalhe e discutido nas seções a seguir.

5.1 Aspectos biofísicos: decrescer no Norte para crescer no Sul

Esse eixo temático articula conceitos relacionados à economia ecológica para tratar as diferenças entre Sul e Norte e justificar a necessidade do decrescimento do consumo e da escala biofísica da economia nos países do Norte global. Dentre os conceitos estão: espaço ambiental, dimensionamento adequado, pegada ecológica, biocapacidade e parcela legítima no acesso aos recursos naturais. Quando se consideram as desigualdades entre países, a implicação é que esse espaço ambiental disponível deve ser mais justamente compartilhado, para que aqueles países cujas populações não alcançaram as condições dignas de vida possam ocupar o espaço necessário para cumpri-lo. Logo, a ideia central nesse eixo é: o decrescimento no Norte é importante para abrir espaço ambiental e permitir ao Sul crescer sem ultrapassar os limites biofísicos globais (MARTÍNEZ-ALIER, 2012; O'NEILL, 2012; KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015).

Essa concepção está presente na Declaração do Decrescimento (RESEARCH & DEGROWTH, 2010), nos trechos em que aborda o Sul global. Na declaração está presente o argumento a respeito da apropriação injusta dos “recursos globais” pelo Norte global utilizando a noção de “espaço ambiental”.

As melhores evidências científicas disponíveis indicam que a economia global cresceu para além dos limites ecologicamente sustentáveis, assim como muitas economias nacionais, especialmente as dos países mais ricos (principalmente os países industrializados do Norte global). [...] Utilizando mais do que sua parcela legítima dos recursos naturais globais, as nações mais ricas estão reduzindo efetivamente o *espaço ambiental* disponível para as nações mais pobres e impondo impactos ambientais adversos sobre elas (RESEARCH & DEGROWTH, 2010, p.523, grifo nosso, tradução nossa).

Considerada essa discrepância entre o espaço ambiental ocupado pelos países do Norte e os do Sul, a declaração não propõe o decrescimento de maneira generalizada, mas o “dimensionamento adequado²⁶” das economias nacionais. Dessa forma, são feitas três recomendações distintas a depender da escala e do contexto. Primeiro, no nível global, o

²⁶ Tradução livre de *right-sizing*.

dimensionamento adequado significa reduzir a pegada ecológica global²⁷ a um “nível sustentável”. Segundo, nos países onde a pegada ecológica per capita é maior do que o “nível sustentável global” isso implica em uma redução para este nível “dentro de um prazo razoável” (RESEARCH & DEGROWTH, 2010, p.524). E terceiro,

[...] nos países onde a pobreza extrema persiste, o dimensionamento adequado implica em aumentar o consumo das pessoas em situação de pobreza, o mais rapidamente possível, de forma sustentável, a um nível adequado para uma vida decente, seguindo caminhos de redução da pobreza localmente determinados e não políticas de desenvolvimento impostas externamente. [...] Em alguns casos, será necessário um aumento da atividade econômica; mas a redistribuição da renda e da riqueza tanto dentro como entre os países é a parte mais essencial deste processo (RESEARCH & DEGROWTH, 2010, p.523-524, tradução nossa).

Percebe-se que não fica explícito o que é o nível “sustentável” a ser atingido pela economia global e pelos países de maior pegada ecológica, e que, apesar do prognóstico diferenciado a depender contextos e escalas, os limites considerados referem-se somente ao nível global, sem menções a “níveis sustentáveis” locais ou regionais.

Nota-se também que, os prazos designados para os processos descritos possuem conotações de velocidade distintas: há urgência na resolução da pobreza “o mais rapidamente possível”, e racionalidade no tempo de adequação do impacto dos países mais ricos e da economia global (“um prazo razoável”). Esse contraste contraria em alguma medida a interdependência entre o decrescimento no Norte e o crescimento no Sul expressa na ideia de abertura de espaço ambiental. Segundo Kerschner (2010, p.548), para balancear entre pobres e ricos os benefícios econômicos obtidos de um fluxo estacionário de materiais e energia, o “Norte rico” deve decrescer para *prover* o espaço ambiental necessário e *permitir* mais algum crescimento econômico no “Sul pobre”.

Kerschner (2010), assim como O’Neill (2012), defende a complementaridade entre o decrescimento e o estado estacionário, entendendo o decrescimento como um processo cujo objetivo é atingir uma economia estacionária equitativa no nível nacional e internacional. Conforme O’Neill (2012, p.222) “países no Norte global devem seguir um caminho de decrescimento para atingir uma economia estacionária, enquanto países do Sul devem seguir um caminho de crescimento desacelerado”.

Desse raciocínio surge outro problema: como definir quais são as regiões ou países “ricos do Norte” que deveriam decrescer e quais são as “pobres do Sul” que ainda poderiam

²⁷ A pegada ecológica representa a demanda humana por recursos naturais estimando “a superfície de terra e água biologicamente produtiva necessária para suprir bens e serviços que consumimos e compara com a área que realmente existe – a biocapacidade da Terra – usando hectares globais como unidade de medida” (WWF, 2016, p.74, tradução nossa). A pegada ecológica *per capita* de um país resulta da divisão de sua pegada ecológica pelo número total de habitantes.

beneficiar-se de crescimento econômico? Para O'Neill (2012), parece provável que a Europa Ocidental e a América do Norte precisarão decrescer suas economias antes de estabelecerem um estado estacionário, assim como parece claro que países da África Subsaariana poderiam se beneficiar de algum grau de crescimento econômico (assegurando-se que os benefícios fossem distribuídos de forma equitativa). Menos claro para o autor é definir que caminhos seriam adequados para a vasta “área cinzenta” que compreende países e regiões como China, Índia, América do Sul e a Europa Oriental.

A fim de contribuir para perguntas como esta, O'Neill (2015 p. 1215) propõe indicadores, chamados por ele de “contabilidade do decrescimento” para ajudar a entender o quão próximo está um dado país de uma “economia estacionária socialmente sustentável” e que aspectos precisam ser tratados para impulsioná-lo em direção a esse objetivo. Por um lado estão indicadores sobre as finalidades sociais intermediárias (e.g.: equidade, fim da pobreza, diminuição do tempo de trabalho) e última (bem-estar humano) da atividade econômica. Por outro, estão os indicadores biofísicos sobre os meios últimos e intermediários para atingir tais finalidades (e.g.: escala da economia, uso de energia e materiais, emissões, tamanho da população) (Quadro 11).

Operacionalizando sua proposta de contabilidade para o decrescimento, O'Neill (2015) aprofunda a discussão sobre as métricas utilizadas para cada indicador e adverte que a economia estacionária tem um foco na igualdade interna aos países e que a contabilidade do decrescimento reconhece de maneira muito limitada a equidade internacional no acesso a recursos naturais. O autor entende que na contabilidade social esse aspecto é apenas parcialmente considerado, no indicador de pobreza absoluta, porém, é mais bem contemplado no indicador de escala da contabilidade biofísica. O'Neill (2015, p. 1216) descreve esse último indicador como “a pegada ecológica de um país comparada à área de terra biologicamente produtiva que estaria disponível para cada pessoa se a biocapacidade global fosse dividida igualmente entre todas as pessoas”. Novamente, assim como na Declaração do Decrescimento (RESEARCH & DEGROWTH, 2010), não há menção à adequação à biocapacidade local, regional ou nacional, mas apenas global.

Quadro 11 - Contabilidade para o decrescimento

	Indicador	Mensuração	
Contabilidade social	Fim último	bem estar humano	satisfação subjetiva
	Fins intermediários	Saúde	expectativa de vida saudável ao nascer
		Igualdade	coeficiente de Gini
		capital social	índice de segurança interpessoal e confiança
		Democracia	índice de voz e responsabilização (accountability)
		baixo desemprego	taxa de desemprego
		preços estáveis	taxa de inflação
		fim da pobreza	índice de pobreza humana
		redução do tempo de trabalho	horas anuais de trabalho
	Contabilidade biofísica	Meios intermediários	população humana
Gado			variação na população de gado
capital construído			variação das luzes noturnas
Meios últimos		uso de materiais	variação na extração doméstica de materiais
		uso de energia	variação na oferta total de energia primária
		saída de materiais	variação nas emissões de dióxido de carbono
		Escala	proporção da pegada ecológica per capita em relação à parcela justa dos recursos globais (fair Earthshare)

Fonte: adaptado de O'Neill (2015).

Uma ressalva feita por O'Neill (2015) se refere à maneira parcial com que seu estudo considera o consumo. Ele aponta que enquanto a pegada ecológica e o uso de energia medem o consumo aparente (i.e. produção subtraídas as exportações e adicionadas as importações), os indicadores de uso material e emissão de CO² possuem medidas territoriais, que não contemplam o consumo. Segundo o autor, idealmente, uma abordagem baseada no consumo seria mais adequada para medir os fluxos nos indicadores biofísicos e poderia trazer perspectivas distintas, porém, foi inviabilizada pela característica dos dados disponíveis em relação ao propósito da pesquisa em abranger o máximo de países possível.

O'Neill (2015, p. 1228) reconhece ainda que sua análise não abrange relações de poder nem trajetórias históricas: "não diz nada sobre como alguns países conseguiram estabilizar o uso de recursos. Foi através de forte legislação ambiental ou realocando impactos ambientais

para outros países?" Essa limitação apontada pelo autor possui implicações importantes para a aplicação da sua contabilidade do decrescimento para os países do Sul, especialmente se adicionadas com as limitações dos indicadores biofísicos contemplarem apenas parcialmente o consumo. A terceirização de processos produtivos poluentes e intensivos em materiais e energia substituindo a produção interna dos países ricos por importações dos países pobres gera uma falsa impressão de desmaterialização e, portanto, é essencial observar os efeitos transfronteiriços, conforme apontam Jackson (2009) e Cechin e Pacini (2012). A crítica dos autores é direcionada à economia verde, mas pode servir para pensar o decrescimento.

O'Neill (2012, p. 229) questiona também: "A China deveria continuar a perseguir sua política de rápido crescimento ou o uso de recursos já atingiu um nível indesejável? E Índia, América do Sul ou Países do Leste Europeu?". No artigo *Is the degrowth debate relevant to China?*, Xue, Arler e Naess (2012) assumem que o decrescimento será importante para a China como um todo especialmente quando ela alcançar a afluência dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por outro lado também compreendem que o decrescimento enquanto lente para avaliar o progresso humano, pode oferecer uma perspectiva alternativa para examinar os resultados do rápido crescimento econômico chinês das últimas décadas.

Para Xue, Arler e Naess (2012), o caso da China contraria a premissa que permite que tanto defensores do crescimento quanto do decrescimento advogarem por crescimento nos países periféricos, de que o crescimento econômico resulta em prosperidade humana em regiões de baixo ou médio nível de afluência. As autoras se referem especialmente à falta de correlação entre o crescimento econômico do país e seu IDH e indicadores de bem-estar subjetivo nas últimas décadas. O rápido crescimento chinês nos últimos 30 anos aumentou dramaticamente o padrão de vida material médio, porém, vários estudos concluíram que a satisfação de vida caiu comparada à dos anos 1990, atribuída ao aumento da desigualdade interna e ao aumento da dependência do dinheiro na satisfação das necessidades a partir da transição de uma economia planejada para uma de mercado (XUE, ARLER E NAESS, 2012).

A contradição apontada por Xue, Arler e Naess (2012) evidencia que nos países periféricos e semiperiféricos altos fluxos materiais e energéticos não necessariamente se traduzem em alto desempenho em indicadores sociais para suas populações. A própria noção de "economias emergentes" abarca países que contrastam alta produção econômica com baixo/médio desempenho em indicadores sociais e ambientais, denunciando a desvinculação entre crescimento, uso intensivo de materiais e energia e bem-estar social no Sul global.

A abordagem da abertura de espaço ambiental não considera o uso e os destinos dos

recursos processados pela economia desses países, nem se elas estão a serviço do bem-estar e satisfação das necessidades das suas populações (fins intermediários e último apontados por O'Neill, 2015). Em outras palavras, a contabilidade biofísica não implica necessariamente em bom desempenho na contabilidade social. Uma pegada ecológica alta ou uma variação positiva alta no uso materiais e energia por um país, não corresponde inevitavelmente que os cidadãos possuam níveis de bem estar proporcionais. Nesse ponto, faz-se necessária melhor clareza na distinção entre escala da economia e escala do consumo, especialmente quando se recomenda crescimento aos países do Sul, tendo vista a contradição exposta por Xue, Arler e Naes (2012). Sem atentar para esse aspecto, o decrescimento arrisca apoiar-se nas concepções por ele criticadas, que relacionam a escala de uma economia nacional (representada pelo PIB) ao bem estar de sua população (representada pela renda e pelo consumo).

Considerar a pegada ecológica em relação à biocapacidade local pode auxiliar nessa distinção. Xue, Arler e Naess (2012) apresentam um dilema para a China: por um lado, dados do *World Wildlife Fund* (WWF, 2010) mostram que o uso de energia *per capita* chinês (em 2008) corresponde a um terço da média dos países da OCDE e sua pegada ecológica está abaixo da média, por outro, quando se trata de consumo agregado seu impacto dos maiores entre os países devido ao seu tamanho populacional. Xue, Arler e Naess (2012) concluem que se a China alcançar a pegada ecológica *per capita* dos países de alta renda apenas 43% da sua demanda por recursos poderia ser suprida pela biocapacidade do território chinês, impondo 57% de sua pegada sobre o resto da população do mundo.

Essa ponderação sobre a biocapacidade do território chinês contrasta com as perspectivas apresentadas até aqui. Tanto O'Neill (2012, 2015) quanto a Declaração do Decrescimento (RESEARCH & DEGROWTH, 2010) consideram a pegada ecológica dos países como indicador biofísico de escala/consumo exclusivamente em relação à biocapacidade global, sem menções à adequação à biocapacidade em outros níveis inferiores (local, regional ou mesmo nacional).

Uma perspectiva exclusivamente global da economia e do uso dos recursos pelas populações subestima um elemento fundamental do decrescimento: a realocização. Para Latouche (2009) esse é um dos três elementos estratégicos do decrescimento (junto com reavaliação e redução) e está associada ao fim da exploração do Sul global. Relocalizar implica que a maior parte da produção para atender necessidades locais deve ser realizada (e financiada) localmente, restringindo ao mínimo o trânsito de *commodities* (e de capitais) (LATOUCHE, 2009). Se considerada a importância desse princípio, a preocupação em satisfazer as necessidades da população de um determinado território utilizando a

biocapacidade desse mesmo território deve ser priorizada. Dessa forma a fatia justa dos recursos a ser considerada (ao menos no longo prazo) é a biocapacidade de um território disponível se ela fosse igualmente distribuída entre todas as pessoas que nele habitam. A adequação à biocapacidade local, porém, deve evitar a apropriação de recursos de um território por outro através de trocas injustas e contribuir para condições mais justas para territórios que são exportadores líquidos de recursos, mas não atendem às necessidades das pessoas que neles vivem.

Compreender os caminhos adequados para a “área cinzenta” que compreende China, Índia, América do Sul, Europa Oriental e recomendar crescimento econômico para o “Sul pobre” exige diferenciar mais claramente escala e consumo e considerar os efeitos transfronteiriços. Por um lado, a escala se refere ao uso material e energético²⁸ da atividade econômica realizada no território do país e seus produtos e serviços podem ser destinados tanto ao consumo de seus habitantes ou à venda no mercado global. Por outro lado, consumo se refere ao uso material e energético destinado a satisfazer as necessidades dos habitantes de um território e podem ser produzidos no próprio país ou originários da atividade econômica realizada em outro território.

Sem essa distinção, seria possível verificar um decrescimento da escala da atividade econômica realizada em um país desconectado da redução do consumo *per capita*. Se o crescimento dos países pobres se der em forma de produção de mercadorias para o mercado global, a escala da economia dos países ricos poderia decrescer mantendo altos níveis de consumo. Assim se estaria “terceirizando” o próprio crescimento. Pensar o decrescimento e a economia estacionária em cada país de maneira desagregada quando as economias nacionais têm um alto grau de integração, pode levar a conclusões com implicações politicamente injustas. Mostra-se, portanto, necessário distinguir entre os recursos extraídos e processados pela economia de um país e os efetivamente consumidos pelos habitantes de tal território.

Além disso, considerar a realocação e a adequação dos países à biocapacidade local permitiria uma maior clareza na distinção entre consumo e escala biofísica em um determinado território. Com a realocação, é diminuída a distância entre a escala biofísica da atividade econômica de um território e o consumo nele realizado. Compreende-se, portanto, que os aspectos relacionados à realocação econômica e a biocapacidade em níveis menores precisam ser mais bem considerados na abordagem biofísica a fim de incorporar o objetivo de

²⁸ Outro componente da escala econômica (que recebe menor atenção literatura decrescentista) são as saídas de materiais. A relevância desse fator aumenta da perspectiva da divisão Norte-Sul considerando as práticas de exportação de resíduos dos países do Norte para os do Sul que também são alvo de protesto por parte dos movimentos por justiça ambiental no Sul (SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010).

alcançar uma relação justa entre Sul e Norte.

O Quadro 12 apresenta os principais elementos identificados e discutidos a respeito dos aspectos biofísicos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento examinada.

Quadro 12 - Eixo 1: aspectos biofísicos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento

Ideias centrais	Comentários	Conceitos relacionados	Autores que utilizam
(1) é necessário o decrescimento da escala biofísica da economia e do consumo no Norte para abrir espaço ambiental e permitir ao Sul crescer sem ultrapassar os limites biofísicos globais;	(a) a biocapacidade do planeta é considerada exclusivamente no nível agregado global, sem menção a biocapacidade local, regional ou nacional;	espaço ambiental (ou espaço ecológico)	Kallis, Demaria, D'Alisa (2015), O'Neill (2012), Research & Degrowth, (2010), Xue, Arler, Naess (2012)
(2) não há espaço ambiental disponível para expandir para o Sul os padrões de consumo atuais do Norte;	(b) o processo de relocação não é considerado;		
	(c) a escala biofísica da economia de um país não é precisamente diferenciada do consumo de recursos pela sua população;	biocapacidade	Faurè et al. (2016), Latouche (2009), Martínez-Alier et al. (2010), O'Neill (2012), Xue, Arler, Naess (2012)
(3) o decrescimento no Norte é um processo cujo objetivo é atingir uma economia estacionária equitativa no nível nacional e internacional;	(d) efeitos dos fluxos internacionais de recursos são subestimados nesse eixo (aspecto parcialmente considerado no eixo 2);		
(4) os padrões de consumo do Norte são o principal causador de impactos ambientais globais;	(e) o crescimento da escala biofísica da economia no Sul não implica necessariamente no aumento do consumo por sua população nem a melhora do desempenho de indicadores sociais;	dimensionamento adequado	Correia (2012), O'Neill (2012), Research & Degrowth (2010), Thomson (2011)
(5) recomenda-se crescimento em países onde persiste pobreza extrema seguindo-se estratégias localmente determinadas;	(f) nem o crescimento da escala biofísica da economia no Sul, nem o decrescimento biofísico no Norte, alteram necessariamente o papel do Sul na economia global (a divisão internacional do trabalho) (aspecto parcialmente considerado no eixo 2);	parcela justa (ou legítima) dos recursos	Martínez-Alier (2012), O'Neill (2015, 2012), Research & Degrowth (2010)
(6) é controverso se países emergentes como China, Brasil e Índia que utilizam um alto nível de uso de recursos mas não são considerados "desenvolvidos" devem crescer ou decrescer.	(g) Há uma contradição entre a percepção de que não há espaço biofísico para universalizar os padrões médios de consumo dos países do Norte e a noção de que apenas as "classes ricas" do Norte e do Sul devem decrescer seu consumo.	pegada ecológica	Kallis (2011), Knight et al. (2013), Latouche (2009), Martínez-Alier (2012), Martínez-Alier et al., (2010), O'Neill (2012), Research & Degrowth (2010), Thomson (2011), Xue, Arler, Naess (2012)

Fonte: dados da pesquisa.

5.2 Aspectos políticos dos fluxos internacionais de recursos: decrescimento para a justiça ambiental

O segundo eixo temático identificado na abordagem dos países do Sul articula conceitos mais fortemente associados ao campo da ecologia política para realizar uma crítica às desigualdades associadas aos fluxos de recursos naturais na economia global. Nesse eixo são evidenciadas as injustiças sociais, econômicas e ambientais e os impactos negativos da economia de crescimento sobre os países do Sul, fazendo uso de conceitos como (movimentos por) justiça ambiental, fronteira de *commodities*, metabolismo social e trocas ecologicamente desiguais. Em contraste com o eixo anterior, o foco não está sobre os limites ecológicos planetários e a possibilidade de crescimento no Sul. A ideia central é a de que o decrescimento da escala da economia e do consumo no Norte implicaria na redução dos impactos negativos da economia de crescimento sobre o Sul.

O debate sobre justiça é considerado como uma das fontes do debate sobre o decrescimento. Tanto Demaria et al. (2013) quanto O'Neill (2015) citam Paul Ariès, para afirmar que decrescimento da desigualdade é o principal tipo de decrescimento. Dentre as visões incorporadas pelo movimento, duas fazem referência explícita às injustiças globais e à dicotomia Sul-Norte. A primeira delas, conforme Demaria et al. (2013), concerne à *reparação da injustiça passada*. Faz parte dessa visão o conceito de dívida ecológica, ou a demanda de que o Norte global pague pela exploração colonial passada e presente sobre o Sul. Nesse sentido, os esforços por justiça climática, os movimentos por justiça ambiental²⁹ no Sul, o pós-extrativismo e o *buen vivir* na América Latina são considerados pelos autores como potenciais aliados ao decrescimento, seguindo a perspectiva de Martínez-Alier (2012, 2009).

A segunda visão, a abordagem da *igualdade*, implica na “redistribuição de recursos e riqueza” tanto entre Norte e Sul quanto dentro as economias nacionais e a “distribuição justa dos bens e males econômicos, sociais e ambientais” entre e intra gerações (DEMARIA et al., 2013, p.200). Segundo os autores, a ideia de igualdade baseada na uniformização do estilo de vida ocidental é rejeitada pelo decrescimento, enquanto a necessidade de redução da exploração de recursos naturais para garantir o acesso a serviços ecossistêmicos no Sul global é um consenso.

Martínez-Alier (2012) é o autor que mais discute a relação entre o decrescimento e o Sul global pelo quadro conceitual da justiça ambiental. O autor argumenta que o

²⁹ Martínez-Alier (2012) define os “movimentos por justiça ambiental” como movimentos e organizações que resistem à atividade de indústrias extrativistas e se organizam contra a poluição e as mudanças climáticas.

decrecimento contribui para a justiça ambiental no nível global através da diminuição do consumo e da demanda no Norte por produtos do mercado internacional, acarretando na diminuição do extrativismo e da degradação ambiental nos países do Sul (MARTÍNEZ-ALIER, 2012). A exportação de *commodities* não é vista pelo decrecimento como algo virtuoso cujo produto financeiro pode garantir o “desenvolvimento” dos países exportadores, mas sim como um fenômeno ligado a um crescente metabolismo social que degrada os modos de vida e o ambiente no Sul (MARTÍNEZ-ALIER, 2012). Do ponto de vista global, o crescimento do comércio internacional não apenas falha em erradicar a pobreza, mas as condições desiguais de troca acentuaram a desigualdade entre países (RESEARCH & DEGROWTH, 2010).

Martínez-Alier (2012) reconhece que os movimentos por justiça ambiental do Sul fazem também oposição ao modelo econômico exportador de matérias primas, imposto através de agências como o Banco Mundial, que subordina suas estruturas produtivas a finalidades exógenas ao invés das satisfações das necessidades das populações locais. Na mesma linha, segundo Latouche (2008), o decrecimento no Sul passa pela ruptura com a dependência econômica em relação ao Norte, sendo necessária uma política econômica autônoma que rompa com a exportação de recursos e fomente a autossuficiência.

O conceito de metabolismo social contribui para elucidar como se dá a inclusão também ecologicamente perversa dos países do Sul na economia global. O metabolismo social se refere ao fluxo de materiais e energia utilizados e processados pelas sociedades humanas a fim de manter em funcionamento suas estruturas (SORMAN, 2015). O conceito pode ser utilizado para medir as relações entre crescimento econômico, uso de energia e desmaterialização (MARTÍNEZ-ALIER, 2012), mas também para evidenciar as relações de poder adjacentes à movimentação de recursos na economia global (SORMAN, 2015).

A situação desigual dos fluxos de materiais no comércio internacional assinala que os países que mais extraem materiais não são os que mais consomem recursos, uma contradição viabilizada através de trocas que não são apenas economicamente, mas também ecologicamente desiguais. Schneider, Kallis e Martínez-Alier (2010) e Martínez-Alier (2012) utilizam como evidência o estudo de Giljum e Eisenmenger (2004) que analisa os fluxos monetários e materiais do comércio realizado entre a União Europeia e outras regiões do globo no ano de 1999. Enquanto a América do Sul exportou seis vezes mais toneladas de materiais do que importou, a União Europeia importou quatro vezes mais do que exportou. Conforme Giljum e Eisenmenger (2004), tal desequilíbrio se dá principalmente em função das importações de combustíveis fósseis pela União Europeia (que representam cerca de 60% das

toneladas importadas) e das matérias primas não renováveis e produtos manufaturados (cerca de 20%). Essa desproporcionalidade demonstra como o comércio internacional faz com que países e regiões do Sul sejam exportadores líquidos de recursos naturais para o Norte global (MARTÍNEZ-ALIER, 2012).

Em alguns textos, porém, a ênfase colocada pelo conceito de justiça ambiental desloca o foco para os impactos socioambientais negativos do crescimento no Norte sobre o Sul, ofuscando as injustiças econômicas inerentes à dinâmica dos fluxos de recursos na economia mundial. Este é o caso em Schneider, Kallis e Martínez-Alier (2010), ao afirmarem que à primeira vista os países do Sul teriam pouco a ganhar e muito a perder com o decrescimento no Norte, já que implicaria em um mercado menor para a exportação de *commodities* e bens manufaturados e menor disponibilidade de crédito e doações. Os autores contrapõem esse pensamento com o argumento de que

[...] os movimentos para a Justiça Ambiental e o "ecologismo dos pobres" do Sul são os principais aliados do movimento decrescentista do Norte. Esses movimentos protestam contra a poluição desproporcional (a nível local e global, incluindo reivindicações de pagamento da "dívida climática"), contra as exportações de resíduos do Norte para o Sul, contra a biopirataria e também contra *Raubwirtschaft*, i.e. trocas ecologicamente desiguais e a destruição da natureza e dos meios de subsistência humanos nas "fronteiras de *commodities*". Eles também protestam contra os passivos socioambientais das empresas transnacionais (SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010, p. 516, aspas dos autores, , tradução nossa).

Esses tópicos certamente podem ser considerados como convergências entre os movimentos mencionados. Contudo, os autores enfatizam as pautas relacionadas aos impactos socioambientais negativos e menos nas potenciais vantagens econômicas para o Sul na diminuição ou interrupção da exportação líquida de recursos naturais para o Norte. A menção às trocas ecologicamente desiguais aparece como uma dentre outras tantas pautas dos movimentos por justiça ambiental. Os autores não discutem ou negam as supostas perdas, apenas afirmam que elas seriam compensadas do ponto de vista da justiça ambiental e do ecologismo dos pobres.

Algo similar se dá em Fauré et al. (2016), em que se reconhece a relação entre as trocas ecologicamente desiguais e a injustiça ambiental a partir da ideia de que os benefícios econômicos e os passivos ambientais são distribuídos de maneira desigual através das exportações dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. Os custos ambientais são externalizados e acarretam no aumento da degradação ambiental nos países exportadores como resultado do aumento do comércio internacional (FAURÉ et al., 2016). Novamente, a atenção está voltada para as externalidades socioambientais negativas, e não para a desigualdade econômica ou as transferências de recursos naturais.

Também Martínez-Alier (2009) discute como a crise econômica afeta os países exportadores de matérias-primas através da baixa no preço das *commodities*. Da perspectiva do decrescimento. É criticada a “obsessão com as exportações primárias” das políticas econômicas brasileiras nos anos 2000 que, apesar dos ganhos sociais financiados, causaram enormes impactos ambientais e exerceram pressão para a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas, em confronto com as demandas de movimentos sociais como o MST e a Via Campesina (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 1112). O autor questiona: “a crise econômica acabará com o *boom* das exportações de energia e materiais, diminuindo assim as pressões nas fronteiras das *commodities*?” (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 1112).

Martínez-Alier (2009) sugere ainda que países do Sul se recusem a exportar “*commodities* baratas”, exportando menor quantidade a preços mais altos, cobrando taxas pela depleção do capital natural e para a compensação das externalidades negativas locais. Um exemplo elogiado pelo autor é a tentativa equatoriana na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de instituir uma taxa que financiasse uma transição energética em direção a energias renováveis, remediação da pobreza e a manutenção de reservas localizadas sob ecossistemas frágeis e culturalmente sensíveis. Ideias como essa não são novas, e se aproximam daquelas levantadas nos anos 1970 em torno da discussão sobre a Nova Ordem Econômica Internacional que buscava melhores condições para os países do então chamado Terceiro Mundo no comércio internacional, sem mudar seu papel de exportadores de *commodities* na economia mundial, conforme descreve Rist (2002).

Exner, Lauk e Zittel (2014) são mais pessimistas em relação a abordagens que busquem apenas reformar ou reduzir a exportação *commodities* do Sul para o Norte. Ao invés de focar nas externalidades socioambientais negativas, esses autores discutem como as trocas internacionais ameaçam os interesses econômicos estratégicos de longo prazo dos países do Sul global. Argumentam que a disponibilidade de recursos não renováveis como metais são de importância estratégica tanto para a industrialização e consolidação de infraestrutura nos países periféricos quanto para uma transição energética mundial para as fontes energéticas renováveis, também desejável do ponto de vista do decrescimento. As tecnologias de energia renovável são, em geral, mais intensivas no uso de metais do que os sistemas baseados em combustíveis fósseis (EXNER; LAUK; ZITTEL, 2014).

Portanto, o decrescimento alinhado à equidade entre os atuais centro e periferia globais requer uma convergência nos estoques de metais, considerando tanto aqueles já extraídos (integrados a bens em circulação ou descartados), quanto as reservas que eventualmente se opte por explorar (EXNER; LAUK; ZITTEL, 2014). No caso do cobre, os

autores apontam que existe atualmente uma diferença alarmante entre Norte e Sul: nos países centrais os estoques são de 140 e 300 kg de cobre *per capita*, enquanto na periferia oscilam entre 30 e 40 kg.

Qual seria a quantidade justa desse recurso disponível para cada pessoa no planeta se todas tivessem as mesmas possibilidades materiais? Exner, Lauk e Zittel (2014) investigam essa questão a partir de dois ângulos. Por um lado, avaliam que uma convergência global com os estoques de 238 kg/*capita* como a dos EUA em um futuro de 10 bilhões de pessoas demandaria um estoque global de 2380 Megatoneladas (Mt) de cobre, mais que o dobro da quantidade economicamente explorável conhecida e mais que o quádruplo dos estoques já extraídos. Partindo de outro ponto de vista, consideram a divisão igualitária dos estoques mundiais³⁰ de aproximadamente 1000 Mt pela mesma população, o que resultaria em 100 kg de cobre disponíveis por pessoa no planeta. Ou seja, países centrais como os EUA consomem muito além do que seria justo em face de uma distribuição equitativa, enquanto os países periféricos consomem menos da metade do que lhes seria legítimo, uma realidade que se repete em relação a diversos outros metais (EXNER; LAUK; ZITTEL, 2014).

Frente a essas projeções, Exner, Lauk e Zittel (2014) desafiam qualquer posição confortável dos países centrais em um contexto de decrescimento: (1) a extração de metais direcionada a melhorias de infraestruturas nos países centrais é socialmente injustificável, pois apenas agravaria a desigualdade de estoques metálicos entre Norte e Sul e consequentemente as disparidades socioeconômicas; (2) se futuras extrações minerais são indesejáveis do ponto de vista socioambiental, atingir equidade de estoques de metais *per capita* demandará transferências líquidas de metais do centro para a periferia do sistema econômico. Os autores concluem que um decrescimento materialmente equitativo entre regiões requer uma postura radical de “solidariedade decrescentista” da classe trabalhadora dos países do Norte, abdicando de seu “modo de vida imperial” dependente de muitas formas da exploração do Sul.

Tal análise põe em cheque as trocas internacionais denunciando a injustiça inerente na exportação de recursos não renováveis estratégicos de países com menores estoques para países com maiores estoques. A manutenção o papel de exportação de commodities dos países do Sul na economia mundial, mesmo com “eco taxas”, preços aumentados ou em menor escala, compromete os interesses de longo prazo desses países. Além disso, contradiz a

³⁰ Apesar de considerar o uso total dos estoques do planeta, os autores ponderam que essa cifra é um limiar superior teórico otimista tendo em vista os limites da reciclagem, da mineração de aterros, e os limites socioecológicos da extração.

abordagem identificada no eixo anterior que defende a abertura de espaço ambiental: em um contexto de decrescimento, como poderiam crescer em consumo ou escala países do Sul que são exportadores líquidos de recursos? E como poderiam decrescer os países do Norte sem quebrar com a importação líquida?

A ruptura com a ideologia do crescimento não interromperia naturalmente as relações econômicas e ecologicamente desiguais. Pode ser enganoso atribuir especificamente ao “crescimento” a demanda por materiais e energia nos países do Sul, tendo em conta que na América Latina, o modelo de exportação de mercadorias para os países do Norte é anterior à ideologia do crescimento-desenvolvimento impulsionada nos anos 1940, remontando as relações econômicas coloniais e o desenvolvimento do capitalismo mundial, como demonstram correntes como a teoria da dependência, a teoria sistema-mundo moderno e o pensamento decolonial (FRANK, 1966; FURTADO, 1983; QUIJANO, 2005; QUINTERO, 2013; WALLERSTEIN, 2005).

Se Pascal van Griethuysen (2010) pergunta no Norte “por que somos viciados em crescimento?”, no contexto de países do Sul como o Brasil, uma pergunta pertinente pode ser: por que somos viciados em exportar *commodities*? Apenas Martínez-Alier (2009) advoga que a crise e a queda do preço das *commodities* são uma oportunidade para países exportadores líquidos de recursos pensarem um “desenvolvimento endógeno rumo a uma economia ecológica”. Por outro lado, o conceito de realocização, que poderia contribuir para pensar a interrupção das trocas injustas entre países, está ausente também nesse eixo seja em relação às economias do Sul ou às do Norte.

O Quadro 13 apresenta uma síntese dos elementos identificados e discutidos a respeito dos aspectos políticos dos fluxos globais na abordagem do Sul global pelo decrescimento.

Quadro 13 - Eixo 2: aspectos políticos dos fluxos internacionais de recursos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento

Ideias centrais	Comentários	Conceitos relacionados	Autores que utilizam
(1) as fronteiras de commodities no Sul alimentam com matérias primas a economia mundial e arcam com as externalidades negativas do consumo no Norte;	(a) com o uso da abordagem da justiça ambiental, maior ênfase é colocada nos impactos socioambientais negativos do crescimento sobre o Sul do que às injustiças econômicas inerentes à transferência líquida de recursos do Sul para o Norte;	dívida ecológica / climática / histórica do Norte com o Sul	Martínez-Alier (2012), Latouche (2009), Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Exner, Lauk, Zittel (2014), Wichterich (2013)
(2) o decrescimento da escala da economia e do consumo no Norte diminuiria os impactos ambientais negativos da economia mundial sobre Sul;	(b) A manutenção o papel de exportadores líquidos de <i>commodities</i> dos países do Sul na economia mundial é incompatível com abordagem da abertura de espaço ambiental;	fronteiras de <i>commodities</i>	Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Martínez-Alier (2012), Kallis, Martínez-Alier e Norgaard (2009), Kallis (2011)
(3) os movimentos por justiça ambiental do Sul são potenciais aliados do decrescimento;	(c) a realocação, ausente nesse eixo, pode contribuir para interromper as trocas injustas entre países.	justiça ambiental / climática	Demaria et al. (2013), Martínez-Alier (2012, 2009), Faurè (2016), Schneider, Kallis, Martínez-Alier et al. (2010)
(4) o comércio internacional acentua as desigualdades entre países através das trocas econômicas e ecologicamente desiguais.		metabolismo social	Sorman (2015); Martínez-Alier (2009), Kallis (2011), Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), O'Neill (2012)
		países exportadores líquidos de matérias primas	Exner, Lauk, Zittel (2014), Martínez-Alier (2009, 2012)
		trocas (econômicas) desiguais	Exner, Lauk, Zittel (2014), Research & Degrowth (2010)
		trocas ecologicamente desiguais	Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Martínez-Alier (2012), Kallis, Martínez-Alier e Norgaard (2009), Faurè et al. (2016)

Fonte: dados da pesquisa.

5.3 Alternativas conceituais ao desenvolvimento: diálogo com visões do Sul

No terceiro eixo temático “alternativas conceituais ao desenvolvimento” utilizam-se conceitos associados às correntes antiutilitaristas e ao pós-desenvolvimento como homogeneização cultural, liberação do imaginário economicista e alternativas ao desenvolvimento. Considerando que a obsessão por crescimento e desenvolvimento é um construto do Norte global imposto sobre o resto do mundo, o decrescimento se faz necessário também para liberar “espaço conceitual” para que os países do Sul busquem suas próprias trajetórias para o que concebem como uma boa vida (KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2015, p.5).

A noção de abertura de “espaço conceitual” é mencionada por Kallis, Demaria e D’Alisa (2015) como uma analogia à abertura de espaço ambiental usada pela crítica biofísica. Dessa perspectiva, porém, a visão do decrescimento para o Sul não é a necessidade do crescimento ou do decrescimento, mas da reorientação autônoma dos objetivos sociais. Para Latouche (2008) o decrescimento, tanto para o Norte quanto para o Sul, se trata de construir sociedades autônomas, conviviais e parcimoniosas fora do crescimento. Segundo o autor, o movimento inicial para o que pode ser o decrescimento (ou o a-crescimento) no Sul é a ruptura com a dependência não apenas econômica, mas essencialmente cultural em relação ao Norte e a descolonização do imaginário de crescimento imposto sobre o Sul. Que se reconheça que o Sul não sai como vencedor, mas como vencido nos processos de desenvolvimento, tendo não apenas seus recursos pilhados, mas suas culturas ocidentalizadas e uniformizadas ou exterminadas (LATOUCHE, 2008).

Neste eixo, defende-se que o decrescimento deve dialogar com outras visões de mundo autóctones que compartilham da crítica ao crescimento, sem impor-se como consenso. Schneider, Kallis e Martínez-Alier. (2010) ressaltam a necessidade de alternativas ao desenvolvimento elaboradas pelo Sul e para o Sul, ao invés de por acadêmicos da elite do Norte. Pansera e Owen (2016) identificam práticas na Índia que, segundo os autores, demonstram a capacidade indígena de escapar do fetiche importado pelo crescimento e fundam-se em princípios que podem inclusive contribuir para enriquecer o conceito de decrescimento tanto no Sul quanto no Norte.

No *Degrowth - Vocabulary for a New Era* (D’ALISA; DEMARIA; KALLIS, 2015), são apontados como alternativas aliadas do decrescimento o Ubuntu da África do Sul, a Economia da Permanência, da Índia, e o Bem Viver latinoamericano. Também, Kothari, Demaria e Acosta (2014) citam além do decrescimento e do bem viver, a democracia

ecológica radical (*swaraj*), também de origem indiana. Dentre essas, o bem viver é a mais abordada na literatura aqui analisada (SATRUSTEGUI, 2013; WICHTERICH, 2013; KOTHARI; DEMARIA; ACOSTA, 2014; MCAFEE, 2016; FIERRO, 2016)³¹.

O Bem Viver (*buen vivir* ou *vivir bien*, em espanhol) ganhou repercussão global recente devido à sua inserção nas Constituições do Equador e da Bolívia e é tratado na literatura do decrescimento como uma visão de mundo alternativa ao desenvolvimento genuinamente latinoamericana (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2015). O termo em castelhano remonta expressões indígenas andinas e amazônicas como *Sumak Kawsay* (em quéchua) e *Sumak Kamaña* (em Aymara) e representa um conceito central na filosofia de vida de muitas sociedades indígenas (SATRUSTEGUI, 2013). McAfee (2016) vê o bem viver como outra crítica aos imperativos do crescimento cunhada nas lutas contra despossessão e ameaças aos meios de vida de povos indígenas latinoamericanos por parte de mega projetos modernizadores de desenvolvimento e agências *top-down* de conservação que penalizam as populações pobres. O bem viver faz alusão a visões de mundo que prezam por uma convivência harmônica e integrada à natureza, pela coexistência entre e dentro das comunidades, pelo pluriculturalismo, pela inseparabilidade entre dimensões materiais, sociais e espirituais da vida (KOTHARI; DEMARIA; ACOSTA, 2014).

Dessa maneira, os autores do decrescimento veem o bem viver como uma oposição aos valores de acumulação, dominação da natureza, universalização e homogeneização cultural embutidos na ideologia do desenvolvimento. A maioria dos textos encontrados reforça que visões do Sul global como o bem viver são compatíveis com o decrescimento do Norte, o legitimam ou são legitimadas por ele. Alguns buscam fazer um balanço em busca de suas semelhanças e diferenças e apesar de afirmações sobre a existência de divergências entre as propostas, para além das diferenças de contexto, elas são muito pouco exploradas, enquanto as convergências são predominantemente valorizadas (SATRUSTEGUI, 2013; WICHTERICH, 2013; MCAFEE, 2016; THOMSON, 2011).

Isso acontece em especial quando se trata de contrapô-los ao desenvolvimento sustentável e à economia verde. McAfee (2016), por exemplo, afirma que ambos constituem discursos contra-hegemônicos que compartilham convicções sobre a incompatibilidade da

³¹ O tratamento minucioso de cada uma dessas noções exigiria uma digressão que fugiria ao escopo desta dissertação. O objetivo desta seção se limita a compreender de que maneira visões de mundo oriundas são tratadas na literatura decrescentista, o que por sua vez é parte de um objetivo mais amplo de analisar um conjunto de abordagens sobre o Sul nessa literatura. Para nos atermos ao fim proposto, foi selecionada a perspectiva latinoamericana do bem viver. Além das menções mais frequentes em relação às demais alternativas, a restrição ao bem viver se justifica também por se tratar da mais próxima ao contexto brasileiro do autor deste trabalho.

sustentabilidade e da justiça com o livre comércio internacional, a impossibilidade do crescimento contínuo e a necessidade de alternativas ao paradigma do desenvolvimento. Kothari, Demaria e Acosta (2014) entendem o decrescimento e o bem viver como reações ao discurso ambiental dominante, capazes de contribuir para politizar o debate público sobre diferentes futuros socioambientais. Satrustegui (2013) considera que ambos são subsidiários da corrente do pós-desenvolvimento e constituem diferentes faces de uma mesma proposta, por rechaçarem as noções convencionais de bem-estar baseadas no papel central do crescimento econômico e reivindicarem um marco conceitual alternativo.

Por outro lado, Satrustegui (2013) é o único que consegue apontar divergências conceituais³². A primeira se refere ao caráter antropocêntrico do decrescimento em contraste com a perspectiva biocêntrica do bem viver. A segunda divergência seria a concepção de sustentabilidade implícita em cada uma das propostas: enquanto o decrescimento repousa na noção de sustentabilidade forte da economia ecológica, o bem-viver estaria mais próximo da sustentabilidade superforte, que concebe uma pluralidade de formas de valoração da natureza para além dos aspectos econômicos e ecológicos, incluindo também seu caráter cultural, estético ou religioso. Já Kothari, Demaria e Acosta (2014) discordam, afirmando que ambas são noções, assim como o *swaraj*, pautadas pela centralidade da vida (*life-centred*). Apesar de mencionarem que o decrescimento, o bem viver e o *swaraj* divergem em alguns aspectos de seu prognóstico, Kothari, Demaria e Acosta (2014) se contradizem afirmando que eles compartilham muitos elementos de futuros alternativos, sem explicitar as diferenças.

Escobar (2015b) oferece um olhar mais amplo, posicionando o decrescimento, o bem viver e outros como parte de um conjunto maior de “discursos de transição” que defendem mudanças paradigmáticas ou civilizatórias, e identifica alguns pontos de tensão entre eles. Para o autor, os aspectos da crítica decolonial e pós-colonial, presente no bem-viver e outros discursos do pós-desenvolvimento, que são pouco explorados pelo decrescimento, mesmo pelos autores que tratam dialogar com o bem viver. Thomson (2011) é a única exceção, mencionando que o bem viver se relaciona com os esforços anticoloniais. Isso, porém, não é valorizado por Thomson (2011) como um ponto de tensão entre os discursos, nem como potencial contribuição para o decrescimento, mas apenas como uma particularidade do bem viver. Para Escobar (2015b) o decrescimento se beneficiaria da perspectiva crítica à modernidade/colonialidade elaborada pelo pós-desenvolvimento. Em contrapartida, Escobar

³² Cabe notar que Satrustegui (2013), o texto que faz o esforço mais minucioso ao explorar a noção de bem viver, é de um autor de uma instituição basca, e está publicado em espanhol na Revista de Economia Mundial, o que provavelmente dificulta sua circulação entre acadêmicos europeus se comparado aos escritos em inglês. Esse texto está fora do grupo dos 20 artigos sobre o decrescimento mais citados.

(2015b) aponta que elementos como simplicidade voluntária, eficiência, decrescimento energético, questões populacionais e redefinição da prosperidade são raramente considerados pelo bem viver e outros discursos de transição do Sul, quando não considerados inaplicáveis ou ridicularizados.

É de se notar que as descrições do bem viver na literatura do decrescimento possuem um caráter vago. Parte significativa das linhas textuais dedicadas a explicar de que se trata o termo são dedicadas a qualificá-lo ou dizer o que ele não é. Dois breves exemplos podem ilustrar esse tipo de situação: Satrustegui (2013, p.200, tradução nossa) afirma que o bem viver “[...] trata de refletir uma concepção da vida que se confronta com a noção ocidental de desenvolvimento”, e Kothari, Demaria e Acosta (2014, p.367, tradução nossa) argumentam que o conceito

[...] não sintetiza uma proposta monocultural, como no caso do desenvolvimento.
[...] Não nega as vantagens tecnológicas do mundo moderno ou possíveis contribuições de outras culturas e conhecimentos que desafiem as pressuposições da modernidade dominante.

Em partes, é possível que tal indeterminação seja resultado da dificuldade de elaborar uma descrição acadêmica ocidentalizada de um conceito produzido através de vivências e práticas que partem de cosmologias indígenas andinas. Apesar de sua apresentação como um conceito originário de povos andinos, na literatura o bem viver é descrito a partir de termos próprios das fontes intelectuais do próprio decrescimento como uma proposta crítica ao desenvolvimento, antiutilitarista, etc. Fierro (2016) nota que a apresentação do termo bem viver através de uma associação a tradições filosóficas tão distantes do mundo indígena, como possa ser a ecologia profunda (e aqui se pode acrescentar o pós-desenvolvimento e outras fontes do decrescimento), contribui para a imprecisão do conceito.

Nota-se também que a economia solidária e a agroecologia, discursos de transição também muito relevantes na América Latina, porém “mais ocidentalizadas”, são apenas mencionadas por Demaria et al. (2013) e por Kothari, Demaria e Acosta (2014) sem nenhuma referência aos países do Sul. Os brasileiros Boccato-Franco e Nascimento (2013) veem uma potencial plataforma comum Norte-Sul, considerando que princípios como a valorização da escala local, a submissão da atividade econômica aos interesses coletivos e rompimento do produtivismo são alguns dos elementos da economia solidária e da agroecologia praticadas no Brasil que convergem, ao menos discursivamente, com o decrescimento. Essas duas alternativas não possuem o mesmo apelo de exotismo que o *buen vivir* carrega ao ser associado a povos indígenas andinos, o que poderia ser uma das razões do menor interesse na literatura examinada pelas práticas econômicas solidárias e agroecológicas no Sul global.

Outra contradição que merece ser apontada, é que, apesar do interesse manifestado por muitos autores em dialogar com visões de mundo alternativas do Sul, poucas são as contribuições de instituições do Sul global para o debate sobre o decrescimento, conforme mostrou o mapeamento da literatura apresentado no capítulo anterior. Escobar (2015b), uma dentre essas, oferece aportes que se destacam justamente por apontar com mais clareza pontos de tensão e possibilidades de aprendizado mútuo entre o decrescimento e discursos de transição do Sul global. A elaboração de alternativas conceituais ao desenvolvimento tanto para o Sul quanto para o Norte provavelmente se beneficiaria com um aumento na diversidade de perspectivas caso houvesse uma maior participação de instituições do Sul no debate sobre o decrescimento. É possível também que surgissem outros pontos de tensão até agora negligenciados por uma literatura composta majoritariamente do ponto de vista do Norte global.

O Quadro 14 mostra uma síntese dos aspectos tratados nesta seção.

Quadro 14 - Eixo 3: aspectos biofísicos na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento

Ideias centrais	Comentários	Conceitos utilizados	Autores que mencionam
<p>(1) o decrescimento não deve se apresentar como alternativa conceitual universal ao desenvolvimento;</p> <p>(2) é necessária abertura de "espaço conceitual" para a emergência e o resgate de cosmovisões autóctones no Sul;</p> <p>(3) o decrescimento dialoga e é influenciado por alternativas do Sul como o bem viver;</p> <p>(4) o decrescimento compartilha com as visões do Sul a crítica ao crescimento, à economia verde e ao desenvolvimento sustentável.</p>	<p>(a) o bem viver andino é a alternativa conceitual do Sul que maior recebe atenção na literatura examinada se comparada a outras como o <i>swaraj</i> ou o <i>ubuntu</i>;</p> <p>(b) alternativas mais ocidentalizadas como a economia solidária e a agroecologia, também muito relevantes na América Latina e potencialmente compatíveis com o decrescimento, não são relacionadas aos países do Sul;</p> <p>(c) o bem viver é frequentemente descrito a partir de termos próprios das correntes de pensamento que influenciam o decrescimento;</p> <p>(d) raras contribuições conseguem apontar diferenças (além das contextuais) ou divergências entre o decrescimento e as visões do Sul abordadas;</p> <p>(e) há poucas contribuições de instituições do Sul global no debate sobre o decrescimento.</p>	alternativas ao desenvolvimento	Thomson (2011), Kothari, Demaria, Acosta (2014), Pansera e Owen (2016), Latouche (2009)
		<i>buen vivir</i>	Kothari, Demaria, Acosta (2014), Thomson (2011), Satrustregui (2013), Wichterich (2013), Pansera e Owen (2016), Martínez-Alier (2012), McAfee (2016)
		descolonizar o imaginário / a imaginação / as mentes	Latouche (2015, 2010, 2009) Thomson (2011)
		espaço conceitual	Kallis, Demaria, D'Alisa (2015)
		homogeneização / universalização cultural	Kothari, Demaria, Acosta (2014), Pansera e Owen (2016), Latouche (2009)
		repolitização	Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Kallis, Martínez-Alier e Norgaard (2009), Wichterich (2013)
		<i>swaraj</i> / democracia ecológica radical	Kothari, Demaria, Acosta (2014), Pansera e Owen (2016)

Fonte: dados da pesquisa.

5.4 Aspectos populacionais: problema global, não local

A questão demográfica costuma ser um ponto de enfoque em abordagens ambientais conservadoras que se sustentam sobre a noção de que existe uma relação entre crescimento populacional, pobreza e degradação ambiental. Tal concepção, disseminada por organizações como o Banco Mundial, acaba por culpabilizar as vítimas, atribuindo a responsabilidade das mudanças ambientais ao crescimento populacional nos países periféricos (GRAY; MOSELEY, 2005). Latouche (2008) denuncia que geralmente essa é uma saída fácil em discursos que encontram no apelo à redução populacional uma possibilidade de manter intactas as relações socioeconômicas injustas. Como visto anteriormente, o diagnóstico decrescentista vai à contracorrente, responsabilizando as camadas sociais de maior afluência, pela exaustão dos recursos naturais e não a população numerosa, porém marginalizada. Contudo, isso não significa que o fator demográfico seja ignorado pelo decrescimento. Se por um lado suas influências marxistas trazem posturas antimalthusianas, como explica Martínez-Alier (2012), suas raízes na economia ecológica reivindicam a importância desse tema para os limites ecológicos (KERSCHNER, 2010).

Identificou-se que eixo temático dos aspectos populacionais na literatura decrescentista possui uma perspectiva global da população humana e seus impactos, carregando a ideia central de que o decrescimento do consumo e da escala econômica global é incompatível com uma população humana crescente. Esse eixo não menciona o Sul explicitamente³³, porém, percebeu-se que dentre os vinte artigos mais citados, o único que se dedica integralmente a discutir a relação do decrescimento com o Sul global possui uma seção totalmente dedicada à questão populacional, intitulada: *Peak population: Love one another more, and do not multiply* (Pico populacional: amai uns aos outros e não vos multipliqueis, tradução livre) (MARTÍNEZ-ALIER, 2012). Tendo em vista que raros documentos decrescentistas dedicam frações tão significativas ao tema populacional³⁴ e a mencionada tradicional vinculação de populações periféricas à degradação ambiental, considerou-se que os aspectos demográficos são também relevantes na abordagem do Sul pelo decrescimento.

³³ Foi encontrado apenas Latouche (2009) que aborda o Terceiro Mundo em seu capítulo sobre redução da população, criticando as estratégias populacionais imperialistas dos EUA e com a finalidade de criticar preocupações ambientalistas populacionais. Ele não responsabiliza nem desresponsabiliza o Sul pela contração populacional desejável.

³⁴ Além de Latouche (2009), dentre os documentos revisados apenas Kerschner (2010) também dedica uma seção ao tema populacional, adotando uma perspectiva global, sem mencionar o Sul especificamente. Curiosamente, Martínez-Alier (2012) adota uma perspectiva similar à de Kerschner (2010) e, apesar da proposta de seu artigo, na seção sobre população não há menção ao Sul.

Primeiro, é preciso considerar que o decrescimento nega o otimismo sobre a capacidade do progresso tecnológico em superar obstáculos a um crescimento populacional indefinido (MARTÍNEZ-ALIER, 2015). Para Kerschner (2010), a agricultura moderna tem obtido rendimentos crescentes à custa da aplicação intensiva de um acúmulo de energia de milhões de anos presente nos combustíveis fósseis: são investidas mais unidades de energia do que as que são produzidas em calorias nos alimentos. Com o pico do petróleo, quando a viabilidade energética de exploração dos estoques fósseis se aproxima dos limites, esse modelo agrícola se vê ameaçado e, por consequência, as preocupações malthusianas tendem a se tornar novamente relevantes (KERSCHNER, 2010). Por essas razões, Kerschner (2010) afirma que o objetivo de uma economia estacionária deve ser acompanhado de uma população humana igualmente estacionária.

Entra em questão que abordagens utilizar para alcançar isso. Kerschner (2010) considera importante políticas populacionais que garantam a manutenção de um tamanho populacional estável, porém, acrescenta que abordagens *top-down* e de mercado, propostas por autores consagrados da economia ecológica³⁵, talvez não sejam a melhor opção para esse assunto que ele considera delicado. Também Schneider, Kallis e Martínez-Alier (2010) entendem que propostas de controle populacional impostas pelo estado de forma autoritária são incompatíveis com o decrescimento. A maioria das pessoas que escrevem como decrescentistas deseja uma contração populacional resultante de ações “de baixo pra cima”, do empoderamento feminino sobre seus direitos reprodutivos e de maneira democrática e não impositiva (SCHNEIDER; KALLIS; MARTÍNEZ-ALIER, 2010).

Para explicar a posição do decrescimento sobre esse tema Martínez-Alier (2015, 2012, 2009) oferece uma perspectiva histórica dos movimentos de preocupação com o crescimento populacional dos últimos séculos. O primeiro foi aquele protagonizado por Thomas Malthus³⁶ no fim do século XVIII, segundo o qual a população humana cresce exponencialmente, enquanto a produção de alimentos segue um ritmo de crescimento linear, causando

³⁵ Kerschner (2010) menciona a proposta de Kenneth Boulding da introdução de cotas comercializáveis para a manutenção de uma população estável. A proposta sugere a criação de um mercado de licenças de nascimento (*birth licences*), sendo que para cada casal seriam emitidas inicialmente 2.1 licenças. Dessa forma, para ter uma terceira criança seria necessário encontrar outros casais dispostos a vender parcial ou totalmente suas licenças, impedindo que se ultrapasse a taxa de simples reprodução da população.

³⁶ Conforme Martínez-Alier (2012) e Kerschner (2010), Thomas Malthus em seu livro *Essays on the Principle of Population* (de 1798), argumenta que o crescimento populacional disponibilizaria mais pessoas para o trabalho na agricultura, porém, a produção crescería menos que proporcionalmente, resultando em crises alimentares. O decrescimento recorre a essa análise em seu diagnóstico, porém, rechaça a posição reacionária de Malthus que acreditava que melhoras nas condições de vida dos pobres eram negativas por incentivarem o aumento das taxas de fertilidade.

inevitavelmente crises alimentares.

O segundo movimento, as neomalthusianas anarco-feministas de 1900, acreditavam que as populações humanas poderiam regular seu crescimento voluntariamente através de contracepção, a partir da conquista da liberdade das mulheres e da garantia de seus direitos reprodutivos. As neomalthusianas negaram-se a corresponder às demandas por soldados, mão-obra, e fiéis das autoridades religiosas e políticas de sua época com uma “greve dos ventres”. Já apresentavam em seu tempo, de acordo com Martínez-Alier (2015, p. 127), alguma forma de preocupação ambiental, considerando necessária “procriação consciente” para prevenir uma pressão sobre os recursos naturais.

O terceiro movimento, também intitulado como neomalthusianos, porém, de 1960 e 1970, partia da concepção de que o crescimento populacional é a principal causa da pobreza e da degradação ambiental. Advogavam por práticas *top-down* levadas a cabo por Estados e organizações internacionais e pela introdução de métodos contraceptivos mesmo que sem o consentimento feminino.

Para Martínez-Alier (2015, 2012, 2009), o decrescimento se aproxima das ideias das neomalthusianas dos anos 1900, de restrição voluntária à procriação, e rejeita as concepções políticas do primeiro e do terceiro movimentos. Porém, mesmo criticando o autoritarismo dos neomalthusianos dos anos 1970, os dois únicos artigos decrescentistas com seções inteiramente dedicadas ao tema populacional (KERSCHNER, 2010; MARTÍNEZ-ALIER, 2012) utilizam as ideias de um dos seus principais expoentes (Paul Ehrlich) como parte importante do quadro seu conceitual.

Martínez-Alier (2012, 2009) e Kerschner (2010) consideram a equação de Paul Ehrlich que descreve os impactos ambientais em função de três fatores: (1) tamanho populacional, (2) a afluência das populações e (3) o dano causado de acordo com a tecnologia disponível. Kerschner (2010, p. 546) considera explicitamente o nível agregado global: “a capacidade de carga do planeta para nossa espécie é definida pelo impacto máximo sustentável (I) de nossa sociedade. O impacto, por sua vez, é dado pela equação bem conhecida IPAT”, conforme segue:

Equação 1: $I = PAT$ (Impacto = População x Afluência x Tecnologia).

Portanto, são encaradas positivamente as projeções que indicam que a população humana do planeta deva alcançar seu pico até a metade do século, seguido de estabilização ou um leve declínio, esperando-se uma possível diminuição dos impactos ambientais globais

(MARTÍNEZ-ALIER, 2012). Nota-se que ambos os autores mencionam a equação para enfatizar que o fator populacional é relevante na geração dos impactos ambientais e, portanto também o é para o decrescimento, porém, se abstêm de discutir sua relação com os demais fatores da própria equação. No texto de Martínez-Alier (2012), o tema demográfico é tratado de maneira isolada, sem dialogar com os demais tópicos tratados ao longo do texto, como metabolismo social da economia global e as trocas ecológicas desiguais. Essa abordagem desconectada se furta de evidenciar alguns aspectos importantes que resultam do cruzamento desses temas e permite que esteja ausente qualquer apologia ao decrescimento da população no Norte.

Articulando a questão demográfica aos aspectos dos eixos 1 e 2 discutidos anteriormente, evidencia-se que os recursos naturais fluem do Sul para o Norte (GILJUM; EISENMENGER, 2004) onde uma pequena parcela da população global consome uma fatia injustamente grande dos recursos em escala global (ASSADOURIAN, 2010). Considerando as cifras de Assadourian (2010) de que nos países centrais, chamados “desenvolvidos”, 15% da população mundial é responsável por 85% do consumo, são as populações do Norte, menores, porém mais afluentes, as que geram maior impacto *per capita* e também no agregado global. O tratamento dos aspectos populacionais isolado dos demais e reduzido aos números absolutos globais acaba por responsabilizar desproporcionalmente as populações do Sul que, apesar de numerosas e crescentes, causam menor impacto por sua menor afluência. Se a “população global” precisa decrescer com o propósito de reduzir a “pegada ecológica global”, isso não deveria considerar as populações que causam maior impacto absoluto e maior impacto *per capita*?

A abordagem de Serge Latouche, por exemplo, avança ao cruzar os fatores “tamanho populacional” e “afluência”. Para Latouche (2008), a noção de população mundial “sustentável” é relativa, sendo o importante não reduzir a questão demográfica ao um aspecto puramente quantitativo. Para o autor, a resposta à pergunta “o mundo está superpopulado?” é:

Sim, sem dúvida, se todo o mundo consumisse o mesmo que um norte-americano médio. Porém, ao contrário, a prática da dieta de um burquinês médio pode todavia oferecer uma ampla margem de manobra. Enquanto no primeiro caso a população teria que decrescer para alcançar aproximadamente um bilhão de indivíduos, no segundo ainda poderia aumentar até os 23 bilhões! (LATOUCHE, 2008, p. 132).

A visão de Georgescu-Roegen (2012) sobre o tamanho populacional adequado considera um único elemento: a quantidade de pessoas que o planeta poderia suportar seria aquela capaz de ser sustentada através da agricultura exclusivamente orgânica. É difícil

definir quantas pessoas poderiam ser alimentadas sob essa condicionante³⁷, nem como seria sua distribuição no globo, sendo ainda necessário considerar outras variáveis como o tipo de dieta adotado pelas populações (e.g.: onívora, vegetariana, vegana), a quantidade de terra arável disponível global e localmente e a taxa de desperdício (Erb et al., 2016)³⁸.

Outra variável esquecida, não apenas aqui, mas em todo esse eixo, é o grau de localização da produção e do consumo, nesse caso, de alimentos. Se para o decrescimento é fundamental a realocização não apenas da alimentação, mas da economia como um todo (LATOUCHE, 2009), é possível defender que o tamanho populacional adequado (se for possível definir um), seja pensado em relação às capacidades locais e regionais do ambiente em sustentar a atividade humana. Considerando apenas a alimentação e seu caráter orgânico e local, o tamanho populacional de um país seria menos relevante para o decrescimento do que fatores como sua densidade populacional, a quantidade de terra arável *per capita*. Se a população global precisa decrescer e a economia se realocar, não seria mais adequado adaptar o tamanho das populações à biocapacidade de cada território do que ajustar a população global à biocapacidade global?

A questão demográfica precisa ser tratada de maneira integrada com outros elementos do decrescimento. A relação entre população e biocapacidade de um determinado território, iniciando pelo nível local, pode ser um melhor ponto de partida do que o agregado global para uma discussão sobre aspectos populacionais, tendo em conta a importância da realocização econômica nesse quadro conceitual. Esse tipo de abordagem também permitiria refletir a adequação do tamanho das populações do Norte se fossem estabelecidas relações econômicas e ecológicas mais justas com o Sul: que tamanhos populacionais (com que níveis de consumo) são viáveis em cada território no Norte a partir da realocização econômica, da adequação às capacidades locais do ambiente e com o fim das trocas econômicas e ecológicas desiguais?

O Quadro 15 apresenta os principais elementos identificados e discutidos a respeito dos aspectos populacionais na abordagem do Sul global pelo decrescimento.

³⁷ Reganold e Wachter (2016) estimam a possibilidade de alimentar 10 bilhões de pessoas com agricultura totalmente orgânica em 2050.

³⁸ Cenários incluindo uma série de outras variáveis são testados no modelo de Erb et al. (2016), segundo o qual seria possível alimentar a projeção de 9,6 bilhões de pessoas em 2050 sem expandir a atual área de cultivo globalmente disponível se a população tivesse uma dieta vegana. A taxa de sucesso seria de 94% se a dieta fosse vegetariana, 39% se fosse orgânica e apenas 15% se seguissem o estilo ocidental baseado em carne.

Quadro 15 - Eixo 4: aspectos populacionais na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento

Ideias centrais	Comentários	Conceitos utilizados	Autores que mencionam
(1) o decrescimento do consumo e da escala econômica global é incompatível com uma população humana crescente;	(a) os aspectos populacionais são reduzidos a números globais e isolados de outros como a desigualdade de consumo entre as populações e os fluxos globais de recursos, responsabilizando desproporcionalmente a populações mais numerosas;	controle populacional / controle de natalidade	Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Kerschner (2010), Latouche (2009)
(2) o estacionamento populacional é necessário para uma economia estacionária;	(b) os aspectos populacionais são considerados apenas no nível global, sem referência a dimensões locais, regionais ou mesmo nacionais;	neomalthusiano	Kerschner (2010), Martínez-Alier (2012, 2009), Martínez-Alier (2012), Correia (2012)
(3) o decrescimento populacional é desejável, já que o impacto ambiental global é proporcional à população humana no planeta;	(c) a capacidade de suporte também é considerada apenas no seu nível agregado global;		
(4) o decrescimento rejeita propostas autoritárias de controle populacional e simpatiza com a ideia de uma contração populacional voluntária <i>bottom-up</i> .	(d) desconsidera-se a realocização da economia, que implicaria em ajustar os tamanhos das populações à capacidade de suporte dos ambientes locais.	IPAT / I=PAT (Paul Ehrlich)	Kerschner (2010), Martínez-Alier (2012, 2009), Van Den Bergh (2011)

Fonte: dados da pesquisa.

5.5 Redução do tempo de trabalho: para o Norte ou para todos?

Se por um lado o decrescimento afeta o consumo material e energético das populações os países do Norte que excedem sua parcela justa dos recursos naturais (conforme demonstram os eixos temáticos 1 e 2 apresentados neste capítulo), por outro, o declínio voluntário da produção demandaria menos pessoas para realizá-la, permitindo que se reduza o tempo de trabalho nesses países; seja através da redução da jornada, do aumento dos dias de folga ou adiantamento da aposentadoria (SCHOR, 2015). As populações do Norte se beneficiaram com o crescente bem-estar resultante da diminuição do estresse relacionado ao trabalho e com os ganhos sociais associados ao aumento do tempo livre disponível para a família, amizades, participação política, entre outras atividades (SCHOR, 2015). Ainda, haveria um impacto ambiental global positivo já que nesses países o tempo de trabalho está significativamente correlacionado com pressões ambientais (KNIGHT et al., 2013)

Este quinto eixo temático identificado, se baseia na ideia de que o decrescimento do consumo permitiria o decrescimento do tempo de trabalho no Norte (SCHOR, 2015; KNIGHT et al., 2013; VAN DEN BERGH, 2011). De forma similar ao eixo anterior, o Sul em geral não é evidenciado. Por outro lado, ao contrário da perspectiva adotada em relação aos aspectos populacionais, o decrescimento do tempo de trabalho é considerado apenas para o contexto do Norte e a dimensão global é ignorada. A única menção ao Sul em relação a esse tipo de decrescimento é feita por Kallis (2011), fora de um contexto de discussão sobre redução da jornada de trabalho, ao enumerar algumas das demandas concretas do decrescimento³⁹. Para Kallis (2011), demandas específicas como a jornada de trabalho de 21-horas semanais, renda básica, o limite às emissões de CO², entre outras, podem servir como ponto de entrada para criar coalizões sociais amplas para o decrescimento, de abrangendo inclusive os movimentos por justiça ambiental do Sul global. No texto, o tema da jornada de trabalho no Sul não recebe nova menção, nem aprofundamento.

Já para o Norte, o decrescimento do tempo de trabalho é tanto uma consequência (SCHOR, 2015) como um objetivo do decrescimento (O'NEILL, 2012), seja para a garantia de pleno emprego ou para o aumento do tempo livre. Se na economia atual a redução do tempo de trabalho necessário para produzir implica em desemprego, na ótica decrescentista

³⁹ Para verificar de maneira mais efetiva como a redução da jornada de trabalho é tratada na literatura, seria necessário outro delineamento metodológico mais específico na questão do trabalho. Por outro lado, o procedimento por nós realizado deve abranger os artigos sobre o decrescimento que e tenham termos que remetem ao Sul em seu resumo, palavras-chave ou título e eventualmente tratam sobre trabalho.

significa redução das horas de trabalho ou compartilhamento de trabalho⁴⁰. Schor (2015) apresenta abordagens possíveis, algumas inspiradas em políticas adotadas em países da Europa Ocidental nos anos 1970: a redução voluntária da renda proporcionalmente à redução da jornada pela opção de ter mais tempo livre; a concessão de benefícios estatais como renda básica para compensar a redução proporcional da renda; ou a manutenção dos salários completos financiados pelos ganhos de produtividade⁴¹.

Entretanto, o otimismo de Schor (2015), assim como o de Knight et al. (2013), negligencia, ou subestima, fatores do decrescimento que exercem pressões opostas àquelas do declínio da produção e do consumo e aumentam a quantidade de trabalho requerida no Norte. Latouche (2009, p. 79, tradução nossa) reconhece três deles:

(1) a inegável perda de produtividade que resultaria do abandono do modelo termoindustrial, tecnologias poluentes e gananciosas por energia; (2) a relocação de atividades e o fim da exploração do Sul; (3) a criação de empregos verdes em novos setores.

Em relação ao primeiro fator, seja pelo pico do petróleo ou pela escolha deliberada em não utilizar energia fóssil por razões climáticas, com as alternativas energéticas menos abundantes e de menor qualidade disponíveis, é provável que a demanda por trabalho aumente, e não diminua (SORMAN, 2015). Segundo Yves Cochet⁴² (2005, p. 192, 139, apud LATOUCHE, 2009, p. 78-79), um barril de petróleo contém a energia equivalente a 10 mil horas de trabalho humano. “Em um futuro escasso em energia, teremos que trabalhar mais, não menos” (SORMAN, 2015, p. 43, tradução nossa), contrariando a esperança decrescentista.

O segundo fator se destaca por considerar a relação Sul-Norte e seu impacto nas jornadas de trabalho no Norte. Em um cenário de relocação econômica, os países do Norte receberiam de volta atividades produtivas que têm sido deslocadas para o Sul (CECHIN; PACINI, 2012; JACKSON, 2009) demandando mais trabalho local. Essa demanda se agravaria ainda mais com as implicações do terceiro fator mencionado, caso fossem adotados padrões ambientais e laborais mais estritos, compatíveis com os princípios do decrescimento. Dada uma determinada tecnologia, realizar uma atividade gerando menor degradação e

⁴⁰ Fala-se em trabalho compartilhado (*work-sharing*), no sentido de que a carga horária de uma trabalhadora ou trabalhador poderia ser dividida, resultando em mais de um posto de trabalho com cargas drasticamente reduzidas.

⁴¹ Seria pertinente discutir a viabilidade política de implementação de qualquer uma dessas alternativas, em especial de uma perspectiva Marxista da relação capital-trabalho, porém, fugiria do escopo deste trabalho. Nesta busca não foram identificados documentos que façam contribuições a partir desse quadro teórico.

⁴² COCHET, Y. **Pétrole apocalypse**. Paris: Fayard, 2005.

visando a manutenção e o cuidado com os bens e funções ambientais exige maior aplicação do fator trabalho do que realizar a mesma atividade na ausência de qualquer preocupação ambiental (CECHIN; PACINI, 2012)⁴³.

Portanto, para haver redução do tempo de trabalho no Norte, seria preciso que o consumo e a produção no Norte decrescessem a ponto de superar o estímulo oposto causado pelos três fatores descritos. O segundo fator mencionado por Latouche (2009) mostra que o objetivo de estabelecer relações igualitárias com o Sul dificulta a possibilidade de redução da jornada de trabalho no Norte. Apesar disso, essa discussão se dá somente em torno das implicações para a redução do tempo de trabalho no Norte. Mas e quanto ao Sul? Afinal, o que o decrescimento propõe em relação ao tempo de trabalho no Sul global?

Em Van Den Bergh (2011), Schor (2015) e Knight et al. (2013), porém, o decrescimento do tempo de trabalho é restrito ao Norte. Van Den Bergh (2011, p.888), em sua crítica ao decrescimento, relaciona a redução do tempo de trabalho ao que denomina como “decrescimento nos países ricos”, marcando “uma distinção entre o decrescimento em todos os países e o decrescimento apenas em países (suficientemente) ricos”, já que alguns ainda precisam crescer para sair da pobreza. Essa distinção é pouco desenvolvida no texto do autor, aparecendo apenas como uma nota de rodapé de sua análise comparativa sobre os tipos de decrescimento. Porém, na seção dedicada ao decrescimento do tempo de trabalho, Van Den Bergh (2011) considera somente o conjunto de países da OCDE. O mesmo faz Schor (2015) ao ressaltar os benefícios da redução das jornadas de trabalho apenas no contexto desse conjunto de países.

Também o modelo de Knight et al. (2013), que permite simulações sobre a correlação entre a redução da jornada de trabalho e decrescimento, restringem-se aos dados sobre os países de alta renda *per capita*. Segundo os autores, a escolha pela amostra restrita a esse grupo foi baseada em duas considerações metodológicas: (i) tais países são os que consomem recursos globais de maneira desproporcional e possuem os recursos econômicos e sociais para submeter-se a essas mudanças e para os quais o decrescimento é defendido, enquanto que há um quase consenso de que os países pobres devem crescer; e (ii) há uma considerável falta de dados sobre jornada de trabalho nos países pobres, ao passo que os dados disponíveis sobre eles são com frequência de qualidade suspeita por cobrirem um número pequeno de trabalhadores ou serem reportados como números de referência que não mudam ao longo do

⁴³ Cechin e Pacini (2012) utilizam esse argumento para demonstrar os limites da economia verde e da desmaterialização através do crescimento de setores econômicos supostamente menos intensivos material e energeticamente. Porém, esse raciocínio pode também ser pertinente para pensar os limites de um decrescimento seletivo associado à diminuição do tempo de trabalho.

tempo.

Afinal, em um cenário de decrescimento, o que aconteceria com o tempo de trabalho no Sul global? Além dessas ressalvas, nenhuma outra consideração é feita sobre a possibilidade ou a desejabilidade desse tipo de decrescimento escala global, nem especificamente no Sul. Por outro lado, as justificativas oferecidas por Knight et al. (2013) e a diferenciação feita por Van Den Bergh (2011), associam nos países do Norte o decrescimento do tempo de trabalho ao decrescimento do consumo. Se essa correlação também for considerada válida para o contexto do Sul, é possível interpretar que nesses países, para os quais se recomenda crescimento do consumo e da escala da economia (conforme as ideias do eixo temático biofísico), o tempo de trabalho deverá crescer.

Porém, considerando os três fatores mencionados por Latouche (2009), a quantidade de trabalho globalmente necessário parece aumentar, ao passo que a literatura sugere que ela diminua no Norte. Ao negligenciar a necessidade de realocização econômica e não defender que a redução do tempo de trabalho no Sul também seja desejável, é possível sugerir que decrescimento no Norte poderia acarretar em aumento do tempo de trabalho no Sul. Tanto para compensar a diminuição da oferta de trabalho no Norte e a queda de produtividade pelo abandono do modelo termoindustrial, quanto para viabilizar o crescimento do consumo no próprio Sul (Quadro 16).

Quadro 16 - Dinâmica da produção e consumo, da produtividade e do tempo de trabalho no Norte, no Sul e no nível global em um contexto de decrescimento

Fatores	Norte	Sul	Global
Produção e consumo	↓	↑	↓
Produtividade	↓	↓	↓
Jornada de trabalho	↓	?	?

Legenda: ↑: aumento indicado pela literatura; ↓: redução indicada pela literatura; ?: informações insuficientes na literatura

Fonte: dados da pesquisa.

A exploração não apenas dos recursos, mas também do trabalho do Sul pelo Norte, como reconhece Latouche (2009), precisam ser consideradas pelo decrescimento em seu diagnóstico e também em seu prognóstico. Isso precisa ser evidenciado para desconstruir a ideia de que o tempo de trabalho pode ser facilmente reduzido no Norte mesmo se

estabelecida uma relação igualitária com o Sul. No eixo temático 2, sobre os fluxos globais de recursos, a noção de fronteira de *commodities* enfatiza a exploração dos recursos naturais mas omite uma *commodity* fundamental no capitalismo: o trabalho; que apesar das restrições à livre circulação de pessoas, transita livremente, embutido nas mercadorias e nos capitais que fluem do Sul para o Norte. Os fluxos de trabalho invisível exportados do Sul pro Norte também precisam ser visibilizados para compreender melhor as limitações da redução do tempo de trabalho no Norte em um contexto de decrescimento. Conceitos como o de superexploração do trabalho nos países chamados “subdesenvolvidos”, elaborados pela vertente Marxista da Teoria da Dependência (MARINI, 2005), podem contribuir para pensar as diferenças entre a exploração do trabalho no Sul e no Norte e encontrar outras implicações do decrescimento para ambos os grupos de países. Permanece aberta a questão: seria a visão decrescentista sobre a redução de jornada de trabalho, uma visão romântica e centrada no Norte?

O Quadro 17 mostra uma síntese dos aspectos tratados neste eixo.

Quadro 17 - Eixo 5: redução do tempo de trabalho na abordagem do Sul global pela literatura do decrescimento

Ideias centrais	Comentários	Conceitos utilizados	Autores que mencionam
<p>(1) o declínio da produção no Norte permitiria que a diminuição do tempo de trabalho no Norte: "consumir menos permite trabalhar menos";</p> <p>(2) a diminuição do tempo de trabalho no Norte é desejável por aumentar o bem-estar relacionado ao tempo livre no Norte e por estar correlacionada à diminuição das pressões ambientais.</p>	<p>(a) a possibilidade de redução do tempo de trabalho assume que fatores como as perdas de produtividade do trabalho causadas pelo abandono do modelo termoindustrial e o fim da exploração do Sul pelo Norte podem ser compensadas pelo decrescimento da produção e do consumo;</p> <p>(b) apenas um autor (LATOUCHE, 2009) reconhece que o fim da exploração do Sul pelo Norte acarretaria no aumento do tempo de trabalho no Norte;</p> <p>(c) apenas um autor (KALLIS, 2011) reconhece que a redução da jornada de trabalho também é de interesse do Sul, porém, não discute suas implicações para o Norte;</p>	<p>redução do tempo / jornada de trabalho</p>	<p>Schor (2015) Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Knight et al. (2013), Latouche (2012), Latouche (2009), Van Den Bergh (2011), Kallis, Kerschner, Martínez-Alier (2012), O'Neill (2012), Kallis (2011), Xue, Arler, Naess (2012)</p>
	<p>(d) a menção redução do tempo de trabalho no nível global ou especificamente no Sul está ausente nas análises mais aprofundadas;</p> <p>(e) é possível interpretar que o aumento da produção e do consumo no Sul acarretará no aumento do tempo de trabalho no Sul: "consumir mais demanda trabalhar mais";</p> <p>(f) sem realocização, é possível que a diminuição do tempo de trabalho no Norte implique em aumento no Sul.</p>	<p>compartilhamento de trabalho (<i>worksharing</i>)</p>	<p>Schor (2015), Rist (2002), Schneider, Kallis, Martínez-Alier (2010), Kallis, Kerschner, Martínez-Alier (2012), Knight et al. (2013)</p>

Fonte: dados da pesquisa.

5.6 Implicações do decrescimento para o Sul global

A revisão sistemática permitiu reconhecer implicações para o Sul global em ao menos três dos cinco eixos temáticos identificados na literatura: os aspectos (1) biofísicos e (2) políticos dos fluxos globais de recursos (que abrangem o decrescimento do consumo, da escala da economia e da desigualdade) e (3) as alternativas conceituais ao desenvolvimento (que compreende o decrescimento como liberação do imaginário do crescimento). Para os outros dois eixos, a informação encontrada na revisão não permitiu discernir efeitos do decrescimento para o Sul. Entretanto, a análise permitiu algumas inferências. No Quadro 18 estão organizadas as implicações do decrescimento segundo os eixos temáticos reconhecidos na abordagem do Sul global pela literatura e de acordo com os diferentes contextos.

Quadro 18 - Implicações do decrescimento para o Sul, para o Norte e para o nível global segundo os eixos temáticos identificados na abordagem do Sul pela literatura

Eixos temáticos	Tipos de decrescimento	para o Sul	Implicações para o Norte	Globais
(1) aspectos biofísicos	da escala biofísica da economia	↑ porém, controverso em países emergentes	↓	↓ puxado pelos países do Norte
	do consumo	↑ porém, decrescimento para as classes consideradas ricas	↓	↓ puxado pelos países do Norte
(3) alternativas ao desenvolvimento	da desigualdade	-	-	diminuição da desigualdade intra e internacional
	como liberação do imaginário do crescimento	alternativas autóctones são desejáveis		-
(4) aspectos populacionais	da população humana	?	?	↓ contração populacional é desejável
		redução, se considerados números absolutos globais em relação à biocapacidade global	redução, se considerada realocização e adequação à biocapacidade local	
(5) redução do tempo de trabalho	do tempo de trabalho	?	↓	?
		aumento, se acompanhar o crescimento do consumo; redução, se acompanhar realocização e o fim da exploração pelo Norte	porém aumento, se acompanhar perda de produtividade do modelo termoindustrial, realocização e o fim da exploração do Sul	aumento, se acompanhar perda de produtividade do modelo termoindustrial

Legenda: ↑: aumento indicado pela literatura; ↓: redução indicada pela literatura; ?: informações insuficientes na literatura

Fonte: dados da pesquisa.

Do ponto de vista biofísico, o decrescimento para o Sul global implica na possibilidade de aumento do consumo material e energético das populações que consomem abaixo do suficiente para uma vida considerada digna. Todavia, considerando que no Sul também há camadas sociais que consomem mais que sua porção legítima de recursos, o consumo das classes consideradas “ricas” também deveria decrescer. Deve-se recalcar que, em contraste com o Norte, o decrescimento do consumo e da escala biofísica da economia não são preconizados para o Sul de maneira geral. Apesar da observação de que a economia de países emergentes como Brasil e China possam ter ultrapassado os níveis desejáveis de uso de recursos, os níveis de consumo médio de suas populações não são questionados. É preciso, portanto, evidenciar a diferença entre consumo e escala biofísica dessas economias contextualizando-as no sistema econômico mundial, no qual muitos dos recursos processados em um país não são consumidos pelos habitantes de seu território. Os aspectos políticos dos fluxos globais de recursos apontam que países do Sul são exportadores líquidos de recursos naturais.

Portanto, é impossível desvincular implicações do decrescimento para o Sul das suas consequências para o Norte. Para os países do Norte, o decrescimento significa a redução dos padrões médios de consumo (e não apenas das “classes ricas”), a um nível que reverta os limites globais já ultrapassados, e também abra espaço ambiental suficiente para que o crescimento biofísico do Sul permita estabelecer condições de vida dignas a suas populações. Tais condições provavelmente não se assemelhariam à afluência atual desses países, mas às novas condições de menor consumo que seriam estabelecidas no Norte. Essa implicação para o Norte, entendida como pressuposto para a possibilidade de aumento de consumo no Sul, diferencia o decrescimento de outras abordagens de mitigação ou erradicação da pobreza baseadas na manutenção e na suposta possibilidade de reprodução dos padrões de consumo dos países do Norte através do crescimento verde.

Para os tipos de decrescimento discutido nesses eixos temáticos, foi possível distinguir duas perspectivas sobre as estratégias para concretizá-los. Por um lado, análises como as de O'Neill (2015) e Exner, Lauk e Zittel (2014), adotam uma visão global dos recursos naturais e dos limites ecológicos, avaliando a disponibilidade *per capita* dos recursos disponíveis globalmente, a porção legítima de consumo individual, e a proximidade dos países em relação a uma economia estacionária segundo parâmetros uniformes estabelecidos. Essa concepção demandaria um esforço global de cooperação e (re)distribuição de recursos para alcançar de maneira coordenada uma economia estacionária que diminuísse a desigualdade entre países. Nesse caso, não necessariamente é abandonada a noção de desenvolvimento (de comparação

das condições socioeconômicas dos países), mas são substituídos os critérios de desempenho baseados no crescimento, na eficiência e no consumo por indicadores de estabilidade, suficiência e bem estar em sentido mais amplo.

Por outro lado, está a observação de Xue Arler e Naess (2012) no tocante à biocapacidade do território chinês para suprir as necessidades futuras de sua população e a preocupação de Latouche (2009) com a realocização enquanto processo estratégico para o decrescimento. Considerando esses elementos, a estratégia de adoção de modos de vida baseado nos recursos disponíveis localmente adquire maior relevância, obrigando os países do Norte a restringir ao essencial sua dependência de recursos oriundos do comércio internacional (ou provenientes do Sul). Embora pudessem ser reivindicadas compensações por dívidas ecológicas e históricas, essa visão privilegia caminhos mais autônomos de construção de sociedades fora do crescimento em detrimento de uma perspectiva totalizante.

Essas estratégias não são necessariamente excludentes, porém, a segunda delas é a que mais se aproxima dos aspectos sobre alternativas conceituais ao desenvolvimento tratados no terceiro eixo temático. Nesse eixo, a implicação do decrescimento tanto para o Sul como para o Norte, é a abertura de "espaço conceitual" para a emergência e o resgate de cosmovisões autóctones. O decrescimento não se apresenta como alternativa global, mas dialoga com visões do Sul também críticas ao imperativo do crescimento e aos discursos socioambientais dominantes.

Já em relação aos eixos temáticos sobre (4) população e (5) trabalho, não foi possível identificar na literatura implicações claras para os países do Sul. No que diz respeito aos aspectos populacionais, a literatura apenas formula que o decrescimento do consumo e da escala econômica no nível global é incompatível com uma população humana crescente e que o decrescimento populacional é desejável posto que o impacto ambiental é proporcional ao tamanho da população humana no planeta. A falta de clareza sobre as implicações e responsabilidades por uma desejável contração demográfica, tanto para o Sul quanto para o Norte, pode sinalizar que esse ainda é um tema tabu para o decrescimento.

Apesar da ausência de implicações explícitas, observou-se que autores como Kerschner (2010) e Martínez-Alier (2012) abordam esse tema a partir do tamanho populacional em termos globais e em números absolutos em relação à biocapacidade total do planeta. Essa perspectiva tende a negligenciar, ou mesmo contrariar, a abordagem do decrescimento em relação ao consumo e privilegiar países com populações menores e alta pegada ecológica *per capita*, como muitos países europeus. Desse ponto de vista, o decrescimento se restringiria a recomendar redução populacional a países do Sul como Índia e

China que possuem grandes populações e grande impacto total a despeito de sua baixa pegada *per capita*. Em alguma medida, essas seriam implicações comparáveis àquelas preconizadas pelas abordagens neomalthusianas dos anos 1970, das quais o decrescimento busca se afastar, porém, com uma roupagem “*bottom-up*”.

Uma abordagem alternativa sobre essa questão, que partisse da pegada ecológica *per capita*, que é maior em países do Norte (WWF, 2016), poderia indicar que a redução do consumo acompanhada de contração populacional no Norte potencializaria a abertura de espaço ambiental para o Sul. Ainda, de outra perspectiva, que considerasse a biocapacidade de cada território e as exportações e importações de biocapacidade através do comércio internacional, o decrescimento implicaria em adequar o tamanho das populações e seus padrões de consumo à capacidade de seu território de prover recursos e absorver resíduos. Novamente, essa última perspectiva seria mais compatível com o processo de realocização econômica como estratégia para o decrescimento e levaria em conta os aspectos políticos dos fluxos globais de recursos entre Sul e Norte.

A dificuldade de compreender as implicações referentes ao decrescimento do tempo de trabalho para o Sul pode indicar que a divisão Norte-Sul não está de todo integrada ao marco conceitual do decrescimento ou ainda, que o decrescimento carrega uma visão de bem-estar centrada nos países do Norte. No Sul global, a queda de produtividade pelo abandono do modelo termoindustrial e o trabalho necessário para o aumento do consumo energético e material das populações seriam fatores de aumento do tempo de trabalho. Porém, se no Norte uma relação justa com o Sul demandaria mais trabalho (Latouche, 2009), no Sul, uma relação justa com o Norte teria o efeito inverso, levando à diminuição do tempo de trabalho das populações do Sul como uma implicação do decrescimento. Defender esse tipo de decrescimento também no Sul traria perspectivas diferentes sobre a redução do tempo de trabalho no Norte e, de uma perspectiva global, evitaria fortalecer privilégios nas condições desiguais de trabalho que já existem entre Norte e Sul.

De maneira geral, se percebe que na abordagem do Sul pela literatura examinada pouco se explora a realocização enquanto processo estratégico para o decrescimento. Em contrapartida, a análise indicou a relevância desse elemento para as relações entre Sul e Norte em quatro dos cinco eixos temáticos. Ainda, as relações de poder entre países são consideradas de maneira muito restrita na literatura, recebendo apenas alguma atenção no segundo eixo temático e quase nenhuma atenção nos demais eixos. Isso resulta em uma compreensão limitada sobre como as questões políticas do sistema econômico mundial influenciam as implicações do decrescimento especialmente para o Sul. É necessário,

portanto, lidar com essa limitação para evitar que o decrescimento se consolide como mais uma visão eurocêntrica no debate sobre desenvolvimento e ambiente. No atual do marco conceitual do decrescimento, o Sul global é incluído com uma visão predominantemente otimista, como se o decrescimento fosse levar naturalmente a relações justas entre Norte e Sul.

Por um lado, a busca por alternativas autóctones ao desenvolvimento e o aumento do consumo material e energético pelas populações que sofrem privações podem ser consideradas consequências desejáveis do decrescimento para os países do Sul. Por outro, a indiferença sobre a redução do tempo de trabalho no Sul e a maior responsabilização das populações numerosas pela contração populacional podem resultar em implicações injustas ou indesejáveis para esses países. Abre-se o debate sobre os pressupostos políticos que justificam tais análises. Certamente, quanto maior for a participação do Sul na discussão sobre o decrescimento, maiores serão as chances de que tais pressupostos não privilegiem o Norte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou como o Sul global está representado no debate acadêmico internacional sobre o decrescimento através de mapeamento e revisão sistemática da literatura. O exame das características gerais do campo de pesquisa sobre o decrescimento, considerando que o recorte estabelecido foi das publicações indexadas na base de dados *Scopus*, constatou que, em concordância com nossa primeira proposição, autores e autoras de instituições acadêmicas do Sul participaram de maneira marginal da produção internacional sobre o tema nos últimos dez anos, com pequeno número de publicações e citações. É possível que isso contribua para a prevalência de perspectivas centradas no Norte global na literatura examinada.

Ao limitar-se à base de dados *Scopus*, de abrangência internacional, seu escopo se concentrou em publicações acadêmicas disponíveis na língua inglesa e em averiguar como o Sul é compreendido na literatura dominada por países do Norte. Estudos futuros podem realizar o caminho inverso e avaliar como publicações do Sul global têm dialogado com o decrescimento e reconhecido suas implicações, sendo possível contrastar percepções do Norte e do Sul acerca do tema. Ampliar a busca em bases regionais, em especial latinoamericanas, assim como a busca por documentos não acadêmicos ou não indexados (publicados por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos de ativistas, entre outros agentes interessados no decrescimento) deverá mostrar resultados divergentes dos aqui apresentados. Estudos que saiam da esfera do debate acadêmico, também poderiam explorar como organizações e movimentos no Sul global têm interagido com o discurso do decrescimento, se apropriando, ignorando ou mostrando desinteresse por esse debate.

A análise dos aspectos discutidos na literatura ao abordar o Sul global identificou cinco eixos temáticos que contemplam os diferentes tipos de decrescimento e que se referem ao Sul de maneira direta ou indireta. A proposição de que a literatura enfatiza o decrescimento para os países do Norte e dedica pouca atenção às suas implicações para o Sul global se demonstrou parcialmente verdadeira. Apesar de confirmarmos a desproporcionalidade sugerida pelas leituras exploratórias, a revisão sistemática identificou conteúdos que permitiram discernir implicações para o Sul global em ao menos três dos cinco eixos temáticos considerados, referentes a aspectos biofísicos e políticos dos fluxos globais de recursos e alternativas conceituais ao desenvolvimento. Por outro lado, nos outros dois eixos, sobre o decrescimento do tempo de trabalho e da população, as implicações para o Sul não são claras, sendo que nesse último as consequências para o Norte também não o são.

Esta dissertação contribuiu para ampliar as visões sobre as relações entre o decrescimento e o Sul global, oferecendo um panorama sobre como o Sul tem sido incorporado no debate internacional por acadêmicas e acadêmicos predominantemente do Norte. Espera-se que possa servir como referência para aprofundar o diálogo sobre a relevância do decrescimento para o Sul global levando em conta as implicações que têm sido atribuídas ao Sul do ponto de vista do Norte.

A pesquisa contribuiu não apenas para pensar o Sul em relação ao decrescimento, mas também para considerar as relações Sul-Norte através no quadro conceitual do decrescimento. Sugere-se que correntes do pensamento latinoamericano, que apesar de orientadas pela ideia de desenvolvimento se debruçaram sobre as relações político-econômicas entre países, podem contribuir para discutir o decrescimento de uma perspectiva do Sul global. Dentre elas estão a teoria da marxista dependência, teoria (não-marxista) da dependência e o pensamento decolonial. Ainda, perspectivas da análise de sistemas-mundo, como a articulação entre os conceitos de centro, periferia, semiperiferia e divisão internacional do trabalho, podem auxiliar especialmente na compreensão das implicações do decrescimento em relação às posições político-econômicas dos países na economia global. A aproximação com essas correntes de pensamento podem indicar caminhos de pesquisa e diálogos mais horizontais com o Sul global.

Pesquisas futuras que busquem avaliar as consequências do decrescimento para as jornadas de trabalho devem pensá-lo tanto para o Norte quanto para o Sul e considerar a divisão internacional do trabalho. Para isso, contribuições de uma perspectiva marxista podem auxiliar a evidenciar as relações de exploração do trabalho tanto no nível nacional quanto internacional, fazendo jus à compreensão do decrescimento acerca do capitalismo descrita por Andreucci e McDonough (2015). A abordagem ecossocialista (O'CONNOR, 1988; LÖWY, 2014), por exemplo, já elabora uma síntese entre socialismo e ambientalismo que pode ser útil para a análise decrescentista sobre a categoria trabalho. Esse diálogo, porém, parece incipiente ou inexistente, ao menos em relação à abordagem dos países do Sul pela literatura internacional. Raras menções são feitas ao ecossocialismo na literatura examinada neste estudo, sendo que a maioria delas está nas publicações críticas ao decrescimento no periódico ecossocialista *Capitalism Nature Socialism*.

Em qualquer linha de investigação sobre esse tema, um cuidado fundamental é reconhecer que o decrescimento no Sul global não se refere a uma apologia ao decrescimento do PIB, à recessão econômica, nem à redução da escala biofísica e do consumo nesses países, mas se trata de uma crítica multidimensional à ideologia do crescimento.

REFERÊNCIAS⁴⁴

ANDREUCCI, D.; MCDONOUGH, T. Capitalism. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth: A vocabulary for a new era**. Londres: Routledge, 2015.

ASARA, V. et al. Socially sustainable degrowth as a social–ecological transformation: repoliticizing sustainability. **Sustainability Science**, v. 10, n. 3, p. 375-384, 2015.

ASSADOURIAN, E. The Rise and fall of Consumer Cultures. In: STARKE, L.; MASTNY, L. (Org.). **State of the World 2010, Transforming Cultures, From Consumerism to Sustainability**. Nova Iorque: W.W. Norton & Co, 2010.

BÁDUE, A. F. P. L. **A nebulosa do decrescimento**: um estudo sobre as contradições das novas formas de fazer política. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOCCATO-FRANCO, A. A. O decrescimento no Brasil. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BOCCATO-FRANCO, A. A. **Decrescimento e Economia Solidária**: existem elementos para uma plataforma comum? 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BOCCATO-FRANCO, A. A.; NASCIMENTO, E. P. Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. **Revibec: revista iberoamericana de economía ecológica**, v. 21, p. 43-56, 2013.

CAIXETA, M. B. **O Sul global na política e academia**. Observatório Brasil e o Sul. 2014. Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

CATTANEO, C., D'ALISA, G., KALLIS, G. AND ZOGRAFOS, C. (Ed.). Degrowth Futures and Democracy. **Futures**, v. 44, n. 6, p. 515–23, 2012. Número especial.

CECHIN, A.; PACINI, H. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 121-135, 2012.

⁴⁴De acordo com as diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2016)

COBB, C.; HALSTEAD, T.; ROWE, J. If the GDP is up, why is America down? **The Atlantic Monthly**: n. 4, 1995.

CORREIA, D. Degrowth, American Style: No Impact Man and Bourgeois Primitivism. **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n.1, p.105–118, 2012. Disponível em: <<http://doi.org/10.1080/10455752.2011.648847>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

D'ALISA, G.; KALLIS, G. Post-normal science. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth**: A vocabulary for a new era. Londres: Routledge, 2015.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth**: vocabulary for a new era. London: Routledge, 2015.

DALY, H. E. **Beyond growth**: the economics of sustainable development. Boston: Beacon Press, 1996.

_____. **Steady-State Economics**. Washington DC: Island Press, 1977.

DALY, H. E.; FARLEY, J. **Ecological economics**: principles and applications. 2. ed. Washington DC: Island Press, 2011.

DEGROWTH CONFERENCE BUDAPEST. 2016. 5th International conference on degrowth for ecological sustainability and social equity. **Anais**. Budapest: Conference report, 2016. Disponível em: <<https://budapest.degrowth.org/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/Budapest-Degrowth-Conference-Report.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements**: an Introduction. Oxford: Blackwell, 2006.

DEMARIA, F. et al. What is degrowth? From an activist slogan to a social movement. **Environmental Values**, v. 22, n. 2, p. 191-215, 2013.

DIETZ, R.; O'NEILL, D. **Enough is enough**: building a sustainable economy in a world of finite resources. London: Routledge, 2013.

EDWARD, P. The ethical poverty line: a moral definition of absolute poverty. **Poverty in Focus**. International Poverty Centre: UNDP, 2006.

ELSEVIER. **Scopus Content Coverage Guide**. Elsevier, 2016. Disponível em: <https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0007/69451/scopus_content_coverage_guide.pdf>. Acesso em: 11 mai 2017.

ENRÍQUEZ, M. A. **Trajetórias do desenvolvimento**: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamon, 2010.

ERB, K. et al. Exploring the biophysical option space for feeding the world without deforestation. **Nature communications**, v. 7, 1-9, 2016.

ESCOBAR, A. Development, critiques of. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth**: A vocabulary for a new era. Londres: Routledge, 2015a.

ESCOBAR, A. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. **Sustainability Science**, n. 10, 451-462, 2015b.

EXNER, A., LAUK, C., ZITTEL, W. Sold Futures? The Global Availability of Metals and Economic Growth at the Peripheries: Distribution and Regulation in a **Degrowth Perspective**, 47(2), 342–359, 2014. Disponível em: < <http://doi.org/10.1111/anti.12107>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

FAURÉ, E.; SVENFELT, Å; FINNVEDEN, G.; HORNBERG, A. Four Sustainability Goals in a Swedish Low-Growth / Degrowth Context, 1–18, 2016. Disponível em: <<http://doi.org/10.3390/su8111080>>. Acesso em 24 jul. 2017.

FIERRO, L. G. Re-thinking oil: compensation for non-production in Yasuní National Park challenging sumak kawsay and degrowth. **Sustainability Science**, v. 12, n. 2, p. 263-274, 2016.

FINK, A. **Conducting Research Literature Reviews**: From the Internet to Paper. California: Sage Publications, 2005.

FRANK, A. G. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n.4, p. 17-31, 1966.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Science for the post-normal age. **Futures**, v. 25, n. 7, p. 739-755, 1993.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. São Paulo: SENAC, 2012.

GILJUM, S.; EISENMENGER, N. North-South trade and the distribution of environmental goods and burdens: a biophysical perspective. **The Journal of Environment & Development**, v. 13, n. 1, p. 73-100, 2004.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E. Commodification. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth**: A vocabulary for a new era. Londres: Routledge, 2015.

GRAY, L. C.; MOSELEY, W. G. A geographical perspective on poverty–environment interactions. **The Geographical Journal**, v. 171, n. 1, p. 9-23, 2005.

JACKSON, T. **Prosperity without growth**: economics for a finite planet. Londres: Earthscan, 2009.

JOHANISOVA N.; CRABTREE, T.; FRANKOVÁ, E. Social enterprises and non-market capitals: a path to degrowth? **Journal of Cleaner Production**, v. 38, p. 7-16, 2013.

KALLIS, G. In defence of degrowth. **Ecological Economics**, v. 70, p. 873–880, 2011.

KALLIS, G.; DEMARIA, F.; D'ALISA, G. Introduction. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth**: A vocabulary for a new era. Londres: Routledge, 2015.

KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTINEZ-ALIER, J. (Ed). The Economics of Degrowth. **Ecological Economics**, v. 84, p. 172–80, 2012. Número especial.

KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J.; NORGAARD, R. B. Paper assets, real debts. **Critical Perspectives on International Business**, v.5, n.1/2, p.14–25, 2009. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/17422040910938659>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

KALLIS, G.; SCHNEIDER, F.; MARTINEZ-ALIER, J. (Ed.). Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity? **Journal of Cleaner Production**, v. 6, n. 18, p. 511–606, 2010. Número especial.

KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, n. 6, p. 544-551, 2010.

KNIGHT, K. W.; ROSA, E. A.; SCHOR, J. B. Could working less reduce pressures on the environment? A cross-national panel analysis of OECD countries, 1970–2007. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 4, p. 691-700, 2013.

KOSOY, N. (Ed.). Degrowth: The Economic Alternative for the Anthropocene. **Sustainability**, v. 5, 2013. Número especial.

KOTHARI, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. Buen Vivir, degrowth and ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the green economy. **Development**, v. 57, n. 3-4, p. 362-375, 2014.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LATOUCHE, S. Can the Left Escape Economism? **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n.1, p. 74–78, 2012. Disponível em: < <http://doi.org/10.1080/10455752.2011.648841> > . Acesso em 24 jul. 2017.

_____. **La Apuesta por el decrecimiento:¿ cómo salir del imaginario dominante?**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

_____. **Farewell to growth**. Cambridge: Polity, 2009.

LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LÖWY, M. **O que é Ecosocialismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2014

MARINI, Ruy Mauro. Vida e obra. **São Paulo: Expressão Popular**, 2005.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n. 1, p. 51-73, 2012.

_____. Neo-Malthusians. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth: A vocabulary for a new era**. Londres: Routledge, 2015.

_____. Socially sustainable economic de-growth. **Development and change**, v. 40, n. 6, p. 1099-1119, 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, J. et al. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**, v. 69, n. 9, p. 1741-1747, 2010.

MCAFEE, K. Green economy and carbon markets for conservation and development: a critical view. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 16, n. 3, p. 333-353, 2016.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v. 80, p. 5-10, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/689>> Acesso em: 31 jul. 2017

MEYER, G.; VELLENICH, W.; CARVALHO, M. B.; PAGOTO, E. L. Decrescimento e bioeconomia: imperativos social e ecológico. In: ZANIRATO, S. H. (Org.). **Participação Política: atores e demandas**. São Paulo: Annablume, 2015.

MURACA, B. Décroissance: A Project for a Radical Transformation of Society. **Environmental Values**, v. 22, p. 147-169, 2013.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. **Capitalism, Nature, Socialism**, v. 1, n. 1, p. 11-38, 1988

O'NEILL, D.W. Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy. **Ecological Economics**, v. 84, p. 221-231, 2012.

O'Neill, D. W. The proximity of nations to a socially sustainable steady-state economy. **Journal of Cleaner Production**, v.108, p.1213–1231, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.07.116>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

OKOLI, C.; SCHABRAM, K. A. Guide to Conducting a Systematic Literature Review of Information Systems Research. **Sprouts: Working Papers on Information Systems**, v. 10, n. 26, 2010.

PANSERA, M.; OWEN, R. Innovation for de-growth A case study of counter-hegemonic practices from Kerala, India. **Journal of Cleaner Production**, 1–12. 2016. Disponível em : <<http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.197>> . Acesso em: 24 jul. 2017.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

QUINTERO, P. Desarrollo, modernidad y colonialidad. **Revista de Antropología Experimental**, v. 13, p. 67-83, 2013.

RAWORTH, K. A safe and just space for humanity: can we live within the doughnut. **Oxfam Policy and Practice: Climate Change and Resilience**, v. 8, n. 1, p. 1-26, 2012.

REGANOLD, J. P; WACHTER, J. M.. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature Plants**, v. 2, p. 1-8, 2016.

RESEARCH & DEGROWTH. Degrowth Declaration of the Paris 2008 conference. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, n. 6, p. 523–524, 2010.

RESEARCH & DEGROWTH. **Members**. 2015. Disponível em: <<http://www.degrowth.org/category/members/>>. Acessado em: 15 de março de 2016

RESEARCH & DEGROWTH. **Description**. [2015?]. Disponível em: <<http://www.degrowth.org/description/>>. Acessado em: 15 de março de 2016

RIST, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Guadalajara: Catarata Editorial, 2002.

ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

ROMANO, O. Anti-utilitarianism. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth: A vocabulary for a new era**. Londres: Routledge, 2015.

SAED. Introduction to the Degrowth Symposium. **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n.1,

p. 26–29, 2012. Disponível em: < <http://doi.org/10.1080/10455752.2011.648836>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SAKAI, M. Workshop 10, Global Issues. **Working towards an alternative to growth economic growth** - policy proposal. Leeds: The Steady State Economy Conference, 2010. Disponível em: <http://steadystate.org/wp-content/uploads/WS10_Proposal_GlobalIssues.pdf>. Acesso em: 20 fev 2016.

SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 18, n. 43, p. 24-56, Dec. 2016 . Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004302>>. Acesso em: 30 Jul. 2017.

SATRUSTEGUI, K. U. Decrecimiento y Buen Vivir:¿ Paradigmas convergentes? Debates sobre el postdesarrollo en Europa y América Latina. **Revista de Economía Mundial**, v. 35, 2013.

SCHNEIDER, F. Macroscopic rebound effects as argument for economic degrowth. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DEGROWTH FOR ECOLOGICAL SUSTAINABILITY AND SOCIAL EQUITY, 1, Paris. **Anais**. Paris: Research & Degrowth, 2008. 319 p.

SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability: Introduction to this special issue. **Journal of cleaner production**, v. 18, n. 6, p. 511-518, 2010.

SCHOR, J. B. Work Sharing. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth: A vocabulary for a new era**. Londres: Routledge, 2015.

SEKULOVA, F. et al. Degrowth: from theory to practice. **Journal of cleaner Production**, v. 38, p. 1-6, 2013.

SNOW, D. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464–481, 1986.

SORMAN, A. H. Metabolism Societal. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth: A vocabulary for a new era**. Londres: Routledge, 2015.

SWYNGEDOU, E. Depoliticization ('the political'). In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth: A vocabulary for a new era**. Londres: Routledge, 2015.

THERIEN, J. P. (1999) Beyond the North-South divide: The two tales of world poverty, **Third World Quarterly**, 20:4, 723-742.

THOMSON, B. O. B. Pachakuti : Indigenous perspectives , buen vivir , suma qawsay and degrowth. **Development**, v. 54, n.4, p. 448–454, 2011. Disponível em: <<http://doi.org/10.1057/dev.2011.85>> Acesso em: 24 jul. 2017.

VAN DEN BERGH, J.C. Environment versus growth: A criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth”. **Ecological Economics**, v. 70, n. 5, p. 881-890, 2011.

VAN GRIETHUYSEN, P. Why are we growth-addicted? The hard way towards degrowth in the involutionary western development path. **Journal of Cleaner Production**, p.1-6, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP** :parte I (ABNT). 3.ed. rev. ampl. mod. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2016. Disponível em: <<http://www.iee.usp.br/sites/default/files/Manual-%20Diretrizes%20para%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20teses%20da%20USP.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

VICTOR, P. A. **Managing without growth**: slower by design, not disaster. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **World-systems analysis**: an introduction. Duke University Press, 2005.

WHITEHEAD, M. Degrowth or regrowth? **Environmental Values**, v. 22, n. 2, p. 141–145, 2013. Número especial.

WICHTERICH, Christa.. Occupy Development – Towards a Caring Economy. **Development**, v. 56, n. S3, p. 346–49, 2013.

WWF. **Living planet report 2010**. WWF International, Switzerland, 2010.

WWF. **Living planet report 2016**. WWF International, Switzerland, 2016.

XUE, J., Arler, F., NÆSS, P. Is the degrowth debate relevant to China? **Environment, Development and Sustainability**, v.14, n.1, p. 85–109, 2012. Disponível em: <<http://doi.org/10.1007/s10668-011-9310-z>> Acesso em: 24 jul. 2017.